



INSTITUTO SUPERIOR DE
SERVIÇO SOCIAL DO PORTO

Uma infância difícil não é uma sentença: Percursos de Jovens Ex-acolhidos

Sara Isabel Pinto Sequeira

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Serviço Social do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social

Orientadora: Professora Doutora Elsa Montenegro

Coorientador: Professor Doutor Nuno Pires

Mês: setembro

Ano: 2023



Resumo

Esta investigação visa contribuir para a discussão teórica sobre os processos de autonomização e transição nas instituições de acolhimento, e sobre o seu impacto na vida dos jovens ex-acolhidos. Pretende, igualmente, contribuir para a identificação de pistas de ação conducentes à inversão de trajetos vulneráveis dos processos de saída destes jovens.

Este trabalho teve por base uma metodologia qualitativa, apoiada na realização em entrevistas semiestruturadas junto de cinco jovens ex-acolhidos, com idades compreendidas entre os 26 e os 33 anos, cujo percurso de acolhimento ocorreu entre os anos 1997 e 2016, em uma casa de acolhimento do concelho de Coimbra. O processo de recolha de informação foi realizado entre janeiro e abril de 2023.

Os resultados obtidos a partir da análise de conteúdo das entrevistas realizadas, indicam que, apesar dos jovens entrevistados entenderem que a medida de acolhimento residencial representou um fator de proteção no seu percurso, é consensual que o sistema ainda não está completamente estruturado para dar resposta às dificuldades inerentes ao processo de saída dos jovens para o exterior, destacando como principais falhas a desvinculação e desresponsabilização das instituições de acolhimento a partir do momento de saída.

Esta dissertação termina com uma discussão de resultados à luz da literatura existente e implicações para a prática, responsabilizando gradualmente os jovens, através de atividades que fomentem a sua autonomia.

Palavras-chaves: acolhimento residencial; jovens ex-acolhidos; autonomização; pós-acolhimento



Abstract

This research aims to contribute to the theoretical discussion on the processes of autonomization and transition in foster care institutions and their impact on the lives of young people who have been previously fostered. It also intends to contribute to the identification of practices that reverse the vulnerable paths of these young people's exit processes.

This work was based on a qualitative methodology, supported by semi-structured interviews with five young former foster individuals whose fostering journey took place between 1997 and 2016 in a foster home in the municipality of Coimbra. The information was collected between January and April 2023 and involved young former foster people aged between 26 and 33 years old.

The results obtained from the content analysis of the interviews carried out indicate that, although the young people interviewed believe that the foster care measure represented a protective factor in their lives, it is consensual that the system is not yet fully structured to respond to the difficulties inherent in the process of young people leaving the foster care system, highlighting the disengagement and lack of responsibility of the care institutions from the moment they leave.

This dissertation ends with a discussion of the results in the light of existing literature and implications for practice, gradually holding young people responsible through activities that enhance their autonomy.

Keywords: residential care; young former foster; autonomization; post-takeover



Agradecimentos

Esta dissertação apresenta-se como mais uma etapa concluída, pelo que não posso deixar de agradecer a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, tiveram um papel fundamental na sua concretização.

O primeiro agradecimento é dirigido aos atores principais deste relatório, os jovens que, de forma aberta e interessada, partilharam comigo as suas experiências e contribuíram para a construção do corpo desta investigação.

À Professora Doutora Elsa Montenegro, pela confiança que depositou em mim e pela proximidade com que me acompanhou ao longo do percurso desta investigação. As reflexões em conjunto contribuíram para estimular a minha aprendizagem e enriquecer o meu trabalho.

Ao Professor Doutor Nuno Pires, pela disponibilidade e pela forma atenta e empenhada como tutelou a minha investigação.

Ao Professor Doutor João Gaspar, que me disponibilizou o contacto destes jovens. Através deles tomei conhecimento do significado relevante que a sua presença amiga teve na vida deles e na de muitas outras crianças e jovens acolhidos, e da continuidade do seu trabalho de excelência através da PAGE (Plataforma de Jovens Ex-Acolhidos).

Aos meus avós, que mesmo não estando presentes, estarão muito felizes pela concretização desta minha etapa académica.

À minha mãe, pela força que sempre me transmitiu e por nunca ter deixado de acreditar que eu seria capaz.



Índice Geral

Resumo	ii
Abstract	iii
Agradecimentos	iv
Índice de Quadros.....	vii
Índice Figuras	vii
Índice de Tabelas	vii
Índice de Abreviaturas e Siglas	viii
Introdução	1
Parte I - Enquadramento Teórico-Conceptual	3
Capítulo 1 – Crianças e Jovens: dos direitos à promoção e proteção	3
1. Instrumentos jurídicos de proteção às crianças: do passado ao presente.....	3
2. Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Portugal.....	4
3. Traços do acolhimento residencial em Portugal.....	8
3.1 Enquadramento legal do acolhimento	9
3.2 Retrato do acolhimento em Portugal.....	12
4. Paradoxo do Acolhimento Residencial: Risco ou Proteção?	15
4.1 Fragilidades e Riscos.....	16
4.2 Oportunidades e Potencialidades	19
Capítulo 2 – A construção da autonomia e a saída da instituição	22
1. Adolescência e autonomia	22
2. Do acolhimento à autonomização.....	23
2.1 Dificuldades no processo de autonomização.....	27
Capítulo 3 – O processo de pós-acolhimento: transição dos jovens acolhidos	32
1. A realidade de jovens ex- acolhidos: vulnerabilidades do perfil de saída	32
2. O cenário do pós - acolhimento em Portugal.....	39
Parte II: Enquadramento Empírico	42
Capítulo 1 – Considerações Metodológicas.....	42
1. Definição e Delimitação do Tema	42
2. Objetivos.....	43
2.1 Objetivos gerais e específicos	43
3. Tipo de Estudo.....	43
4. Participantes	45
5. Procedimentos de Recolha de Informação.....	46
6. Análise de dados.....	48
Capítulo 2 – Da Teoria à Prática: Apresentação e Discussão dos Resultados	51
2. Percurso durante o processo de acolhimento	51



2.1	Recordações do 1º dia do acolhimento: sentimentos, dificuldades e adaptação.....	51
2.2	Descrição do acolhimento: aspetos positivos e negativos	55
2.3	Relação com o grupo de pares.....	60
2.4	A vida quotidiana: rotinas, regras e castigos.....	61
2.5	Atividades institucionais.....	65
2.6	Representações do exterior (atores escolares) sobre o acolhimento	67
2.7	Aprendizagens realizadas com a experiência do acolhimento	69
2.8	Preparação por parte do acolhimento para o processo de autonomização do jovem	71
3.	Percurso pós-acolhimento.....	75
3.1	Idade e motivo da saída do acolhimento.....	75
3.2.	Dificuldades e apoios no momento da saída da instituição de acolhimento	76
3.3	Sugestões para os jovens e instituições para enriquecer o trabalho de autonomia	79
4.	Situação atual	82
4.1	Representações atuais do jovem acerca de si.....	82
4.2	Percurso pessoal e profissional dos jovens	83
	Considerações Finais e Propostas de Intervenção.....	85
	Referências Bibliográficas.....	88
	Apêndices.....	101



Índice de Quadros

Quadro 1.....	11
Quadro 2.....	50

Índice Figuras

Figura 1.....	6
---------------	---

Índice de Tabelas

Tabela 1	13
Tabela 2	45
Tabela 3	83

Índice de Gráficos

Gráfico 1.....	13
Gráfico 2.....	27
Gráfico 3.....	39
Gráfico 4.....	40



Índice de Abreviaturas e Siglas

AA - Apartamentos de Autonomização

AR - Acolhimento Residencial

C/J - Crianças e Jovens

CAT - Centro de Acolhimento Temporário

CDC - Convenção dos Direitos da Criança

CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

ECMIJ - Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude

EMAT- Equipas Multidisciplinares de Assessoria aos Tribunais

IPSS- Instituições Particulares de Solidariedade Social

LIJ - Lar de Infância e Juventude

LPCJP- Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

LPI - Lei de Proteção à Infância

LTE - Lei Tutelar Educativa

PII - Plano de Intervenção Individual

PPP- Projeto de Promoção e Proteção

PV - Projeto de Vida

SPPCJ - Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens

ONU - Organização das Nações Unidas

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

Introdução

A presente dissertação, intitulada “Uma infância difícil não é uma sentença: Percursos de jovens ex-acolhidos” resulta de uma investigação realizada, entre setembro de 2022 e abril de 2023, no âmbito do Mestrado em Intervenção na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social, ministrado pelo ISSSP.

Como o próprio título sugere, este estudo visa conhecer as representações de um grupo de cinco jovens ex-acolhidos a respeito do seu processo de acolhimento. Propõe-se, de igual modo, perceber o percurso de autonomização deste grupo, as dificuldades e constrangimentos inerentes, enquanto processo diretamente relacionado com o (in)sucesso do pós-acolhimento.

As recentes alterações legislativas que aconteceram em Portugal, em especial na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), vieram introduzir mudanças no sistema de promoção e proteção, em particular no sistema de acolhimento residencial. Com a revisão ditada pela Lei 142/2015 de 8 de setembro, o acolhimento institucional foi renomeado acolhimento residencial, acabando-se com as respostas Lares de Infância e Juventude (LIJ) e os Centros de Acolhimento Temporário (CAT).

A implementação destas mudanças exige que o foco das casas de acolhimento passe a ser a satisfação das necessidades das suas crianças e jovens acolhidas e não os interesses da própria organização ou dos cuidadores. Pese embora os avanços notáveis nesta área, e mais concretamente no que concerne à investigação científica acerca do impacto do acolhimento nos percursos de vida dos jovens, em boa verdade ainda há variáveis que continuam a carecer de um maior aprofundamento, como é o caso do pós-acolhimento.

É sabido que a saída da instituição por parte destes jovens adultos que, em muitos casos, apenas conheceram a instituição como única casa, assume-se como um marco importante e com grande impacto, necessitando de vários apoios para que possam continuar o seu percurso cá fora, de forma favorável como foi dentro da instituição. Contudo, nem sempre as instituições têm recursos suficientes para os acompanharem durante a sua autonomização, obrigando estes jovens a adotarem outro tipo de estratégias, que nem sempre são as mais adequadas, para conseguirem dar respostas às exigências da sociedade.

Tendo em conta o problema elencado, e atendendo à escassez de literatura neste domínio do conhecimento, importa perceber como se tem vindo a trabalhar a autonomia de jovens no Sistema de Acolhimento em Portugal e como se processa a transição dos jovens para a vida fora da instituição. Reunirá o sistema de acolhimento em Portugal os recursos e as condições necessárias para que jovens, cujas vidas foram, em dada altura da sua existência, à



margem dos contextos familiares de origem, possam enfrentar a fase adulta de forma autónoma? Quais as principais consequências na vida dos jovens da falta de apoios no processo de pós acolhimento?

Tendo optado por uma metodologia de estudo de caso, em que o principal objetivo não é, como se sabe, servir de base para generalizações, preocupamo-nos em estudar em profundidade e amplitude os casos estudados e conhecer as representações dos jovens analisados em relação ao tema da nossa investigação. Partindo da análise dos casos estudados, esperamos também contribuir com algumas pistas de intervenção para melhorar o processo de pós acolhimento, muito em particular ao nível dos apoios integrados para jovens após a sua saída do acolhimento.

No que respeita à estrutura da presente dissertação, optou-se por dividi-la em 4 capítulos. Numa primeira parte, procurou-se apresentar o enquadramento teórico que foi construído com vista a contextualizar o fenómeno que constitui o objeto de estudo desta dissertação, a saber: i) uma breve explicação sobre o enquadramento legal da LPCJP e da medida de acolhimento residencial e ii) as potencialidades e constrangimentos do acolhimento. De seguida, procuramos compreender o conceito de autonomia e como é trabalhada nas instituições. Por fim, abordamos a realidade dos jovens adultos ex-acolhidos em Portugal, fazendo referência à legislação que lhe está associada e à sua caracterização através de dados estatísticos.

O segundo capítulo é dedicado aos procedimentos metodológicos, no qual se explica o processo de investigação: os objetivos, a população que foi objeto de estudo, as técnicas de recolha e análise da informação utilizada.

No terceiro e último capítulo são apresentados e discutidos os resultados desta investigação, obtidos a partir da realização das entrevistas-semiestruturadas.

A conclusão deste trabalho procura identificar algumas pistas de ação que, com base nas reflexões realizadas ao longo desta dissertação, nos é possível avançar.

Nas considerações finais deste trabalho propomo-nos a refletir sobre as condições complexas associadas à transição para a vida adulta dos jovens ex-acolhidos, e a identificar os obstáculos que limitam a sua inclusão na sociedade.



Parte I - Enquadramento Teórico-Conceptual

Capítulo 1 – Crianças e Jovens: dos direitos à promoção e proteção

1. Instrumentos jurídicos de proteção às crianças: do passado ao presente

A infância é uma construção social, que se encontra em constante mutação. Nesta perspetiva Philippe Ariès (1978) é um autor de extrema importância, afirmando-se como o responsável pioneiro na reflexão e debate acerca desta temática. Através da sua célebre obra *L' enfant et la vie familiale sous l' Ancien Régime*, (1960) o autor começa por ilustrar a existência de um longo período histórico marcado pela ausência da consciência infantil e enfatiza o papel da sociedade e a sua influência no processo evolutivo da criança, defendendo que as alterações económicas e políticas ocorridas no século XVIII impulsionaram significativas mudanças no que concerne à infância.

Neste contexto, e de forma gradual, a noção de infância deixa de estar associada a um tratamento de indiferença, que não reconhecia à criança qualquer tipo de capacidade de expressão e onde a mesma era considerada um adulto em miniatura, para dar lugar à noção de “criança sujeito” de direitos. Paralelamente, destitui-se da centralidade única e exclusivamente familiar, tornando-se “um ser vulnerável dependente e membro da sociedade” (Sarmento & Veiga, 2010, p.19). O interesse pela proteção infantil aparece, definitivamente, no século XX, conhecido como “o século da criança”. É nesta altura que se dá reconhecimento desta como sujeito de direitos, sendo relativamente recente, o conceito de uma infância normal e desejável.

Estas mudanças fundamentais conduziram à implementação de alguns instrumentos legais internacionais e ao aparecimento de organizações não-governamentais que contribuíram para a solidificação dos direitos da infância. Numa linha temporal de direitos, destaca-se a Declaração de Genebra em 1924, adotada pela Assembleia da Sociedade das Nações Unidas, enquanto primeira referência específica aos “direitos da criança”, que apela à sua proteção independentemente de qualquer consideração de raça, nacionalidade ou crença e à garantia de condições que oportunizem o seu normal desenvolvimento.

No cenário da Segunda Guerra Mundial os recursos infraestruturais eram nulos, os recursos financeiros muito poucos e apenas atribuídos para a satisfação de necessidades correntes, condições que impediam qualquer perspetiva de desenvolvimento infantil. Com o intuito de dar respostas aos problemas emergentes das crianças no pós 2º Guerra Mundial, assiste-se em 1946 ao aparecimento do Fundo das Nações Unidas, designado por UNICEF, aceite previamente pela ONU (Organização das Nações Unidas), sua antecedente (UNICEF, 2020).



Acompanhando a evolução dos tempos, apresenta-se em 1948 o primeiro instrumento internacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, sustentado num conjunto de direitos e liberdades que todas as pessoas (incluindo as crianças) devem beneficiar.

O grande salto é dado onze anos depois, em 1959, com a promulgação da Declaração Universal dos Direitos da Criança, despertando à atenção dos elementos envolvidos, para o conceito de “interesse superior da criança” como critério norteador da intervenção do Estado na proteção da criança. A interiorização desta ideia, iria colocar consecutivamente a infância no quadro dos Direitos Humanos:

A criança gozará de proteção especial e deverão ser-lhe dadas oportunidades e facilidades através da lei e outros meios para o seu desenvolvimento psíquico, mental, espiritual e social num ambiente saudável e normal e em condições de liberdade e dignidade. Na elaboração das leis com este propósito, o superior interesse da Criança constituirá a preocupação fundamental (Princípio nº2 da Declaração dos Direitos da Criança, 2019).

Esta evolução da representação infantil é alargada, transitando para um enquadramento jurídico mais íntegro dos seus direitos, abarcando os direitos civis, culturais, económicos e sociais. Efeito desta progressão, funda-se a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), proclamada a 20 de novembro de 1989, ratificada pelo Estado Português no ano seguinte. A data escolhida para a adoção da Convenção foi propositada, uma vez que coincidiu com o 30.º aniversário da Declaração dos Direitos da Criança (1959), ficando decretada pela ONU como o Dia Internacional da Criança.

2. Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Portugal

Os diplomas internacionais anteriormente citados foram geradores de mudanças inegáveis na legislação de vários países, inclusive Portugal. Com estas alterações paradigmáticas, a partir da segunda metade do século XX evoluiu-se para um modelo participativo e democrático, no qual a proteção das crianças e jovens (c/j) se tornou um valor globalmente partilhado e difundido. Assim, Portugal destacou-se como país pioneiro, oficializando a primeira Lei da Infância e Juventude (LPI), em 1911, consagrando direito à assistência. Na realidade, a LPI veio alterar o modelo instituído de que os menores deveriam ser julgados nas mesmas condições que os adultos. No fundo, “instaurou em Portugal o modelo de Proteção que se opôs ao modelo de Justiça” (Candeias & Henriques, 2012, s/p).

Para além deste alcance, outro grande objetivo da LPI prende-se em “prevenir não só os males sociais que podem produzir perversão ou crime entre menores de ambos os sexos de



menos de dezasseis anos completos, ou comprometer a sua vida ou saúde, mas também para curar os efeitos desses males” (art.º 1 Lei de Proteção à Infância, 27 de maio de 1911).

Nesta perspetiva, refira-se ainda que é apenas a partir da Revolução de Abril de 1974, responsável pela revisão constitucional de 1976, que são consagrados pela primeira vez na Constituição da República, como direitos fundamentais, a Infância (art.º 69) e a Juventude (art.º 70). Deste feito, “as crianças têm direito à proteção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições” (nº1 do artigo 69º da Constituição da República Portuguesa).

Apesar dos avanços conseguidos no sistema legal português, continuavam a ocorrer intervenções equiparadas para situações distintas, não distinguindo as situações de c/j maltratados ou em perigo, das situações em que eram agentes dum facto com relevância jurídico-penal. Com base num amplo diagnóstico sobre o conjunto de necessidades na área, estruturou-se em 1999 uma reforma, que faz uma rutura com o sistema vigente. Resultado desta reforma, nascem duas Leis: Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99 de 1 de setembro) e a Lei Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99 de 14 de setembro), apoiadas pelos princípios e direitos consagrados na CDC. Ambos os diplomas entraram em vigor em 2001.

Com a criação da LPCJP, as intervenções centraram-se numa maior individualidade, passando a ser delineadas de acordo com o contexto em questão, implementando-se tratamentos jurídicos diferenciados responsivos às necessidades das c/j, distinguindo-se pelos respetivos fatores de legitimação, pelas suas finalidades e respostas que consagram. Na verdade, a LPCJP e a LTE (Lei Tutelar Educativa) têm diferentes propósitos. Enquanto a primeira atua em situações suscetíveis de gerarem perigos e comprometerem o bem-estar infantil (art.º nº1 da LPCJP), a segunda foca-se na educação para o direito, direcionando-se a jovens acusados de práticas de crimes e situações de delinquência (art.º nº 1 da LTE).

Nesta esfera de mudanças, o conceito de «menores» desaparece, emergindo uma definição mais atual – «crianças e jovens», no qual constam duas etapas distintas do desenvolvimento humano, explicando a necessidade de uma interpretação rigorosa.

Salienta-se que neste trabalho, atendendo à problemática em estudo, iremos apenas focar-nos na LPCJP, não se pretendendo fazer uma descrição e análise exaustiva sobre a mesma, mas apenas focar alguns dos seus aspetos mais relevantes.

O desenvolvimento verificado no quadro do Sistema de Proteção e Promoção de Crianças e Jovens (SPPCJ) tem-se ajustado à centralidade da criança, norteando-se por uma estrutura bem definida, sólida e organizada, transpondo uma clara tendência de uma política de



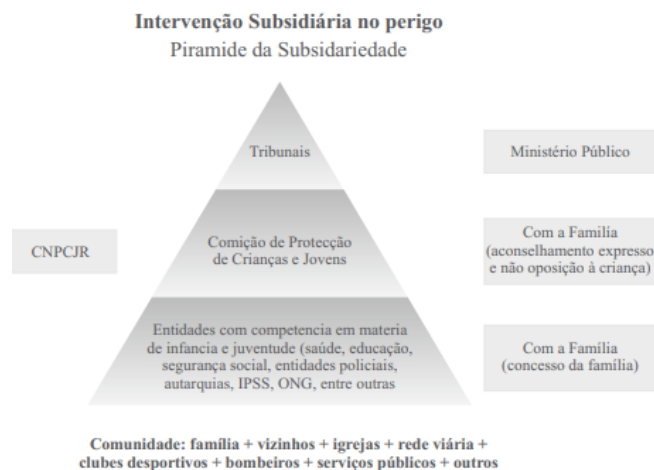
prevenção e promoção legitimando-se a intervenção social. Apesar disso, e sem prejuízos dos progressos alcançados, carece ainda de um conjunto de transformações estruturais e legais favorecendo a ação íntegra de todos os setores abarcados no sistema de proteção infantil (Diogo et al., 2022).

Para compreender melhor a organização do SPPCJ é indispensável ter em conta que a promoção dos direitos e proteção de c/j não compete apenas ao Estado, mas também à sociedade civil e aos cidadãos em geral, estabelecendo-se parcerias entre os mesmos. Atualmente, e como já mencionado anteriormente, o SPPCJ procura estimular a participação ativa da comunidade, no sentido de prevenção (ou término) de situações suscetíveis de afetar o bem-estar infantil.

Adotando este princípio, o sistema de proteção incorpora diferentes entidades em distintos níveis, desde as Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ), as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e os Tribunais. Todos estes elementos estão representados na pirâmide da subsidiariedade (Figura1), apresentando competências ou responsabilidades específicas, que devem ser constantemente atualizadas à medida que também a legislação vai sendo alterada como tem acontecido nos últimos anos.

Figura 1

Pirâmide da subsidiariedade



Fonte: Guia de orientações para os profissionais da ação social na abordagem de situações de maus-tratos ou outras situações de perigo, 2022

Seguindo de perto o pressuposto de subsidiariedade, a proteção das crianças compete em primeira instância às ECMIJ (segurança social, educação, entidades policiais, autarquias, instituições particulares de solidariedade social, entre muitas outras) atuando preventivamente junto da comunidade. Quando as adversidades que afetam a vida das crianças não ficam



solucionadas no quadro destas primeiras instâncias, isso significa que a situação de risco progride para uma situação de perigo¹, ameaçadora do desenvolvimento da c/j, implicando, por isso, a intervenção das CPCJs². Desta forma, e conforme o artigo 65º da LPCJP (na sua atual redação) as ECMIJ devem comunicar às CPCJ as situações de perigo de que tenham conhecimento e que no âmbito das suas competências não possam assegurar a proteção infantil.

Recorrendo novamente à LPCJP na sua atual redação, e ainda quando as CPCJ se atestam insuficientes, a intervenção cursa para alçada dos tribunais, que se titulam como o último patamar da intervenção.

A presente LPCJP define também a aplicação de medidas que motivam o afastamento das c/j da situação de risco ou perigo a que se encontram expostas (art.º 34.º da LPCJP na sua atual redação), mas apenas a CPCJ e os tribunais têm competências para as aplicar. As referidas medidas encontram-se tipificadas no art.º 35, nº1 da LPCJP (na sua atual redação) e subdividem-se em duas categorias: medidas de meio natural de vida e medidas de colocação. As primeiras categorizam-se em apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea e apoio para a autonomia de vida. As segundas dividem-se em acolhimento familiar, acolhimento em instituição e confiança a pessoa selecionada com vista à adoção, sendo de aplicação exclusiva dos tribunais. As restantes são tomadas pela CPCJ e comunicadas ao Ministério Público, permitindo-lhe estar a par da decisão ou revogar a mesma.

Ora, com esta ampla mudança jurídica e para que os direitos das crianças sejam advogados, todo o sistema de proteção deverá priorizar as medidas em meio natural de vida. Aponta-se, contudo, que nem sempre é possível, e quando se esgotam outras formas de intervenção junto da família torna-se necessária a aplicação de outras medidas, nomeadamente o acolhimento. Assim, e dado que o acolhimento residencial é o foco deste trabalho, interessa detalhá-lo.

¹ São consideradas situações de perigo quando a criança/jovem: a) Está abandonada ou vive entregue a si própria; b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; d) Está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais; e) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; f) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; g) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação. h) Tem nacionalidade estrangeira e está acolhida em instituição pública, cooperativa, social ou privada com acordo de cooperação com o Estado, sem autorização de residência em território nacional (LPCJP na sua atual redação, art.º nº 3, alínea 2).

² Instituições oficiais não judiciais com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral (LPCJP na sua atual redação, art.º nº12).



3. Traços do acolhimento residencial em Portugal

Na perspetiva de alguns autores portugueses (Almeida et al., 2021; Alves 2007; Cansado, 2014; Rodrigues, 2018) a trajetória do acolhimento de crianças em Portugal apresenta uma longa tradição, tendo sido vários os caminhos percorridos relativamente aos cuidados e proteção das c/j em perigo. É possível sistematizar o processo do acolhimento em três fases: a) modelo assistencial; b) modelo familiar e c) modelo especializado.

Inicialmente, o acolhimento passou por um caráter assistencialista, com enfoque em instituições de educação rígida, estruturas antiquadas e com um largo número de crianças a seu albergue. Eram isentas as manifestações de natureza educativa e afetiva como hoje presenciamos, assim como o cumprimento das necessidades que se constataavam como insuficientes (Cansado, 2014; Rodrigues, 2018). Na mesma linha, Alves (2007) refere que nestas instâncias era nula a possibilidade de os jovens assumirem uma personalidade própria, sendo o seu comportamento fruto da influência da instituição, sendo-lhes imposta uma nova identidade. Assim, a proteção à infância incidia essencialmente através da disciplina, argumento usado para limitar a participação da criança.

O modelo familiar começa a ser implementado com o contributo do Decreto-Lei 2/86 de 2 de janeiro, trazendo uma nova filosofia ao acolhimento. Assiste-se a um número reduzido de c/j por instituição, com um ambiente familiar, promovendo-se o seu desenvolvimento pessoal assim como a sua integração na comunidade.

É só em 2004, com o aparecimento do primeiro relatório da caracterização dos jovens acolhidos, atualmente denominado Relatório CASA, que surge o Plano DOM - Desafios, Oportunidades e Mudanças, que visava a implementação de medidas de qualificação da rede de Lares de Infância e Juventude, permitindo ao acolhimento tornar-se mais humano e, ao mesmo tempo, investir em novos serviços especializados. O reforço de recursos humanos, em consequência sobretudo do Plano DOM, levou as casas de acolhimento a preocuparem-se de perto com as necessidades específicas de cada c/j. Apenas em 2007 surgiu a primeira casa de acolhimento especializada, pretendendo dar resposta a perturbações de comportamento³. Já em 2012, surge o Plano SERE + (Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS) mantendo os objetivos do plano anterior (Almeida et al., 2021).

³ As perturbações de comportamento “caraterizam-se pela ocorrência de um padrão de comportamento persistente e repetitivo no qual são violados os direitos básicos de terceiros ou importantes regras e normas sociais próprias para a idade do sujeito” (APA, 2002, citado por Rosando, 2013, p.118).



Desde então, assiste-se a uma reformulação das práticas e modos de funcionamento das instituições de acolhimento, com o objetivo de serem criadas alternativas de integração de c/j, de caráter mais humanista e de proximidade (Rodrigues et al., 2013). Após estas referências históricas importa abordar o acolhimento residencial na atualidade.

3.1 Enquadramento legal do acolhimento

Em Portugal, a medida de acolhimento residencial consiste na integração de uma c/j aos cuidados de uma entidade que dispõe de instalações, equipamentos e recursos humanos devidamente dimensionados, habilitados e permanentes, que assegurem os cuidados adequados (art.º 49, n.º 1 da LPCJP na sua atual redação).

Em conformidade com o art.º 49, n.º 2 da LPCJP na sua atual redação, o acolhimento residencial tem como intuito contribuir para a criação de condições que garantam a adequada satisfação de necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das c/j e o efetivo exercício dos seus direitos, favorecendo a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promovendo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

Atendendo às recentes alterações da LPCJP (Lei n.º 142/2015), constituindo-se a última alteração, as modalidades do acolhimento e consequente diferenciação das instituições presentes na primeira versão da LPCJP⁴, desaparecem. Desta forma, as mudanças introduzidas nos pressupostos do acolhimento mudam a designação de acolhimento institucional para acolhimento residencial. O motivo do uso desta nova nomenclatura fundamenta-se na ideia de uma intervenção personalizada, de cariz familiar e terapêutico contrariamente ao que estava anteriormente implementado, associando o termo institucional, a um cariz histórico e assistencialista.

Neste sentido, o acolhimento residencial passa a exercer as suas funções em Casas de Acolhimento, obedecendo a modelos de intervenção socioeducativos que se adequem às crianças e jovens nelas acolhidos (art.º 50º, nº1 da LPCJP na sua atual redação).

A intervenção realizada no âmbito do acolhimento residencial pode ser organizada por unidades residenciais especializadas, nomeadamente para respostas em emergência, para resposta a problemáticas específicas e necessidades de intervenção educativa e/ou terapêutica,

⁴ Até 2015, o acolhimento institucional estava organizado em níveis distintos, consoante a duração do acolhimento, diferenciando as instituições e suas modalidades. Para um acolhimento curto (não superior a 6 meses) estavam previstos os CAT (Centro de Acolhimento Temporário), para um acolhimento de longa duração, os Lares de Infância e Juventude (LIJ). Estavam também previstas as Unidade de Emergência que consistem no acolhimento durante 48 horas, de crianças que, devido a uma situação iminente, tenham de ser retiradas do seu contexto familiar.



ou para unidades de apoio e promoção da autonomia dos jovens, designadamente, apartamentos de autonomização (art.º 50, nº2 da LPCJP na sua atual redação).

Em termos da integração das c/j nas casas de acolhimento, esta é efetuada em duas modalidades: urgente ou planeada. Urgente quando é em emergência, e planeada quando a integração no acolhimento é preparada entre a entidade que aplica a medida, a gestão de vagas e a instituição, assim como é preparada e informada a c/j e, sempre que possível, a respetiva família (art.º 51º, nº 2 e 3 da LPCJP na sua atual redação). Ainda neste processo de preparação, as entidades envolvidas devem terem em consideração determinados aspetos, nomeadamente:

- a) avaliação do plano de intervenção executado em meio natural de vida, nos casos aplicáveis;
- b) a situação de perigo que determina a aplicação da medida;
- c) as necessidades específicas da criança ou jovem a acolher;
- d) os recursos e características da intervenção que se revelem necessários, a disponibilizar pela instituição de acolhimento (art.º 51, nº2 da LPCJP na sua atual redação).

Recentemente, em finais de 2019, surge a regulamentação da medida de acolhimento residencial (Decreto-Lei nº164/2019, de 25 de outubro), que estipula os princípios orientadores da intervenção expostos no artigo 4.º da LPCJP ⁵e, ainda, os seguintes: a) Individualização; b) Adequação às necessidades das c/j, à respetiva situação familiar, bem como à finalidade e duração do acolhimento; c) Normalização, através da promoção de um quotidiano semelhante ao de qualquer outra c/j da mesma idade; d) Participação e audição, assegurando as condições de privacidade e os meios de contacto necessários para a sua concretização; e) Privacidade, no que concerne à sua intimidade, direito à imagem e reserva da vida privada; f) Intervenção diligente, a intervenção deve ser eficiente, garantindo a maior prontidão possível no acolhimento; g) Preservação dos vínculos parentais e fraternos; h) Corresponsabilização da família de origem e i) Colaboração interinstitucional numa abordagem sistémica dos profissionais envolvidos no processo de promoção e proteção.

Entre outros aspetos, esta regulamentação define ainda que cada casa de acolhimento deverá ter uma dimensão reduzida, podendo acolher até quinze c/j por unidade residencial, permitindo um funcionamento mais familiar e favorecendo as relações de vinculação com adultos de referência. Relativamente à unidade de apoio e promoção da autonomia pode acolher até sete pessoas (art.º 12º, nº1e 2 do Decreto-Lei 164/2019).

⁵ Princípios da intervenção: a) interesse superior da criança, b) privacidade, c) intervenção precoce, d) intervenção mínima, e) proporcionalidade e atualidade, f) responsabilidade parental, g) primado da continuidade das relações psicológicas profundas, h) prevalência da família, i) obrigatoriedade da informação, j) audição obrigatória e participação e k) subsidiariedade (art.º 4 da LPCJP na sua atual redação).



Tendo em conta todos os conceitos apresentados, interessa agora introduzir quais as fases do processo de acolhimento das c/j:

Quadro 1

Fases do acolhimento residencial

Preparação, acolhimento e avaliação diagnóstica	A criança ou jovem é devidamente informada e ouvida sobre a medida de acolhimento residencial aplicada, de acordo com a sua idade e maturidade para compreender o sentido da intervenção, e preparada para a transição para a casa de acolhimento. Esta responsabilidade é da entidade que aplicou a medida, juntamente com o técnico gestor do processo e da casa de acolhimento.
Elaboração e concretização do Plano Individual de Intervenção	O Plano de intervenção individual (PII) é elaborado a partir do projeto de promoção e proteção definido pela equipa técnica da casa de acolhimento, em articulação com o gestor de processo e com a participação da c/j e contém o diagnóstico da sua situação. O plano de intervenção individual estabelece os objetivos a atingir em função das necessidades, vulnerabilidades e potencialidades diagnosticadas das c/j, as ações a desenvolver, as entidades a envolver e a respetiva duração. Deve ser monitorizado e avaliado, implicando todas as entidades consideradas necessárias e adequadas à sua concretização.
Execução e avaliação	Refere-se aos atos materiais da medida que são executados e avaliados pela equipa técnica da casa de acolhimento, em articulação com o gestor de processo referido, implicando assim a comunicação com as entidades da comunidade onde as c/j estão integrados, o desenvolvimento de atividades conjuntas com a família de origem, por forma a facilitar a comunicação e a interação familiar, e ainda a realização de atividades promotoras do desenvolvimento de competências pessoais, relacionais, familiares e sociais.
Revisão da medida	Pressupõe a ponderação dos resultados do processo de execução da medida e a avaliação do projeto de promoção e proteção. Deve ter em conta a opinião da c/j, bem como da família de origem; a satisfação das necessidades da c/j, a estabilidade e competências emocionais e pessoais; o



	cumprimento do plano escolar e de saúde; o desenvolvimento das capacidades e competências pessoais e sociais e a integração social e comunitária.
Cessação do acolhimento	Esta fase é preparada pela equipa técnica da casa de acolhimento, em articulação com o gestor de processo, e envolve a participação da c/j, assim como a sua família, conforme se prevê a situação de reunificação familiar, de apadrinhamento civil ou a autonomia de vida.

Fonte: Elaboração própria com base nos artigos consultados (artigo 14º ao 19º) do Decreto-Lei 164/2019.

Pode então concluir-se que a introdução da palavra acolhimento na legislação desencadeou uma mudança de paradigma no acolhimento residencial, trazendo consigo uma melhoria contínua na resposta às complexas necessidades das suas crianças e jovens. Desta forma, nos últimos anos, o acolhimento residencial (AR) tem procurado diferenciar a sua resposta, assumindo um modelo especializado e terapêutico. Espera-se, portanto, que as recentes alterações à LPCJP, juntamente com a regulamentação da medida de acolhimento, venham contribuir para o alargamento do modelo especializado de AR no nosso país.

3.2 Retrato do acolhimento em Portugal

À data, o Relatório CASA de 2022 é o documento mais atual disponibilizado pela Segurança Social referente à situação do acolhimento em Portugal. Embora o acolhimento nos últimos anos, tenha sido uma medida com algum destaque, a realidade mostra que o número de crianças e jovens que se encontram sob a sua alçada tem vindo a diminuir. Em 2022, encontravam-se 6.347 crianças em acolhimento, menos 3 % do que no ano passado (6.369). Do número total de crianças e jovens em acolhimento, 84% encontram-se em casas de acolhimento e 3,6% estão integrados em famílias de acolhimento (Relatório CASA, 2022).

Ao contrário do que se tem verificado nos últimos anos, este ano assistiu-se a um acréscimo de 0,7% do número de c/j do sexo feminino e uma diminuição de 1,3% do sexo masculino. Apesar destes dados, mantém-se a prevalência de c/j do sexo masculino (52%) face ao sexo feminino (48%).

Analisando por idades, e conforme a Tabela 1, a faixa etária dos 0-12 anos corresponde a 30%. É notório que a adolescência (dos 12 aos 20 anos) continua a ser o grupo predominante da população acolhida (65%), facto que persiste há alguns anos. Desta fração da população o grupo etário dos 12- 14 anos corresponde a 18,6%, o grupo dos 15-17 anos a 32,1% e o grupo a partir dos 18 anos corresponde a 14,1 %, sendo que apenas 5% tem mais de 21 anos.



Tabela 1

Distribuição das crianças e jovens em acolhimento em Portugal no ano 2022, por grupo etário

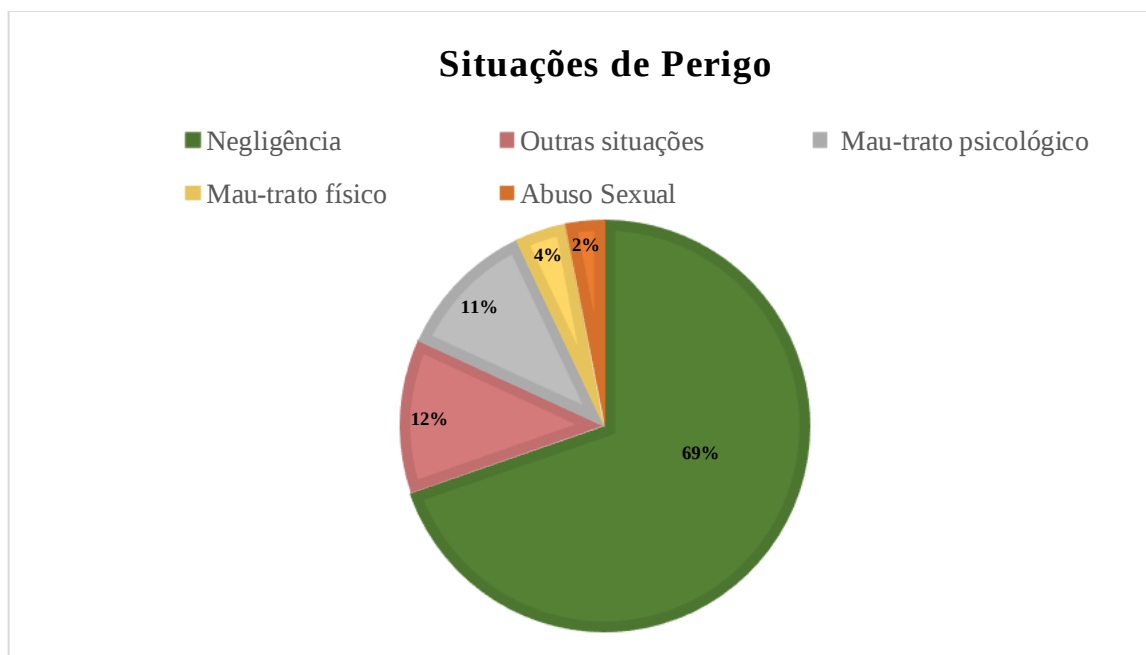
Faixa etária	Nº	Percentagem
0-3 anos	604	9,5%
4-5 anos	272	4,3%
6-9 anos	616	9,7%
10-11 anos	427	6,7%
12-14 anos	1.179	18,6%
15-17 anos	2.038	32,1%
18-20 anos	893	14,1%
21 e + anos	318	5,0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados retirados do relatório CASA 2022

Esta caracterização do sistema de acolhimento faz também uma análise das situações de perigo que estão na base da entrada para o acolhimento, agrupando-as em cinco grupos: negligência, maus-tratos físico e psicológico, abuso sexual e outras situações (Gráfico 1).

Gráfico 1

Situações de Perigo



Fonte: Elaboração própria com base nos dados retirados do relatório CASA 2022



Como ilustrado no Gráfico 1, das 9.739 situações de perigo apuradas destacam-se as situações de negligência, que representam 69%. Os motivos enquadrados nestas situações prendem-se à falta de supervisão e acompanhamento familiar (34,6%), ao nível dos cuidados de educação (19,7%) e ao nível da saúde (18%), revelando a carência dos cuidados básicos na rotina diária.

Segue-se o grupo de “outras situações” (12%), que representam situações de ausência temporária de suporte familiar, comportamentos desviantes e abandono. Nas situações de perigo no âmbito do “mau trato psicológico” (11%), encontra-se a exposição a violência doméstica (46%) que assume maior expressão, seguida do uso abusivo da autoridade (15,8%) e da rejeição ativa (14%). Com significado estatístico bastante menor, surgem as situações de mau-trato físico (4%) e de abuso sexual (2%) (Relatório CASA, 2022).

Por outro lado, segue-se a duração do acolhimento, e os dados indicam que as c/j acolhidas permanecem no sistema de acolhimento cerca de 3,3 anos, número que sofreu uma ligeira descida face ao ano anterior. Das 6.347 crianças e jovens em acolhimento, cerca de 29% encontram-se acolhidos há menos de 1 ano, 11% estão entre os 4 e 5 anos, enquanto que a representatividade de crianças e jovens acolhidos há 6 anos ou mais, baixou (de 23% em 2021 para 21% em 2022).

O Projeto de Vida (PV) atualmente intitulado pelo decreto-lei 164/2019 (art.º 9) de Projeto de Promoção e Proteção (PPP) trata-se de um modo de intervenção que segue uma conduta orientada por objetivos que assegurem a erradicação de situações de perigo dos jovens e consecutivamente a sustentação da sua saída do acolhimento. De acordo com a LPCJP, os projetos de promoção e proteção podem dividir-se em sete categorias: (re)integração na família nuclear; autonomização; acolhimento permanente (residencial/familiar); adoção; (re)integração na família alargada; apadrinhamento civil e confiança à guarda de 3ª pessoa (Tutela / Reg. do Poder Paternal/ Pessoa idónea).

Em conformidade com o Relatório CASA (2022), 93,7% das crianças e jovens acolhidos tinham o seu PPP definido. A reintegração na família nuclear (40 %) e a autonomização (34%) são os tipos de projeto mais frequentes, seguindo-se em terceiro lugar e de forma menos expressiva, a adoção (9%).

Por último, o estudo das particularidades das crianças e jovens acolhidas permite conhecer o tipo de necessidades da população em acolhimento e assim (re)definir estratégias de intervenção e de cuidados individualizados. Neste sentido, e mantendo-se a tendência do ano anterior, os problemas de comportamento evidenciam-se com uma percentagem de 25%, podendo ser divididos em três grupos (Relatório CASA, 2022).



- a. Comportamentos ligeiros (ex.: desrespeito das regras, mentira e intimidação frequente, fugas breves);
- b. Comportamentos médios (ex.: agressões físicas, fugas prolongadas, pequenos furtos, destruição de propriedade sem grandes prejuízos);
- c. Comportamentos graves (ex.: roubos com confrontação da vítima, utilização de armas brancas, destruição de propriedade com prejuízos consideráveis e atividade sexual forçada).

Ao discriminarmos os problemas de comportamento por grupo etário e género, verificamos uma maior incidência nos rapazes (60,8%), predominantemente na faixa etária dos 15-17 anos (48%), processo natural da adolescência. Ao analisar o grau de gravidade dos problemas de comportamento, observa-se que 70% destes comportamentos são do tipo ligeiro, 27% de gravidade média e 3% graves (Relatório CASA, 2022).

Do mesmo modo, a situação de saúde destas c/j parece ser relevante, na medida em 915 crianças e jovens apresentam problemas de saúde mental, o que corresponde a cerca de 14% do universo de jovens em acolhimento, sendo que esta problemática tem mais incidência nas faixas etárias entre os 15 e os 20 anos (57%). Dentro dos vários acompanhamentos disponibilizados verifica-se que o acompanhamento psicológico e o acompanhamento pedopsiquiátrico/psiquiátrico são os mais realizados, observando-se um aumento de todos os acompanhamentos (Relatório CASA, 2022).

Tendo em conta a situação de AR em Portugal, a adequação e a implementação de respostas terapêuticas são prioritárias, constituindo oportunidades de pausas nos desafios que estas c/j experienciam com as suas famílias. Como refere Strecht (2012) “a contenção e a reparação destas feridas num meio terapêutico subsistem como a base para poder perdoar e esquecer as suas dramáticas experiências de vida” (p. 77). Ora, nesta linha de pensamento, o acolhimento terapêutico é visto como “um ambiente social estruturado em que o jovem está permanentemente envolvido, e onde cada interação tem o potencial de promover uma oportunidade para aprendizagem e crescimento” (Casa Pia de Lisboa, 2015 p.23).

4. Paradoxo do Acolhimento Residencial: Risco ou Proteção?

É sobejamente reconhecida a necessidade de compreender o modo como as instituições estão organizadas, podendo muitas vezes pôr em causa o desenvolvimento psicossocial dos seus jovens, não conseguindo criar um contexto responsivo perante as suas necessidades. Neste sentido, para interpretar o processo de vulnerabilidade desta população, importa atender ao papel dos fatores protetores e de risco, enquanto processo interdependente. Tal como aponta Bastianaanssen e os seus colaboradores (2014), importa avaliar e sistematizar o efeito das



diferentes intervenções do acolhimento, sendo preponderante para uma melhor qualidade das interações entre as equipas e jovens.

De forma mais específica, interessa analisar as condições a partir das quais os jovens alteram as suas trajetórias desenvolvimentais. Torna-se imperativo refletir sobre o impacto do acolhimento nos jovens. O acolhimento é visto com diferentes olhares, havendo uma panóplia de interpretações.

Quase na globalidade, os dados empíricos obtidos pela investigação neste domínio permitem conceptualizar as consequências associadas ao acolhimento. Nesta perspetiva há evidências de que este constitui um fator de risco para o desenvolvimento e bem-estar das c/j (Johnson et al., 2006; Zeanah et al., 2003).

Por outro lado, e fruto dos avanços científicos, foram emergindo outras abordagens, contrariando o ponto de vista anterior, apontando o acolhimento como um mecanismo de oportunidades, em alternativa ao ambiente familiar disfuncional destas c/j (Alberto, 2021; Delgado et al., 2019).

4.1 Fragilidades e Riscos

Alberto (2003) refere que abordar a temática de c/j acolhidos vítimas de maus-tratos, abusos e negligência “é um desafio, é trilhar caminhos ainda escondidos pela neblina do esquecimento” (p.227).

As revisões bibliográficas têm vindo a demonstrar de modo consistente que os jovens em AR, quando comparados com jovens não acolhidos, tendem apresentar mais níveis de problemas comportamentais e emocionais ao que não serão alheias as experiências adversas e traumáticas que marcam os seus percursos de vida (Erol et al., 2010; Magalhães & Calheiros, 2019; Pires & Martins, 2019).

Com efeito, este grupo de c/j são mais favoráveis na apresentação de problemas de internalização⁶ (depressão, ansiedade, diminuição da autoestima e isolamento social) e de externalização⁷ (problemas comportamentais, abuso de substâncias, comportamento desafiante, fuga, hiperatividade e défice de atenção) (Fernández-Molina et al., 2011; Li et al., 2019). Para além disso, são evidentes outras dificuldades no relacionamento interpessoal, baixo rendimento académico, baixa autoestima, imaturidade e stress pós-traumático (Abaid, Dell’Aglia & Koller,

⁶ Os problemas de externalização e internalização são manifestações emocionais dando-se em qualquer idade e com características bastante diversificadas. As internalizações são percebidas de forma subjetiva ou física, sem uma manifestação comportamental, necessariamente associada a ele. Sintomas de ansiedade, depressão, retraimento, além das manifestações somáticas, são exemplos de sintomas deste grupo (Amaral & Martins, 2019).

⁷ A externalização transparece-se de forma claramente comportamental por meio de atos motores, integrando conflitos interpessoais, problemas comportamentais, abuso de substâncias, comportamento desafiante e fugas, impulsividade e hiperatividade (Amaral & Martins, 2019).



2009; Águila-Otero et al., 2020; Dell’Aglío & Hutz, 2004; Campos et al., 2019; Strecht, 2012; Zappe & Dell’aglio, 2016). Dentro desta lista de problemáticas acrescentam-se os problemas ao nível mental (Rodrigues, 2021; Tomás et al., 2019) e os défices cognitivos (Strecht, 2012).

Analisando a relação entre estas experiências prévias de maltrato e negligência e o ajustamento das crianças e jovens, os estudos revelam que as c/j admitidos em instituição por razões relacionadas com o abuso na família apresentam significativamente mais problemas globais de funcionamento e de atenção que aqueles que foram acolhidos decorrente das dificuldades socioeconómicas ou disrupção familiar (Simsek et al., 2007). Do mesmo modo, outro trabalho revela que a negligência física emerge significativamente associada a problemas de ansiedade, raiva, stress pós-traumático e dissociação (Collin-Veniza et al., 2011).

Problematizando o impacto do acolhimento, e apesar de não se verificar uma relação de causa-efeito, a literatura indica que outros fatores devem ser introduzidos, como por exemplo, a) a exposição precoce à adversidade, b) o género, c) a idade de admissão e de saída, d) as experiências vivenciadas em anteriores acolhimentos, e) o período de internamento (superior a 8 meses), f) as características institucionais, g) atenção dispensada à criança e por fim as condições da família de origem (Ferreira & Pessanha, 2014; Martins, 2004 ; Martins, 2005).

Quanto ao tempo de permanência, os dados recolhidos e analisados por Sonuga-Barke e os seus colaboradores (2017), demonstram que estas problemáticas (sintomas emocionais e comportamentais) são mais evidentes em crianças com maior tempo de acolhimento (mais de 6 meses). Ao nível das características da família, verificamos um conjunto de dificuldades nomeadamente: a) perturbação mental de um ou ambos os cuidadores; b) elevado nível de conflito, disrupção familiar, c) práticas negligentes e d) exposição a violência doméstica (Cruz et al., 2016).

No que se refere as características do sistema de acolhimento residencial, Alves (2007) e Martins (2005) apresentam um conjunto de características negativas associadas à intervenção das casas, especialmente: a) perda do próprio espaço pessoal, b) escassez de recursos humanos, instrumentais e financeiros, c) padronização do atendimento, d) número elevado de menores por técnico ou educador, e) rotatividade dos mesmos e, por fim, f) a falta de pessoal técnico e profissional especializado para a diversidade dos perfis das c/j, o que dificulta uma intervenção personalizada.

Para compreender melhor estas fragilidades, importa também abordar as perceções dos adolescentes sobre o acolhimento e a sua experiência (Faria et al., 2008; Carvalho et al., 2021; Costivelli et al., 2021; Ferreira et al., 2023).



Sabe-se que essas famílias apresentam grandes instabilidades (situações de abuso, maus-tratos físicos e psicológicos, negligência, modelos parentais desviantes, violência doméstica e situações de pobreza), muitas vezes cumulativas entre si, a que se associa o acolhimento residencial (Martins, 2015; Strecht, 2012). No entanto, e independentemente das circunstâncias que determinaram o acolhimento, a entrada para este contexto, traz-lhes uma sensação de rutura com o seu ambiente familiar, tornando-se num obstáculo.

Esta visão está presente nos estudos de Ferreira et al. (2023) e Carvalho et al. (2021), no qual participantes percecionaram menor suporte social por parte da família, manifestando sentimentos negativos, designadamente solidão, dificuldades de ajustamento e adaptação com o meio envolvente.

É importante ressaltar que esta ausência familiar por vezes pode estar associada a questões como a distância geográfica e as dificuldades económicas, inviabilizando as visitas. Na presença destas objeções, a intervenção desenvolvida junto das famílias constitui um processo complexo, tal como refere Oliveira e Pimentel (2021), uma vez que não depende exclusivamente das famílias.

Independentemente destas razões, Alberto (2021) enfatiza que é preciso trabalhar com as famílias e com as c/j, de modo a reorganizar a representação da sua família. Para esse fortalecimento devem ser criados momentos como visitas da família à casa de acolhimento, passar fins de semana e férias com a família, assim como a dinamização de atividades na instituição que permitam apresentar as suas “experiências, conhecimentos, habilidades e aspetos específicos de cultura de referência (e.g, histórias, comidas típicas, jogos tradicionais, celebrações específicas)” (Alberto, 2021, p.156).

Os reforços destes vínculos só enriqueceram o processo das c/j, permitindo-lhes períodos de permanência mais reduzidos e um apoio no período de desinstitucionalização (Oliveira & Pimentel, 2021).

Por outro lado, o estigma social atribuído às c/j acolhidos é outro aspeto a considerar. Wendt et al. (2017) e Faria et al. (2008) nos seus estudos apontaram que a perceção dos jovens em meio natural de vida sobre os jovens em âmbito de acolhimento é maioritariamente negativa, sendo as c/j acolhidas descritas como “traumatizados”, “infelizes”, “com problemas”, “revoltados”.

Por último, e não menos importante, são vários as investigações que corroboram uma condição indispensável, mas que o AR ainda carece de melhorias a fazer: a pouca preparação para a autonomia de vida e a ausência de apoio pós colocação (Costivelli, et al., 2021; Pimentel et., 2017). Esta questão leva-nos a refletir mais uma vez sobre a importância da manutenção de



vínculos afetivos com a família e, consequentemente, a participação da mesma na construção dos projetos de vida destes jovens (Costa, 2021; Pacheco & Canário, 2021).

4.2 Oportunidades e Potencialidades

Zurita & Del Valle 2005 (citado por Martins, 2004) dão também o seu contributo, aludindo a um conjunto de virtualidades do acolhimento, a saber:

- a) Constituem contextos mais estruturados e organizados, onde impõem limites aos comportamentos;
- b) Promovem a relação da família com as c/j, através da promoção do envolvimento da família no processo de institucionalização;
- c) Apresentam serviços especializados diversos de acordo com a problemática;
- d) Possibilitam a promoção de um contexto privilegiado para a dinamização de intervenções terapêuticas;
- e) Oportunizam a vivência grupal, com o objetivo de criarem vínculos afetivos com diferentes grupos de pares, favorecendo o desenvolvimento de sentimentos de pertença, cooperação e a interiorização de valores.

À luz das investigações que tendem a ser feitas neste domínio, surge uma nova variável fundamental no desenvolvimento integral das c/j: a abertura à comunidade. Nesta linha, a articulação com a comunidade torna-se essencial para a concretização e promoção das competências sociais com base no acesso a várias experiências (desportivas, culturais e recreativas), facilitando a futura transição para a comunidade no projeto de autonomização (Alberto, 2021). Além disso, a interação entre a instituição e comunidade pode ser fomentada, contribuindo para o fim da perceção segmentada do “nós” e “eles” e, assim, diminuir o estigma criado em torno das c/j acolhidas (Alberto, 2021).

Quintãns (2009) expõe essa questão no seu estudo, apontando que os jovens interagem com a comunidade através da presença em associações como os escuteiros ou no voluntariado. Apesar da literatura, sublinhar a importância deste contacto na vida dos jovens, ainda não está totalmente presente na realidade institucional.

Sob outra perspetiva e identificando mais uma necessidade, ressaltam-se as competências sociais e emocionais. Oliveira (2021) defende que a promoção destas competências permite a diminuição do impacto dos fatores de risco e alarga a possibilidade destes jovens serem expostos a comportamentos sociais ajustados, essenciais ao seu enquadramento social. A autora menciona ainda que estes comportamentos sociais permitem aos jovens “enfrentar as exigências do mundo contemporâneo, através de processos que resgatem a sua autoestima e melhorem a sua capacidade de comunicar, conviver, de respeitar



as diferenças individuais e culturais, de amar e lutar pela cidadania plena” (Oliveira, 2021, p.190).

Deste modo, Costa, Santos e Vieira (2019) com base na sua investigação, cujo principal objetivo era compreender a perceção dos indivíduos adultos sobre a influência das experiências de acolhimento institucional, demonstra que o AR permite aos jovens a aquisição de competências pessoais, sociais e profissionais, através das tarefas desempenhadas quer no quotidiano da instituição, quer por castigo (por fuga), consideradas transformadoras para o futuro dos jovens.

Ainda neste âmbito, Antunes e Correia (2016); Faria et al. (2008) e Fonseca (2017) expõem outras configurações do AR nas vidas dos jovens, nomeadamente, na melhoria de comportamentos, no desenvolvimento pessoal e maturidade, na aproximação/melhoria da relação familiar e nos relacionamentos interpessoais, manifestando sentimentos de gratidão face à entidade acolhedora.

De forma mais lata, a investigação no campo do acolhimento residencial tem também comprovado que este pode constituir um fator de elevada relevância na (re)construção da identidade. Na ótica de Andrade (2016), a identidade sustenta-se nas vivências pessoais e no meio cultural. Seguindo esta linha de pensamento, os autores Berger e Luckmann (2010) vêm reforçar a necessidade de haver outros significativos que sirvam de suporte às vivências dos indivíduos, isto é, a manutenção da identidade dos indivíduos ocorre através de figuras de referência, que atuam como modelos a seguir, ajudando o jovem a compreender o que de si é esperado.

Transportando-nos para o contexto residencial, e como já referido, as relações estabelecidas com os profissionais representam um aspeto central na vida das c/j, visto que são eles que “assumirão o papel de orientá-los e protegê-los, constituindo, neste momento, os seus modelos identificatórios” (Siqueira & Dell’Aglia, 2006, p.77).

Assumir esta perspetiva, que reconhece a socialização como um fator de sucesso na integração dos jovens, equivale a compreender o trabalho desenvolvido pelos recursos humanos nas casas de acolhimento. Neste aspeto, a LPCJP, art.º 54 (na sua atual redação) refere que o trabalho nas casas de acolhimento conta com a participação da equipa técnica e educativa.

A este propósito, Mota, Costa e Matos (2018), ressaltam mais uma vez que é através destes elementos que os jovens encontram a sua rede de suporte pessoal e social, encarando-os como os seus modelos identificatórios positivos. Strecht (2012) acentua esta ideia, corroborando a importância da relação dos profissionais como figuras de referência. O autor destaca “As crianças modelam-se aos adultos que as rodeiam, e se nos oferecemos como uma



presença continuada no tempo poderemos ajudá-las a resolver processos patológicos de descontinuidade, devolvendo-lhes um conforto genuíno e uma esperança digna, facilitando a cura” (Strecht, 2012, p.39).

Na verdade, num estudo de Siqueira e Dell’Aglío (2006), os adolescentes identificaram os monitores como figuras de apoio, estando presente e prestando apoio na realização das atividades domésticas e nas rotinas de higiene. Estes adultos oferecem uma ampla gama de apoios aos jovens acolhidos, incluindo orientação e aconselhamento, apoio emocional e material (Munson et al., 2010).

Dito em termos mais concretos, os vínculos positivos têm vindo a ser associadas a progressos desenvolvimentais positivos, na medida em que aumentam os níveis de bem-estar, e mesmo quando estas c/j revelam problemas emocionais/comportamentais parece estar “associado a menos problemas de comportamento, menos sintomatologia ansiosa e depressiva, bem como a níveis mais elevados de bem-estar” (Magalhães et al., 2021, p.270).

Manita e Carvalho (2010) no seu estudo induzem outra variável propícia, o relacionamento com pares, como um valor vital na adaptação inicial à instituição. Para os jovens do estudo, o grupo de pares é encarado como elemento facilitador, desde a ajuda disponibilizada pelos colegas, à explicação do funcionamento da instituição, assim como a partilha de experiências comuns e a adesão às regras e rotinas propostas pela instituição. Estes dados são convergentes com o estudo de Mota e Matos (2010) que revela que a integração num grupo de pares tem um impacto determinante no ajustamento emocional, social e comportamental do jovem, contribuindo para sociabilidades saudáveis. A afiliação ao grupo de pares é considerada, portanto, um aspeto fundamental na cultura do adolescente.

Reiteradamente a família tem surgido na investigação como um fator de risco, no entanto, e na ausência desta, os irmãos exercem um papel fundamental dentro da instituição, apontado como fator de proteção, e contribuindo para a adaptação ao contexto de AR e a manutenção de um sentimento de família (Mota & Matos, 2018). A este nível, a investigação mostra que as c/j que têm os seus irmãos consigo na mesma casa de acolhimento apresentam menos tendência para adotar comportamentos de fuga. Estes dados remetem-nos para a importância da existência de casas de acolhimento mistas, de modo a promover a manutenção de laços entre irmãos, estando este princípio (não separação dos irmãos) consagrada na LPCJP art.º 58 n.º1, alínea j (Cerdeira, 2021).

Mota e Matos (2018, p.14) também afirmam que o relacionamento entre irmãos representa uma fonte de apoio, uma vez que “tendem a concorrer para o desenvolvimento social positivo dos adolescentes, bem como para uma adaptação saudável”.



Tendo em conta que o acolhimento se assume como uma alternativa à “velha” realidade destes jovens, todos os fatores mencionados até aqui são fulcrais, pois permitem que esta estrutura se assuma como uma referência forte a todos os níveis do seu crescimento.

O grande desafio do AR é ultrapassar os limites de um contexto de proteção e converter-se num contexto de resiliência de c/j com experiências prévias potencialmente traumáticas. A emergente investigação sobre a eficácia das intervenções em torno do AR aponta para que promovam uma interação mais personalizada e similar ao sistema familiar. O acolhimento passa a ser a “casa” destes jovens, no entanto, não implica que substitua o papel da família, mas sim que seja identificada como uma nova morada (física e simbólica) com novas apropriações e significados.

Capítulo 2 – A construção da autonomia e a saída da instituição

1. Adolescência e autonomia

A adolescência, no entender de Erikson (1998), é uma fase do desenvolvimento onde se observam as mais intensas transformações e mudanças ao nível físico, emocional e psicossocial. É durante esta fase de transição que o indivíduo constrói a sua própria identidade e independência, acabando por se desapegar dos adultos de referência. Fleming (2005) acrescenta que a construção da autonomia é considerada uma tarefa desenvolvimental fundamental, que adquire maior relevo na fase da adolescência, o passo final da transformação do adolescente em adulto.

A conquista da autonomia, é descrita como uma importante tarefa associada ao estágio desenvolvimental da adolescência. Porém, o que significa tornar-se autónomo? A construção da autonomia dá-se através da resolução de múltiplas tarefas, por si próprias exigentes, como separação dos progenitores, maturidade psicossocial, capacidade de autorregulação, autocontrolo, autodeterminação, independência e capacidade de decisão, sendo um momento determinante na reorganização do indivíduo e proporcionando-lhe aprendizagem de novos papéis sociais (Barbosa & Wagner, 2013).

O conceito de autonomia tem sido alvo de controvérsia na sua definição, visto que o seu significado não é linear, pois assume uma construção multidimensional. Esta amplitude não depende apenas da vertente pessoal e psicológica, mas também da aquisição de conhecimentos e competências que permitam a emancipação. Teoricamente, a definição de autonomia integra a autodeterminação do indivíduo em tomar decisões sobre a sua própria vida (Silverberg & Steinberg, 1987).



Não obstante, a conquista da liberdade, a ânsia de uma independência, bem como o desejo de uma emancipação plena são pilares que norteiam a autonomia, que embora não sejam sinónimos mostram-se como condições favoráveis para o desenvolvimento da mesma (Pappámikail, 2010).

O conceito de autonomia tem sido explorado por vários autores que o conceptualizam na generalidade em três dimensões: a cognitiva, a emocional e a funcional (Flemming, 2005; Noom et al., 2001; Pappámikail, 2010), mesmo que existam outros pontos de vista teóricos, com denominações distintas, mas teores semelhantes.

A primeira dimensão reporta para a perspetiva que o indivíduo pensa ter sobre os seus objetivos de vida. A segunda remete para a confiança que este possui na tomada de decisões e na consideração pelas escolhas das pessoas que lhe são mais próximas. A última diz respeito às estratégias adotadas para o alcance das metas delineadas (Fleming, 2005; Noom et al., 2001).

Por sua vez, Gomes (2010) apresenta também uma abordagem teórica sobre a autonomia, encarando-a como “a capacidade para assumir a responsabilidade individual pelos mesmos assuntos e opções próprias” (p.196).

Esta disseminação de aprofundamento do conceito de autonomia, concretiza as dimensões do sujeito, mas também recebe a influência de fatores culturais onde este se insere. Por esta razão, a autonomia individual não é um processo único nem com etapas iguais para todos, podendo os jovens atingir a maioridade sem que estejam completamente aptos para se assumirem como autónomos. Assim, a trajetória para a adultez de cada jovem pressupõe um caminho e um ritmo particular.

2. Do acolhimento à autonomização

O momento de transição para a vida adulta é encarado como um marco importante e volátil na vida de qualquer jovem, acarretando sentimentos de insegurança e medo, podendo ser experienciado de forma positiva ou negativa, em função do suporte pessoal e social dos jovens, bem como determinadas características pessoais dos indivíduos, proporcionando-lhes uma transição segura e consciente (Cassarino-Perez et al., 2020).

A família surge como um espaço de relevo para a construção de valores e padrões de comportamento. É junto do sistema familiar que o indivíduo procura referências, sendo os pais os modelos de identificação (Alarcão & Gaspar, 2007).

Aos olhos da realidade dos jovens acolhidos, onde à complexidade da adolescência se acresce uma infância com vivências pouco gratificantes, o desafio colocado ao processo de autonomização vê-se consequentemente acrescido, devido às suas vulnerabilidades, destacando-se a inexistência ou inconsistência de uma rede social e emocional (Gomes, 2010).



Jovens cujo crescimento tenha passado por um acolhimento são desenvolvidos de forma precoce ao compararem-se com jovens que cresçam em meio natural de vida. A sua transição pode ver-se impossibilitada ou mais dificultada pela ausência de um trabalho diário com uma figura materna. Na presença de vinculações inseguras⁸ ou de vínculos que por algum motivo se romperam, as fragilidades individuais podem comprometer toda uma estabilidade que irá determinar à partida o percurso de preparação para autonomia (Marques et al., 2021; Mota & Matos, 2018).

Se o crescimento é débil, a tendência é que o processo evolutivo acompanhe esta debilidade. Neste quadro, pretende-se que a instituição de acolhimento (uma vez que passa a ser o contexto familiar das c/j) consiga ser o seu modelo de referência e suporte, abraçando a importante missão de investir fortemente na superação dessas mesmas dificuldades.

Assim, e encarando o momento de saída da instituição como um período de transição crucial, Gomes (2010) alega para a importância do AR preparar os jovens, introduzindo o conceito de autonomização e definindo-o como o “período final da intervenção sobre autonomia, que visa a reflexão e o desenvolvimento de estratégias, tendo em vista a saída do jovem do LIJ e a sua consequente plena autonomia de vida” (p.196).

Ainda de acordo com a autora supracitada, este processo é indispensável na preparação futura deste grupo, pois “proporciona aos jovens experiências e instrumentos que permitam o desenvolvimento das competências necessárias para a inserção na vida ativa, combatendo o risco de exclusão social futura” (Gomes, 2010, p.285).

A promoção da autonomia não é conseguida através de um método concreto, é necessário desenvolver determinadas competências para que estes jovens a adquiram de forma segura. Não existe uma idade exata para preparar a autonomia, trata-se de um processo contínuo e gradual, embora seja na transição para a idade adulta que ocorre uma maior manifestação emancipatória.

Esta importância associada à preparação da autonomia é reforçada pela literatura nos estudos do impacto do acolhimento. Na perspetiva dos jovens, e embora a avaliação geral sobre o acolhimento seja positiva, a preparação para a vida autónoma e acompanhamento pós-acolhimento fica aquém das suas necessidades (Gaspar, 2014; Gaspar et al., 2015; Gomes, 2005; Pereira, 2016).

⁸A vinculação insegura está associada a diversos problemas noutros patamares do desenvolvimento socioemocional dos jovens, nomeadamente nas relações com o grupo de pares, ou mesmo em termos de construção do self. Crianças inseguras criam barreiras afetivas em seu redor, estas barreiras funcionam como mecanismo de defesa (Mota & Matos, 2008; Pacheco & Canário, 2021)



Gomes (2010) reforça que a ausência de suporte por parte da instituição, isto é, a falta de investimento na preparação da autonomia, acaba por configurar um campo fértil à presença de riscos para estes jovens, uma vez que quando “confrontados com o mundo, munidos dos seus recursos pessoais e sociais, muitos dos jovens acabam por engrossar a população socialmente excluída, muitas vezes com problemas de falta de habitação, de toxicodependência ou de delinquência” (p.23).

Embora o acompanhamento/intervenção após a cessação da medida não esteja previsto legalmente, o mesmo não acontece relativamente à preparação para a autonomia do jovem, sendo esta um princípio fundamental da intervenção do AR: “potenciar e otimizar todo o processo de crescimento e individuação/autonomia, a sua capacidade de tomada de decisões, bem como a resolução de problemas, auto-orientação e responsabilidade social” (Gomes, 2010, p.105).

A este propósito são várias as ferramentas que devem ser adotadas para uma transição gradual e antecipada para o exterior. Primeiramente temos o PPP, que contém o diagnóstico, o mais detalhado possível situação da c/j, integrando as áreas do seu desenvolvimento individual, como saúde, educação, socialização e integração comunitária. Este projeto deve ser construído com ajuda do Plano de Intervenção Individual (PII), procedendo-se à definição dos objetivos a atingir, e das estratégias e programas de intervenção.

Simultaneamente a esta intervenção, os jovens devem assumir responsabilidades várias e crescentes durante o período de acolhimento, tais como participarem nas atividades dinamizadas na instituição, nas suas próprias rotinas, terem uma ocupação nos tempos livres, e treinarem competências específicas, de acordo com o seu nível etário e as suas capacidades, pois é através destes meios que a sua autonomia ganha uma forma sustentada (Gomes, 2010).

Esta interação de responsabilização não deve ficar circunscrita apenas no plano das dinâmicas da organização, mas deve abranger a sua inclusão na comunidade envolvente nas mais diversas áreas, participação em eventos sociais e outras atividades comunitárias informais. A promoção da inclusão na comunidade é por este motivo, o principal pilar para o desenvolvimento das competências presentes no processo de autonomia (Carvalho & Cruz, 2015).

Dias (2010) expõe o conceito de competência, traduzindo-o na capacidade do indivíduo em interagir eficazmente perante determinadas situações, bem como articular diversos saberes, valores e atitudes. Ressalta ainda que não importa apenas ter o conhecimento, mas sim ter a capacidade de “[...] ativar recursos (conhecimentos, capacidades, estratégias) em diversos tipos de situações, nomeadamente, situações problemáticas” (Dias, 2010, p.75).



Dentro desta abordagem, podemos categorizar as competências em dois grupos, designadamente: competências pessoais e sociais. As competências pessoais, inerentes ao próprio indivíduo, baseiam-se em aspetos intrínsecos relacionados com um conjunto de saberes, potencialidades e recursos que o indivíduo utiliza no seu quotidiano para a resolução de tarefas com as quais é confrontado, nomeadamente, confiança, autocontrolo e gestão emocional. As competências sociais resultam da interação do indivíduo com os outros, ou seja, estão associadas às atitudes e comportamentos (adequados ou inadequados), como por exemplo, a empatia, assertividade, autocontrolo, capacidade de ultrapassar diferenças de opiniões bem como a resolução de problemas (Loureiro, 2011).

Neste sentido, a investigação tem demonstrado que a aquisição de competências (pessoais e sociais) irá beneficiar o processo de autonomização dos jovens acolhidos, pois possibilitará um melhor autoconhecimento, tanto das suas potencialidades como das suas fragilidades, tornando mais propício o processo de autonomização (Calheiros et al., 2013; Carvalho & Cruz, 2015; Oliveira, 2021).

Transpondo estas reflexões para a atual realidade institucional, Gomes (2010) explana que o procedimento de aquisição de competências nos orienta para dois campos: competências ao nível da autonomia pessoal/relacional e competências ao nível da autonomia funcional.

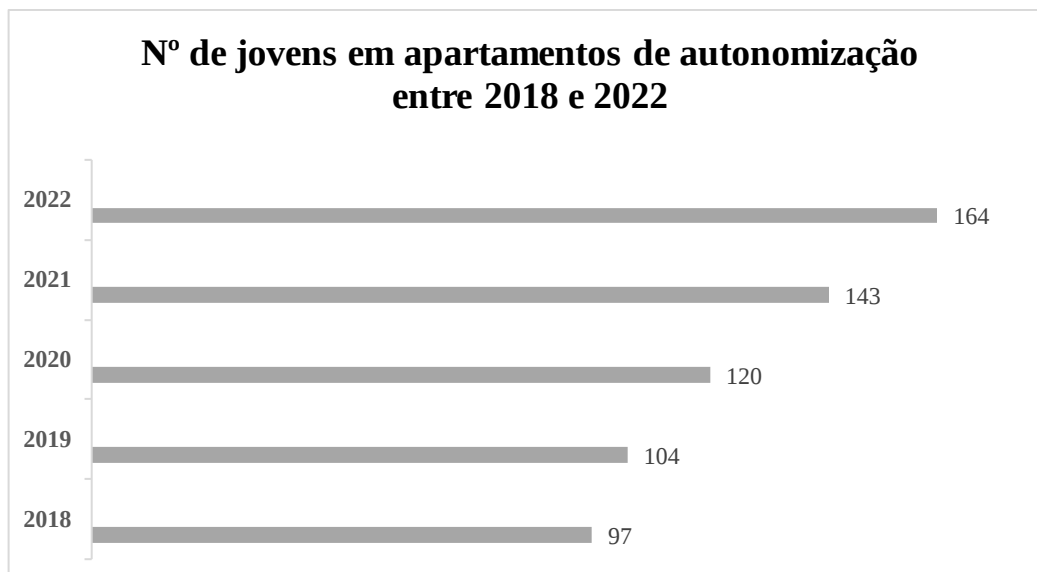
As primeiras englobam aquisições relativas ao seu autoconceito, autoconfiança, autoestima, gestão de emoções, capacidade de resolução de problemas e conflitos, assim como o desenvolvimento de competências de assertividade e responsabilidade. As competências de autonomia funcional são as necessárias para uma vida independente, tais como a gestão do dinheiro, a gestão da casa, saber cozinhar, saber organizar espaços, saber procurar informação e recursos, e utilizar vários serviços públicos.

Para além de todas as dinâmicas associadas ao processo de autonomização discutidas até ao momento, existe ainda outra medida descrita na LPCJP: os apartamentos de autonomização, presentes no artigo 50º (LPCJP, na sua atual redação). Os apartamentos são espaços habitacionais inseridos na comunidade, destinados a jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 21 anos, que demonstrem responsabilidade e competências para a vida independente. É igualmente um contexto que encoraja os jovens a serem responsáveis pelos seus atos e por si próprios, gerindo as suas atividades e o dinheiro, realizando as suas compras de forma individual.

Considerando a ideia apresentada no parágrafo anterior, importa perceber a evolução do nº de jovens em apartamentos de autonomização. Em conformidade com o Gráfico 2 é visível que estes apartamentos têm vindo a ganhar peso como medida de preparação para a autonomia.

Gráfico 2

Evolução do nº de jovens em apartamentos de autonomização em Portugal nos últimos 5 anos



Fonte: Elaboração da própria com base nos dados disponibilizados pelo relatório CASA 2022

Esta medida torna-se urgente devido ao facto de o sistema de acolhimento abarcar de ano para ano, cada vez mais jovens com idades acima dos 12 até aos 17 anos, representando a faixa etária com maior número, exigindo-lhes que se emancipem com idade muito inferior, ao que é geralmente habitual na sociedade.

Sabe-se que 77% dos jovens que integram esta medida tem mais de 18 anos e 63% são rapazes. O tempo médio de acolhimento destes nos AA (apartamentos de autonomização) é de 2,4 anos.

Em conclusão, independentemente da realidade de cada jovem (regresse a família ou faça o seu caminho de forma autónoma), são exigidas ao acolhimento respostas únicas e adaptadas, respeitando os princípios apresentados pela LPCJP como a individualidade, o interesse superior de cada c/j e a sua participação.

2.1 Dificuldades no processo de autonomização

As competências sociais e pessoais assumem-se como influentes no processo de transição para a vida adulta. Segundo Gomes (2010), e interpretadas enquanto variáveis para a adaptação psicossocial destes indivíduos, quando postas em causa podem repercutir-se negativamente, ficando comprometida a transição para a autonomia.

Não basta pressupor que o trabalho da autonomia produz efeitos duráveis. É preciso perceber se as instituições estarão preparadas para conduzi-lo, se terão o conhecimento e os recursos necessários para o desenvolver, em suma, se estarão capacitadas para tal (Carvalho &



Cruz, 2015). É dando respostas a estas questões que se consolidam as respostas de autonomização, fundadas em prol de estratégias que ambicionem a autonomia.

A literatura produzida a este respeito chama a atenção para as vulnerabilidades extrínsecas que podem condicionar todo este processo. Gaspar (2014), debruçando-se sobre este assunto, dá conta da “ausência de programas nos LIJ e nos CAT que criem condições para os acolhidos mais velhos irem no dia a dia lidando com situações do quotidiano” (p.22). Se tivermos em conta o efeito destes programas nas trajetórias de vida, logo percebemos a falta deles. Yelick (2017) através do seu estudo, comprova este cenário, afirmando que os jovens que beneficiam de um programa de autonomia de vida apresentam melhores competências de vida, nomeadamente ao nível da obtenção de emprego e da gestão monetária e realização de poupanças.

Exemplos destes programas são o Programa Umbrella⁹, criado entre 1997 e 2000 com o intuito específico de implementar atividades em acolhimento residencial, para que estes jovens desenvolvessem ferramentas adequadas para conseguirem realizar uma transição bem-sucedida para a vida adulta, incluindo temas como o emprego, a saúde, a educação e o dinheiro. Este programa tornou-se um guia para a construção de outros programas de autonomia em acolhimento residencial. Os participantes deste projeto referiram o impacto positivo do mesmo, identificando a relevância e a utilidade das atividades bem como a aquisição de novos conteúdos para a preparação para o seu futuro.

O Projet’Ar-te ¹⁰é outro exemplo de um projeto entre 2012-2015 financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian que apresenta como finalidade a promoção da autonomia, durante e após o acolhimento residencial das jovens. Neste projeto está integrado o programa de Desenvolvimento de Competências para a Vida que visa o desenvolvimento de competências de regulação emocional, pessoal e social. Os resultados indicaram que o programa se revelou

⁹ Este programa surgiu na consequência de um projeto de Leonardo da Vinci, financiado pela União Europeia. A sua aplicação estendeu-se a 5 países: Holanda, Finlândia, Escócia e Alemanha. A versão portuguesa deste programa ocorreu em 2006 da responsabilidade do CAFAP da Mundos de Vida. As atividades inerentes a este programa foram concebidas por uma equipa multidisciplinar. A metodologia utilizada contou com 4 instrumentos distintos: a) um caderno de exercícios agrupados em 5 áreas (social, sobre mim mesmo, escola-trabalho, dinheiro e a minha casa); b) um dossier pessoal, onde se guarda os exercícios realizados pelos jovens; c) um manual de orientação para os técnicos acerca do funcionamento do programa; d) um questionário de avaliação das competências direcionados para os jovens (Scribd, s.d).

¹⁰ Este projeto envolve uma intervenção psicossocial e socioeducativa para jovens entre os 12 e os 18 anos, cuja finalidade foi promover e acompanhar o seu processo de autonomia, durante e após o acolhimento residencial. No programa de Desenvolvimento de Competências para a Vida, participaram 39 jovens, dos 11 aos 19 anos, avaliado através de 3 momentos distintos (pré, pós-intervenção e follow-up de 12 meses) relativamente a problemas de comportamento, autoestima e competências de autonomia. O follow-up realizado aos 12 meses revelou tendência para manutenção dos ganhos. De um modo geral, este programa contribuiu para uma maior autonomia dos seus participantes (Velho et al., 2016).



eficaz, sendo que quando comparados os valores da pré e pós-intervenção, a maioria das jovens apresentou uma melhoria nos indicadores de regulação emocional e de competências pessoais e sociais.

Mais recentemente, destaca-se o *Projeto Voar para a Autonomia*¹¹ coordenado pela PAJÉ, em junho de 2021 e com a duração de dois anos (junho de 2023). O seu principal objetivo prende-se em aplicar programas socioeducativos junto de jovens em acolhimento residencial, sensibilizando-os para a importância da preparação para a vida pós-acolhimento e incrementando assim a sua autonomia emocional. De acordo com feedback dos participantes, foi notório o impacto positivo deste projeto, contribuindo para a tomada de decisões importantes (prosseguir os estudos), assim como aquisição de conhecimento sobre as lides domésticas e toda a dinâmica de ser “independente”.

Porém, e embora haja uma maior aposta neste âmbito, a literatura revela que ainda são precisos mais esforços, havendo carências de programas que trabalhem transições para a autonomia.

A questão torna-se, ainda, mais complexa se considerarmos outras falhas apontadas pela literatura. Sousa (2015) refere que os jovens acolhidos, de um modo global, revelam conhecimentos básicos de várias áreas, mas na prática não possuem as competências necessárias em determinados domínios considerados essenciais, como é o caso da gestão económica e das perspetivas de integração futura a nível escolar e profissional, devido à falta de situações concretas para a sua aplicabilidade, enfraquecendo todo o processo de independência. Dias et al. (2012) reforçam esta opinião quando salientam que o “treino de

¹¹ O projeto conta com a colaboração de 6 parceiros (SCM Portalegre, SCM Porto, SCM Vagos, CPJ – Casa da Estrela, CAF Pinto de Carvalho e o CSP Recardães) é financiado pelos EEAGrants, e promovido pelo consórcio Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação Bissaya Barreto, no âmbito do Programa Cidadãos Ativ@s. As principais atividades deste projeto estão divididas em 3 etapas: 1) realização de sessões nas casas de acolhimento com jovens em pré-autonomia, sensibilizando-os para a vida pós-acolhimento, promovendo o seu autoconhecimento e o desenvolvimento de competências e estratégias para a resolução de problemas. Esta primeira etapa ocorreu no dia 16 de março de 2022 na Santa Casa da Misericórdia do Porto – no colégio Barão de Nova Sintra. No total foram realizadas 18 sessões; 2) Proporcionar aos adolescentes e jovens acolhidos nas casas de acolhimento parceiras do projeto, um dia em Coimbra, com a equipa da PAJE. Pretende-se que estes jovens experienciassem um dia diferente, fora do contexto do acolhimento. Assim, ao longo de um dia, jovens de duas Casas de Acolhimento diferentes, participaram em atividades socioeducativas, como por exemplo visitas à Universidade de Coimbra, ao Museu Machado de Castro e ao Exploratório. Esta atividade decorreu no dia 24 de junho de 2022. E por último, a terceira fase que pretendeu que os jovens que tendo atingido a maioridade fossem colocados em ambiente e situação análogas às de uma vida autónoma, de forma a consciencializá-los para a vida fora da Casa de Acolhimento, testando simultaneamente as suas competências de autonomização. Para tal, os jovens passaram uma semana em Coimbra, num espaço alugado pela PAJE, sendo responsáveis pelo cumprimento de determinadas tarefas (confeccionar um prato à escolha para 2 elementos da PAJE). Esta atividade desenvolveu-se no dia 12 de setembro. Note-se que o projeto terminou no dia 19 de maio de 2023 (PAJE, s.d).



competências de vida só estará efetivamente concretizado quando a pessoa for capaz de transferir a competência aprendida num dado contexto” (p.36).

Sousa (2015) identifica ainda outra limitação: o funcionamento logístico das instituições, isto é, embora o acolhimento integre uma equipa educativa e uma equipa técnica, a falta de articulação entre elas impossibilita um trabalho contínuo, muitas vezes causada pela dinâmica da instituição, bem como o excesso de burocracia que exige tempo. Cordeiro et al. (2016), através do seu estudo acerca da perspetiva dos técnicos em relação ao projeto de vida dos seus jovens, concluíram que apenas 31,8% dos técnicos aplicaram-no, corroborando a afirmação de Sousa (2015), o que evidencia que nem sempre as intervenções embora planeadas, sejam aplicadas.

Do mesmo modo, Geenen e Powers (2007) abordam outra lacuna, enfatizando que os programas desenvolvidos não possuíam serviços adequados às necessidades específicas dos jovens que se encontram em fase de transição. Cassarino-Perez e seus colaboradores (2018) analisaram programas neste âmbito, identificando as suas fraquezas e potencialidades. Dos resultados observados, os autores para além de corroborarem a ideia anterior, adiantam que estes programas devem incluir metodologias participativas, encarando os jovens como elementos ativos nas suas decisões.

Esta ideia vai de acordo com a investigação de Gaspar (2014), que ressalta a “urgência em implementar programas de formação aos cuidadores (funcionários, técnicos e diretores) que visem assegurar uma promoção da qualidade do acolhimento e do desenvolvimento de competências nos menores” (p. 6).

Outro aspeto determinante associado aos programas é o desinvestimento de recursos financeiros por parte do Estado nesta componente, desencadeando consequências para o futuro destes jovens, “os jovens acolhidos que nunca integraram programas de autonomia de vida dependem mais de ajuda financeira do que jovens que participaram em programas de autonomia” (Pereira, 2016, p.31).

Relativamente aos apartamentos de autonomização, uma resposta social mais integradora, são insuficientes para o conjunto de jovens que têm como projeto de vida a autonomia. Estes espaços estão a cargo das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), que normalmente não têm fundos para arcar com as despesas da sua construção e manutenção, pelo que esta resposta é muito escassa.

Continuando a seguir esta linha orientadora e em conformidade com os dados da literatura consultada (Holt & Kirwan, 2012; Vicente & Lopes, 2021) sabe-se que a falta de acompanhamento por parte das equipas técnicas é um fator-chave que pode comprometer a



concretização desta resposta. Pereira (2016) ratifica esta ideia verbalizando que “a autonomia que se pretende promover não é equilibrada e se o acompanhamento for insuficiente mais difícil será dotar os jovens das competências necessárias para a promoção da sua autonomia” (p.52).

Por outro lado, a idade limite de integração faz com que o objetivo principal dos AA (a maximização da independência dos jovens) assumam contornos antagónicos em relação ao esperado. Na verdade, e de acordo com o panorama atual, consideramos que a saída obrigatória aos 21 anos não é razoável, na medida em que nas atuais sociedades se verifica uma autonomização mais tardia dos jovens, comparativamente ao que acontecia nos anos 90.

Esta demora dos jovens na sua autonomização, deve-se a um conjunto de fatores como, por exemplo, o alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos, que permite que os jovens não abandonem a escola de forma antecipada. Em 2022, Portugal registou a taxa mais baixa de abandono escolar (6%), o que indica que a maioria dos jovens dos 18 aos 24 anos completou o ensino secundário (94%). Se compararmos com os dados dos anos 90 (1992) verificamos mudanças significativas na qualificação dos jovens, pois nessa altura 50% dos jovens tinha deixado de estudar sem completarem o secundário (Pordata, 2022).

Outra variável com forte influência no percurso dos jovens é a entrada de cada vez mais jovens no ensino superior. Tal como o número de alunos a completar o secundário cresceu, também o número de jovens no ensino superior aumentou significativamente. No último ano letivo (2021/22) 433 217 jovens estiveram inscritos nas universidades e politécnicos, valor que aumentou mais 5,2% em relação ao ano anterior. Já em 1990, esta realidade parecia ainda estar distante, pois apenas 157 jovens estavam integrados no superior (Pordata, 2022)

Apesar do aumento mensurável das qualificações, a nova geração de jovens está a ter dificuldades na transição para o mercado de trabalho, quer em termos de oportunidades de emprego, quer de qualidade do emprego. Embora em 2022 a taxa de desemprego jovem em Portugal (15-24 anos) atingisse os 19%, o valor mais baixo de sempre, a precariedade laboral e a falta de acesso a uma habitação acessível, são aspetos atuais que não permitem que os jovens tenham uma carreira profissional estável, adiando o alcance da sua independência.

O estudo realizado pela Pordata (2023), acerca da situação dos jovens dos 15 aos 24 anos, veio corroborar os aspetos atrás identificados que dificultam os jovens de atingir a sua independência. Assim, de acordo com os seus dados, 25% dos jovens entre os 18 e os 24 anos, estão em situação de pobreza ou exclusão social, sendo que 10% dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) são jovens dessa faixa etária. Por outro lado, seis em cada dez empregados têm vínculos de trabalho precários, e Portugal é ainda o 7º país da União



Europeia com maior taxa de desemprego jovem, afetando um em cada cinco jovens no mercado de trabalho.

Do conjunto de estudos realizados nesta área existe uma conclusão que se torna comum em todos eles: a promoção e o desenvolvimento de autonomia ainda são insuficientes nas casas de acolhimento, sendo várias as condicionantes, desde características da própria instituição, o perfil dos jovens que as integram, entrando cada vez mais tarde e com trajetórias intensas e complexas que exigem um trabalho mais exigente, precoce e terapêutico, o que não é recorrente em todas as instituições. O trabalho de autonomização deve estar alicerçado à condição destes jovens, conhecendo o passado e tentando alterar os desequilíbrios da sua vida.

Capítulo 3 – O processo de pós-acolhimento: transição dos jovens acolhidos

1. A realidade de jovens ex- acolhidos: vulnerabilidades do perfil de saída

A transição para a fase adulta, também conhecida por “autonomização”, reveste-se de uma complexidade enorme, pelas inúmeras circunstâncias envolvidas e determinantes para o seu percurso. Independentemente da idade de saída, e se atentarmos à realidade destes jovens, alguns autores referem que a sua idade cronológica não corresponde à idade mental, o que constitui um problema suplementar. O comprometimento psicossocial inviabiliza as adaptações ao exterior, pois na realidade e em certos casos, os jovens não adquiriram ainda a maturidade suficiente para lidar com certas situações do quotidiano (Gaspar, 2014).

Contudo, tenham ou não adquirido as competências mínimas e necessárias para a saída das instituições, os jovens têm a possibilidade de, ao atingirem a maioridade, decidirem se pretendem sair ou continuar a residir dentro da instituição, onde se poderão manter até aos 25 anos, na presença de percursos formativos. Nos casos em que o jovem não integre nenhum curso, e se prolongarem a medida após os 18 anos, a sua saída dar-se-á aos 21 anos, altura em que a lei determina que cessa a medida de acolhimento.

Muitas vezes a decisão de sair aos 18 anos ocorre de forma imponderada, à procura da liberdade que não têm, descurando as consequências, nomeadamente o fim do acompanhamento pela instituição. A partir do momento em que se dá a rutura são considerados adultos e como tal, terão de se orientar por si, não havendo qualquer possibilidade de retorno em situação de crise.

Com efeito, Pereira (2016) salienta que esta rutura com a instituição, a quem os jovens chamam “casa”, é propícia ao aumento dos riscos, uma vez que a ausência da proteção e orientação desta entidade, leva a uma maior suscetibilidade e vulnerabilidade dos jovens, podendo ser o suficiente para que o trabalho e o investimento feito ao longo do acolhimento



seja colocado em causa. A par disto, espelham-se as dificuldades que os jovens enfrentam após a sua saída (dificuldades económicas, ausência/ relações frágeis com os seus progenitores, interrupção do processo de estudos, trabalhos precários e sem estabilidade), que ganham relevo, tornando-se um círculo vicioso e fértil para trajetórias desadaptativas (Gaspar et al., 2015).

Assim, é de esperar que neste processo de individualização, as incertezas e medos dos jovens fiquem mais acentuadas, trazendo repercussões enormes para a sua independência, tornando-se o processo de pós acolhimento completamente dissonante com o trabalho realizado e delineado pela instituição, configurando-se como “[...]percursos em que não raras vezes escasseiam figuras de referência, apoios financeiros e ligações afetivas” (Pereira, 2016, p.33).

Deste modo, e refletindo acerca dos obstáculos sentidos pelos jovens, importa perceber quais as práticas sociais que têm vindo a ser implementadas neste âmbito, assim como a sua adequabilidade na integração destes jovens. A este propósito, apresentamos de seguida um estudo exploratório (Pereira, 2016), apoiado não só pelas narrativas de dois jovens acolhidos (com mais de 18 anos) e de três adultos ex-acolhidos de três centros de acolhimento em Portugal, mas também pelo contributo de diretores e técnicos dos três centros de acolhimento e uma técnica da CPCJP. Este olhar cruzado e diferenciado permite-nos tecer algumas considerações sobre o impacto do processo de autonomização nos percursos de vida de jovens que, de momento, já estão autonomizados e, também, que de futuro enfrentarão este processo.

O estudo em questão *“Desafios à (Des) Institucionalização de Crianças e Jovens: processos de autonomização e pós-acolhimento”* da autoria de Pereira (2016) está estruturado em quatro secções: o processo de preparação para a saída da instituição; a importância dos apartamentos de autonomização e do apoio para a autonomia de vida no processo de transição; as idades, motivos e escolhas subjacentes à saída da instituição; e os apoios e respostas existentes no pós acolhimento.

Tal como se depreende do relato dos participantes, o processo de saída da instituição constitui, à semelhança do processo de chegada, um período de transição importante, pelo que a sua preparação e gestão devem ser igualmente valorizados. A este nível importa perceber como é que os jovens são preparados para a autonomia. Assim, e de acordo com os diretores e técnicos entrevistados, a autonomia é integrada na vida dos jovens de forma precoce e diária, atribuindo-lhes a responsabilidade de organizarem as suas roupas, quartos e outros bens pessoais. Além disso, é preocupação também dos técnicos em fomentar dinâmicas que permitam aos jovens saber a que entidades podem recorrer quando saírem da instituição (tribunais, bancos, segurança social, entre outros).



Embora seja clara a importância atribuída a este processo de preparação, são também visíveis as dificuldades inerentes à efetivação do mesmo. São várias as limitações/obstáculos sentidos pelos técnicos¹². Através dos excertos apresentados em nota de rodapé compreende-se que os técnicos refletem sobre os entraves associados a este processo, ditando a necessidade de um tratamento diferenciado consoante as particularidades de cada jovem, destacando como obrigatório o envolvimento do jovem no seu projeto de vida, assim como da família, no caso do PV destinado à reintegração na família.

Na voz dos entrevistados, a intervenção desenvolvida pela instituição ao nível das atividades de autonomia e desenvolvimento de competências é reconhecida, embora umas mais explícitas que outras. Porém, esta opinião não é partilhada por todos os jovens. De entre as vulnerabilidades, identificadas por outro grupo de jovens, destacam-se a insuficiente preparação, aliada à falta de competência por parte dos funcionários, bem como à inexistência de jovens mais velhos como figuras de referências dos mais novos.

Tendo em consideração a importância atribuída aos espaços e apoios de autonomização como variáveis favoráveis à transição, um outro ponto de análise fundamental é procurar entender qual o conhecimento que os jovens têm sobre estas ajuda e o seu impacto nas suas trajetórias de vida.

Na perspetiva dos jovens há um desconhecimento generalizado sobre estas medidas, especialmente sobre o apoio para a autonomia de vida. Os técnicos justificam esta situação com o número reduzido de jovens com esta resposta, assim como a demora dos apoios financeiros e a falta de acompanhamento aos jovens¹³, sendo fatores que inviabilizam a eficácia destes apoios.

Em contrapartida, o funcionamento dos apartamentos de autonomização parece ser mais familiar aos jovens. Através de um testemunho juvenil, é dado um alerta para a necessidade da avaliação dos critérios de admissão para a integração deste apoio, “deviam ir os que merecem, (...), que já têm condições para tal. Não é por ter 18 ou 20 anos que mereço ir para aí” (Entrevistado 10, Pereira 2016, pp. 52-53). O mesmo jovem menciona ainda que esta resposta deveria ser provisória, evitando que os jovens desistam de alcançar os seus objetivos e considerem isso como suficiente para a sua vida.

¹² Nem sempre a dinâmica da instituição é compatível com este trabalho diário de promoção de competências de autonomia, ou então, o trabalho imprescindível de autonomia financeira torna-se complicado, pois “sem dinheiro, não se desenvolve a autonomia financeira” (Diretora Técnica da Casa do Vale, Pereira, 2016, p.48).

¹³ “A questão da supervisão é uma questão muito importante, um acompanhamento efetivo, que não seja feito através de relatórios ou e-mails (...) um acompanhamento do dia-a-dia, a supervisão tem de ser próxima e constante.” (Técnica do Centro Juvenil de São José) (Pereira, 2016, p.52).



Em conformidade com a opinião dos técnicos, é igualmente visível o atributo positivo associado a este suporte, proporcionando um trabalho mais individualizado, impossível nas instituições devido ao número de c/j. Ao mesmo tempo, permite aos jovens um enriquecimento das suas competências, pois passam a ser responsáveis por todas as tarefas domésticas, pelo cumprimento de horários, pela articulação com entidades e serviços externos, maximizando a sua autonomização a todos os níveis.

Ainda no que respeita aos apartamentos, não estão livres de limitações. Uma delas é a idade limite da sua frequência, que ocorre aos 21 anos, ressaltando-se mais uma vez o problema da falta de acompanhamento posterior à cessação desta resposta, e a outra é o seu número reduzido, não sendo implementados em todas as instituições, como é o caso das instituições envolvidas no estudo, maioritariamente devido aos custos associados. Perante esta realidade, e face à importância de um espaço individual neste processo de autonomia, cabe às instituições criarem espaços próprios e similares aos apartamentos, dentro da instituição, tendo sempre em consideração a maturidade e responsabilidade dos jovens.

Não menos importante, e também um ponto de reflexão, são as idades e motivos implícitos para a saída do acolhimento. Sabe-se que os jovens podem sair da instituição aos 18 anos ou então prolongar a sua saída até aos 21 anos, devendo-se conhecer os fatores que pesam na hora de decidir, os argumentos que os fazem ficar e as vontades que os fazem sair, pois parte do trabalho de autonomização deverá incidir na advertência dos prós e contras de decisões tão marcantes quanto estas.

Segundo os testemunhos dos jovens do estudo aqui citado é unânime a vontade de permanecer na instituição. Normalmente os motivos prendem-se ao desejo de querer prosseguir os estudos, a inexistência de retaguarda familiar que os receba, bem como à consciência de que dificilmente conseguirão atingir a sua independência sem a ajuda financeira e acompanhamento institucional.

No entanto, e apesar destes fatores, ainda há jovens que resolvem abandonar a instituição aos 18 anos. Entende-se através dos seus relatos que os jovens efetivam esse desejo sem pensar nas consequências, arrependendo-se mais tarde. De entre as justificações desta decisão, muitas vezes inconsequentes, estão a vontade de não ter de cumprir regras, a ansiedade de uma vida independente sem necessidade de qualquer autorização e a esperança de a família lhes dar o que necessitam.



Por sua vez, os técnicos dão conjuntamente o seu contributo, relacionando os motivos destas saídas (antecipadas ou não) com a idade em que os jovens integram a instituição.¹⁴ De um modo geral, e de acordo as suas narrativas, há uma grande inquietação com o término da medida, pois independentemente da idade confessam que estes jovens ainda não estão completamente preparados para se autonomizar.

Na presença destas debilidades, e para concluir, torna-se vital analisar os apoios e as respostas existentes para os jovens em fase de pós acolhimento, podendo contribuir para transições positivas.

O limite de permanência na instituição dá-se aos 21 anos, sendo os jovens confrontados com a saída obrigatória do sistema de acolhimento, apresentando níveis de escolaridade baixos e enormes dificuldades na obtenção de emprego, podendo usufruir de apoios estatais, que por vezes não são imediatos nem eficazes (atraso no montante do Rendimento Social de Inserção ou falta de acompanhamento). Como forma de atenuar estas circunstâncias, os técnicos apontam como alternativa, a possibilidade de os jovens terem um emprego quando saiem da instituição. Infelizmente, o estudo aqui referenciado aponta antes para a dependência dos jovens ex-acolhidos em relação aos subsídios e apoios sociais para sobreviver.

As dificuldades apresentadas pelos jovens vêm corroborar, do mesmo modo, o cenário apresentado pelos técnicos. Para os jovens do estudo que estamos a apresentar, os apoios financeiros para além de demorados são insuficientes, não permitindo a sua sobrevivência condigna. Prosseguir os estudos também não é viável pelos custos que acarretam, não sendo suficiente o valor das bolsas de estudo. A única opção que resta é o trabalho. Contudo, e perante a conjuntura atual, os trabalhos que encontram são normalmente precários, tornando difícil a sua sobrevivência, como ilustra o seguinte testemunho: “Em relação ao emprego, mandam currículos, alguns mandam imensos currículos, não tendo muita experiência é complicado e o que calhar calhou” (Entrevistado 10, Pereira, 2016, p.73).

Esta questão leva-nos a refletir sobre possíveis soluções que poderiam ser implementadas ainda em contexto residencial a fim de diminuir o impacto sentido à saída. Assim, e em concordância com a ideia dos técnicos apresentadas anteriormente, os jovens sublinham a procura de emprego, mesmo antes de abandonar a instituição, bem como a

¹⁴ (...) parece conseguir-se fazer aqui uma relação entre os jovens que entram mais cedo e que aos 18 anos pretendem continuar no local que os viu crescer e os jovens que entram mais tarde e fazem dos 18 anos o limite para permanecerem na instituição, saindo logo após o momento em que completam a maioridade”. (Diretor Técnico do Centro Juvenil de São José) (Pereira, 2016, p.59).



orientação permanente através de uma figura de referência próxima ou que acompanhou todo o percurso desses jovens.

Através dos resultados obtidos nas entrevistas do estudo aqui em análise podemos concluir que os jovens, de um modo geral, se encontram apreensivos sobre o seu futuro. Este receio explanado é consequência da ausência de respostas sociais ao nível do processo de autonomia, que gera alguma instabilidade na construção de uma trajetória de vida sustentada. Neste sentido, seria crucial um maior investimento por parte do Estado em respostas de autonomia, e por parte das instituições de acolhimento em atividades que promovam a autonomia e preparação da saída. Não menos importante, é a existência de um profissional responsável que transmita aos jovens ex-acolhidos uma sensação de apoio e segurança, promovendo uma transição saudável para a sua independência total.

Recentemente foi promulgada a Lei 23/2023, de 25 de maio, que introduziu novas alterações à LPCJP aplicando-se ao acolhimento familiar ou às casas de acolhimento. Deste modo, os jovens que tenham optado por iniciativa própria de sair do acolhimento, podem voltar para o acolhimento, podendo permanecer até aos 21 ou até aos 25 anos. Por outras palavras:

A criança ou jovem acolhido em instituição ou que beneficie da medida de proteção de acolhimento familiar, que tenha cessado as medidas por vontade própria, tem o direito de solicitar de forma fundamentada a sua reversão, com a continuação da intervenção até aos 21 anos, desde que iniciada antes de atingir os 18 anos, e até aos 25 anos sempre que existam, e apenas enquanto durem, processos educativos ou de formação profissional (Lei 23/2023, art.º n.º 1).

Embora esta medida seja importante e uma das respostas mais solicitadas pelos jovens ex-acolhidos no estudo em análise, não retira a necessidade de se trabalhar na prevenção pois como observamos nos vários relatos, não é apenas com esta iniciativa que os jovens vão deixar de ter dificuldades. São necessários outros complementos para minimizar ou eliminar algumas vulnerabilidades destes jovens na saída para o exterior, nomeadamente uma maior aposta no trabalho de autonomização durante o acolhimento. O retorno à sua “segunda casa” não é o suficiente para os medos e desafios destes jovens desaparecerem, é necessário que os técnicos transmitam conhecimentos, trabalhem com eles e acima de tudo sejam a família que em certos casos não existe.

Vale a pena, ainda, ter em conta na análise dos desafios à autonomização, a dimensão emocional do processo de autonomia de jovens acolhidos, na qual os relacionamentos de proximidade têm um papel preponderante ao inibir ou incentivar o desenvolvimento de competências cognitivas, sociais e emocionais (Gaspar, 2014).



Mais uma vez, a reflexão teórica de Bronfenbrenner (1978) ajuda a perceber que os contextos relacionais onde os indivíduos podem aprender a moldar a sua identidade social são os mais variados e correspondem a níveis de integração também eles diversos. Assim, o grupo de pares e os técnicos da instituição envolvem uma carga afetiva elevada dos indivíduos, funcionando, por isso, como um ponto de referência forte na cultura dos jovens.

Gaspar (2014), no seu estudo *“Os desafios da autonomização: estudo compreensivo dos processos de transição para diferentes contextos de vida, na perspetiva de adultos e jovens adultos ex-institucionalizados”* procurou entender qual o papel da vinculação com o grupo de pares e respetivos funcionários da instituição na preparação dos jovens para a vida adulta (autonomização), assumindo que estas afiliações podem, quando positivas, trazer um equilíbrio nas suas vivências sociais.

Nas narrativas dos jovens entrevistados, as relações entre pares são frequentemente assinaladas como positivas, marcantes e preponderantes nas suas regulações emocionais, suprimindo algumas lacunas relacionais com adultos. Em oposição, e relativamente à apreciação dos jovens das suas interações com os adultos da instituição, surgem sentimentos antagónicos. Para muitos a maioria dos cuidadores revelou poucas competências e empenho para os cargos que desempenhava, embora reconhecessem grande valia a alguns. Quase a maioria dos jovens identifica acontecimentos negativos que os marcaram na relação com os cuidadores¹⁵. O mesmo discurso é visível em relação aos técnicos, descritos como incompetentes, distantes e pouco humanos.

Embora as perceções sejam geralmente desfavoráveis, destacam-se também alguns testemunhos que encaram estas figuras como referência, capazes de auxiliá-los nos momentos mais difíceis e exigentes das suas vidas, mostrando gratidão pela entrega e dedicação de alguns dos cuidadores: “Foi um grande anjo da guarda porque sempre me ajudou e a todos os utentes, em grandes momentos das nossas vidas” (Testemunho de um jovem ex-acolhido, Gaspar, 2014 p. 121).

Dos resultados recolhidos tecem-se algumas considerações sobre a realidade institucional, destacando-se a urgência de haver técnicos ou equipas que acompanham autonomização dos jovens, a necessidade de se repensar a idade a partir da qual os jovens são obrigados a abandonar a instituição e as dificuldades no trabalho da autonomia deste grupo de jovens tão heterogéneos. Todas estas situações acabam por revelar a fragilidade do sistema de

¹⁵ “Uma funcionária da lavandaria, era muito agressiva e chegava a bater sem motivo nenhum. Ainda hoje quando me lembro, tenho a sensação de sentir os dedos dela na minha cara.” (Testemunho de um jovem ex-acolhido, Gaspar, 2014, p.122).

acolhimento, potenciando o risco de exclusão social a que este grupo de jovens está sujeito. Só trabalhadas todas as dimensões (emocionais, funcionais e cognitivas) é que os jovens poderão estar verdadeiramente preparados para enfrentar o seu futuro.

2. O cenário do pós - acolhimento em Portugal

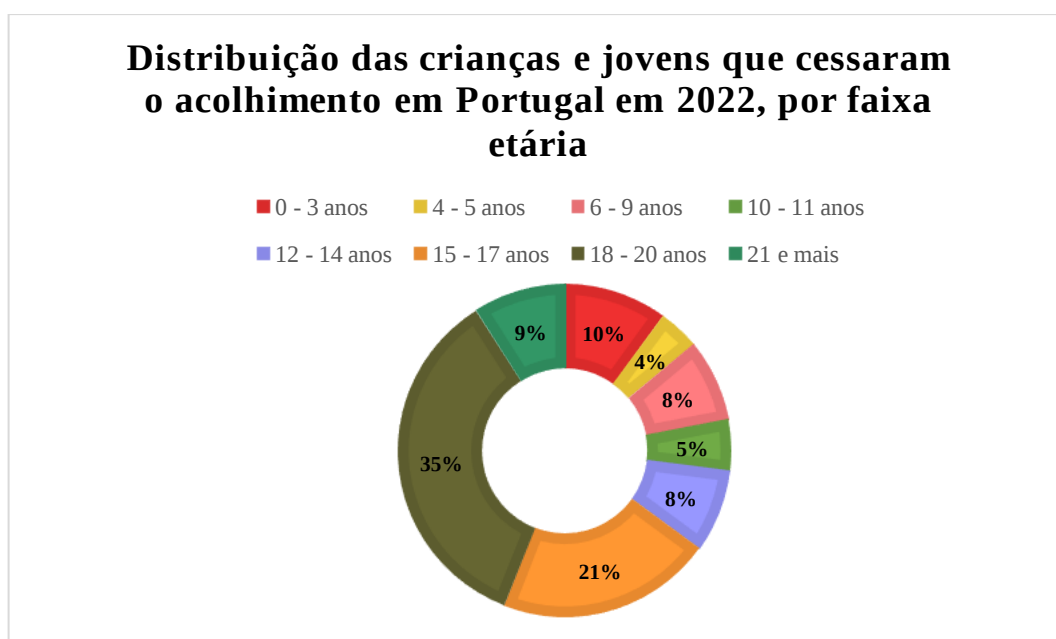
Genericamente, a transição para a vida adulta de jovens acolhidos é um processo complexo, na medida em que estes jovens saem já desfavorecidos pelas suas experiências antes do acolhimento, acentuando-se ainda mais essas mesmas debilidades devido às falhas estruturais no sistema de acolhimento.

No âmbito desta dissertação, importa-nos conhecer a situação do acolhimento e pós-acolhimento em Portugal. Para tal, recorreremos ao Relatório CASA de 2022, enquanto documento mais atual, produzido pela Segurança Social, a respeito da situação do acolhimento em Portugal. Dos dados do Relatório CASA, em 2022, 2.250 crianças e jovens cessaram o acolhimento nesse mesmo ano, observando-se um aumento de 2 % relativamente ao ano de 2021.

Observando as saídas do acolhimento por idades, e como é visível no Gráfico 3, os dados apontam que a maioria das cessações do acolhimento ocorrem na faixa etária dos 18 – 20 anos (35%), seguindo-se o escalão etário dos 15 - 17 anos com 21%.

Gráfico 3

Distribuição das crianças e jovens que cessaram o acolhimento em Portugal em 2022, por faixa etária



Fonte: Elaboração própria com base nos dados retirados do relatório CASA 2022

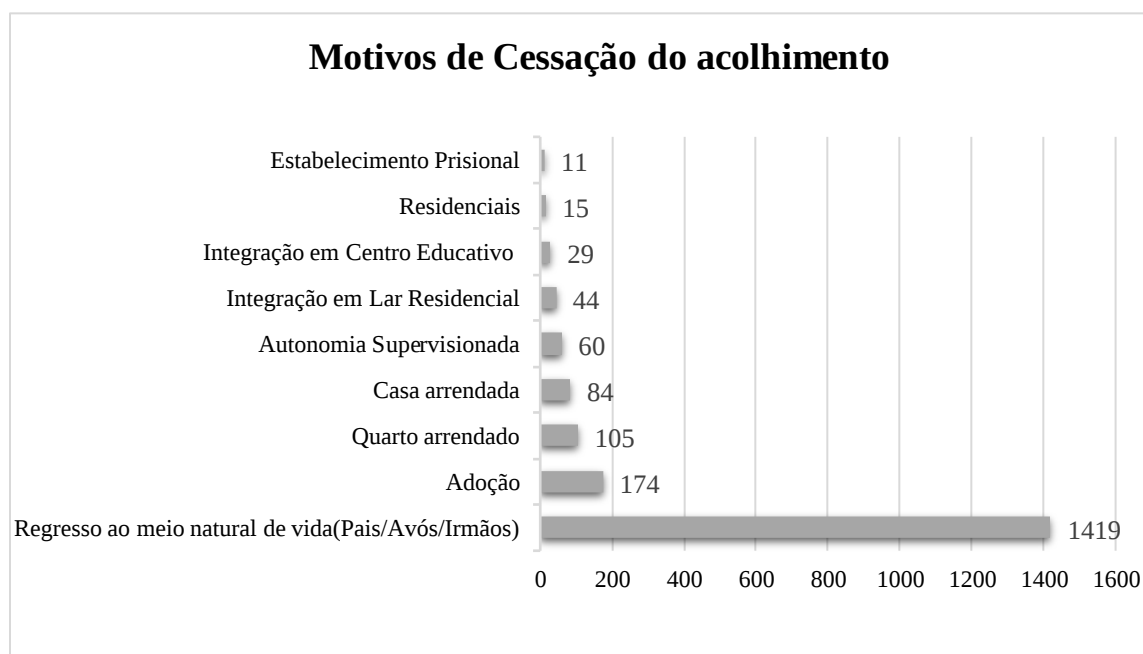
Partindo do princípio que nem sempre é possível a realização dos PPP previamente delineados, os jovens são obrigados a escolherem outras opções de caminhos futuros após a sua saída do acolhimento. Em conformidade com o Gráfico 4 é notório que o desfecho não é igual para todos.

A maioria das c/j que saíram do sistema de acolhimento fizeram-no por ter sido concretizado o seu projeto em meio natural de vida, realidade que abrangeu (96%) crianças e jovens. Destas, a maioria (63%|1409) foi integrada junto dos seus pais ou outros familiares, e 8%|174 foi adotada. Relativamente à autonomia supervisionada trata-se de uma nova resposta do sistema de promoção e proteção, criada para responder aos desafios colocados aos jovens em meio natural de vida, desenvolvida a partir de setembro de 2021 e integrando 60 jovens.

No que concerne aos percursos associados ao processo de autonomização, 105 encontram-se a viver em quarto arrendado, 84 em casa arrendada e 15 em residenciais. Por último, existem ainda situações que levam à transição das c/j para outras respostas institucionais, nomeadamente Lares Residenciais, Centros Educativos e Estabelecimentos Prisionais.

Gráfico 4

Percursos dos jovens que cessaram o acolhimento em Portugal



Fonte: Elaboração própria com base nos dados disponibilizados pelo relatório CASA 2022



Analisando as causas associadas à inexistência da aplicação de uma medida, identificam-se a maioria (não havendo qualquer conhecimento dos destinos dos jovens), que abrangeu 110 jovens, e as fugas, em que se dá o arquivamento do processo de promoção e proteção, acontecimento que ocorreu a 116 jovens (Relatório CASA, 2022).

No pressuposto de que as situações de perigo que originaram o acolhimento poderão exigir um acompanhamento técnico subsequente, juridicamente poderá ser necessário a substituição da medida de colocação por uma medida em meio natural de vida ou uma providência tutelar cível. Nesse âmbito, 61,7% dos jovens que cessaram a sua medida de acolhimento tiveram uma outra medida em meio natural de vida ou outra figura jurídica subsequente. As medidas aplicadas posteriores ao acolhimento com maior expressividade foram: o apoio junto dos pais (55,2%); junto de outro familiar (16,5%); adoção (10,5%) e por fim, autonomia de vida (8,9%) (Relatório CASA, 2022).

De acordo com Gaspar (2014), o acompanhamento e apoio pós-acolhimento têm uma importância acrescida, sendo que na inexistência de qualquer apoio, a medida se torna ineficaz, podendo os jovens ingressar em trajetórias pouco viáveis, inviabilizando toda a preparação feita até ao momento. Deste modo, apresenta-se, ainda, um outro indicador, a respeito da rede social após a saída.

Dos 123 jovens que após a sua cessação do acolhimento alteram a sua medida para o apoio para autonomia de vida, acionaram os seguintes apoios: apoio económico no âmbito da aplicação de medida em meio natural de vida; apoios eventuais de ação social; habitação; centro/serviços de emprego (formação profissional); RSI; apoio alimentar e apoio psicopedagógico. Os recursos mais mobilizados foram o apoio económico (59%), registando uma diminuição em relação a 2021 (75%), o encaminhamento para o Centro/ Serviços de emprego (46%) bem como o apoio à habitação (38%), que comparativamente a 2021, apresentam um maior peso percentual.

Por último, e ainda nesta linha de reflexão, é importante conhecer o acompanhamento destes jovens após a cessação do acolhimento. De acordo com a legislação, três meses após a saída da criança ou jovem do sistema de acolhimento deverá ser feita uma avaliação da situação em que a criança ou o jovem se encontra. Da análise dos dados podemos constatar que esse follow-up foi realizado a 60% das crianças e jovens, o que representa um aumento significativo em relação aos 41,6% do ano anterior. Desse universo, o acompanhamento na modalidade presencial foi realizado a 41% das situações, e na modalidade telemática a 50% das crianças e jovens, tendo sido realizadas ambas as modalidades em 9% dos casos.



De um modo geral, estes dados traduzem a realidade dos jovens que saíram das instituições, evidenciando-se a necessidade de lhes proporcionar um acompanhamento de pós-cessação da sua medida, de forma a possibilitar que estes alcancem o objetivo do acolhimento, o jovem ser capaz de viver de forma independente sem um enquadramento residencial.

A par das condições referidas, admitimos que os dados parecem, então, apontar para a importância de estudar o acolhimento residencial não como uma condição de fracasso para a vida autónoma, mas sim como um conjunto onde estão integrados vários fatores (individuais, ambientais), que condicionam tanto as trajetórias individuais como o processo de autonomização. Neste sentido, torna-se pertinente explorar estes percursos partindo dos significados que os jovens lhes atribuem, identificando assim os aspetos protetores e de risco.

Parte II: Enquadramento Empírico

Capítulo 1 – Considerações Metodológicas

1. Definição e Delimitação do Tema

O processo de saída das instituições de acolhimento constitui, à semelhança do processo de chegada, um momento importante. No entanto, por ser um acontecimento que acarreta muitas mudanças, pode ser experienciado com sentimentos de insegurança e medo de não ser capaz de se tornar autónomo, devido à impreparação que embora nem sempre verbalizada, é sentida.

Desta forma, e como já exposto, é evidente a vulnerabilidade dos jovens neste período de transição, justificando-se a necessidade de recursos materiais, pessoais e sociais, que facilitem a adaptação à independência. Além disso, estas dificuldades parecem intensificar-se no contacto com os fatores de risco contextuais¹⁶, tornando esta faixa etária ainda mais suscetível à exclusão social.

De acordo com a reflexão feita no capítulo inicial desta dissertação, compreendemos que nem sempre a casa de acolhimento tem recursos suficientes para uma adequada preparação dos jovens. Por esta razão, e uma vez que muitos deles ainda apresentam relações frágeis com os seus progenitores, o pós-acolhimento apresenta uma importância acrescida. Contudo, o número de estudos sobre a transição dos jovens para fora das instituições não é equivalente ao interesse pela problemática do acolhimento, que tem vindo a ganhar expressão nos últimos anos.

¹⁶ Exemplos destes fatores, são o desemprego, a pobreza, ausência de vínculos com a família e associação a grupo de pares desviantes.



Atendendo ao exposto, e com o intuito de enriquecer a literatura acerca dos processos de autonomização, bem como dos aspetos que estão por trás de transições (des)favoráveis, é objetivo deste estudo aprofundar o conhecimento sobre os efeitos do acolhimento nos atuais contextos de vida de jovens ex-acolhidos.

Através desta análise procura-se compreender o que os jovens consideram importante para uma adaptação à vida autónoma, servindo de base teórica para uma melhoria na intervenção social e educativa com esta população. É esperado que as casas de acolhimento forneçam condições de sucesso para jovens acolhidos, de forma que possam ultrapassar a desvantagem social de que foram vítimas, consigam inverter o rumo da sua trajetória de vida e, desta forma, alcancem um futuro bem-sucedido.

Apresentados os traços genéricos do nosso objeto empírico interessa-nos agora compreender em que termos se operacionalizou metodológica e tecnicamente o questionamento teórico que empreendemos.

2. Objetivos

2.1 Objetivos gerais e específicos

Para o presente estudo elegeu-se um objetivo geral: (i) conhecer as representações que os jovens ex-acolhidos têm a respeito do processo de acolhimento. Este objetivo central foi operacionalizado através dos seguintes objetivos específicos:

- a) Aferir as representações que os jovens têm das instituições de acolhimento;
- b) Conhecer as representações dos jovens sobre o papel dos técnicos e sobre o grupo de pares no processo de acolhimento;
- c) Compreender como é encarada pelos jovens a preparação para a saída da instituição e quais as dificuldades que enfrentam nas suas vidas atuais.

3. Tipo de Estudo

A presente investigação é enquadrada num paradigma interpretativo, na medida em que nos focamos na compreensão, significado e ação, ao invés da explicação, previsão e controlo. Percebendo o tipo de paradigma utilizado, constata-se que a metodologia que mais se adequa ao mesmo é a qualitativa. A nível concetual, esta metodologia pretende aprofundar a compreensão dos fenómenos que estuda, interpretando-os segundo a perspetiva dos próprios sujeitos ¹⁷que integram tal situação (Bodgan & Biklen, 1994). Assim, a metodologia qualitativa

¹⁷ “Numa investigação qualitativa não se aceita a uniformização dos comportamentos, mas a riqueza da diversidade individual” (Coutinho, 2015, p. 29).



tem como objetivo a identificação da intenção dos participantes, através da ação que os mesmos desenrolaram.

A investigadora terá um papel predominante neste paradigma, na medida em que ouviu os participantes do estudo sobre a sua opinião e os significados atribuídos à problemática em questão, com o intuito de alargar conhecimento, e consecutivamente propor pistas de reflexão para os problemas apresentados pelos mesmos.

No âmbito da metodologia qualitativa, recorreremos ao estudo de caso que é visto como o método que melhor se adequa ao desenho metodológico definido para a presente investigação.

Do ponto de vista científico, o estudo de caso consiste numa investigação detalhada e pormenorizada de uma situação, de um sujeito ou um acontecimento, de forma a perceber as vicissitudes de todos os seus envolventes, sendo aplicada de uma forma holística, cujo objetivo é promover a compreensão integral do caso (Yin, 2005). É aliás, uma das estratégias de investigação mais frequentemente utilizada ao nível da metodologia qualitativa, quando se pretende compreender em profundidade um dado fenómeno, evidenciando a ideia de que é possível explicar o comportamento social, se esse fenómeno estiver fortemente associado à dimensão subjetiva dos indivíduos.

A opção pelo estudo de caso justifica-se pela circunstância de o problema por nós considerado pertinente, suscitar interesse pela sua complexidade, ampliando as oportunidades de análise acerca das configurações do acolhimento. Simultaneamente procuram-se soluções para enquadrar os jovens ex-acolhidos num contexto quotidiano compatível com as teorias analisadas. A escolha desta abordagem deveu-se também à heterogeneidade da população escolhida.

Ancorado a este método está a flexibilidade da conceção e da aplicação dos meios de investigação, eles mesmos heterogéneos por resultarem de diversos níveis de análise e da utilização de diferentes técnicas. Não menos importante, entre as várias qualidades do estudo de caso, é o facto de os participantes não serem reduzidos a cobaias e de desempenharem um papel ativo, permitindo partilhas de informações críticas.

Este método assume inevitavelmente uma função de “descoberta” (exploração ampla), nomeadamente quando não existem outros referenciais estudados. Por outro lado, também se pode apontar algumas desvantagens a este método, nomeadamente o facto de não proporcionar uma base para a generalizar. Todavia, também não era esse nosso propósito e daí o termos selecionado para esta investigação.



Para terminar, salientamos que a riqueza do estudo de caso assenta no facto de permitir aceder com a profundidade necessária a um objeto de estudo que assim o requer e que a sua virtualidade seja uma “porta aberta” para a génese de novas hipóteses e pistas de investigações.

4. Participantes

Dada a dificuldade de acesso à população de jovens que tivessem sido acolhidos em instituições de acolhimento, foi efetuado um pedido formal via e-mail, ao diretor da PAJE, uma plataforma de apoio a jovens ex-acolhidos, pedindo-lhe o contacto de jovens que estivessem disponíveis para participar num estudo cujo objetivo principal fosse conhecer as representações de jovens ex-acolhidos sobre o processo de acolhimento.

Com base nas informações disponibilizadas pelo diretor, o estudo foi composto por cinco jovens ex-acolhidos, dos quais quatro são do género feminino e um do género masculino. Estabeleceu-se como critérios de inclusão jovens ex-acolhidos que tivessem saído da instituição com idade igual ou superior a dezoito anos, que o seu projeto de promoção e proteção fosse autonomização e que ao mesmo tempo tivessem sido acompanhados pela PAJE.¹⁸ Excluíram-se os jovens que cessaram o acolhimento antes da maioridade e aqueles que voltaram para a sua família nuclear.

Foi elaborada a seguinte tabela para melhor identificação dos participantes, sendo apresentados pela ordem em que foram realizadas as entrevistas.

Tabela 2

Elementos sociográficos dos participantes

	Género	Idade	Habilitações Literárias	Nº de tempo acolhido	Condição perante o trabalho	Profissão
Entrevistado 1	Masculino	26 anos	Ensino Secundário (incompleto)	8 anos	Exerce profissão	Especialista em publicidade e marketing

¹⁸A saída da instituição é vista pela maioria dos jovens como um momento de tensão, admitindo a sua insuficiente preparação (Gomes, 2005; Gaspar, 2014) pelo que surgiu a necessidade de incrementar de forma formal o apoio que tantos jovens apelam. Neste sentido, nasceu a PAJE, em 2016, desenvolvida pelo Instituto de Psicologia Cognitiva e Desenvolvimento Humano e Social (Unidade I & D) da Universidade de Coimbra, que visa apoiar jovens com historial de acolhimento residencial, mais concretamente no período pós-acolhimento. Embora seja este o seu principal objetivo, assume também como preocupação os que ainda estão acolhidos, de forma a melhorar o perfil de saída. No que concerne ao apoio de jovens ex-acolhidos, a intervenção da PAJE centra-se no apoio em situações burocráticas do quotidiano (IRS, arrendamento, direitos do trabalho, apoios sociais, procura de emprego/formação, etc.), bem como de aconselhamento psicológico e social promovendo a sua inclusão social e laboral. No que toca, aos jovens em acolhimento, a PAJE aposta na formação de cuidadores e de jovens em pré-autonomia, com o propósito de os dotar de competências que permitam ultrapassara a saída da instituição, que é, muitas vezes, realizada sem rede de apoio (Gaspar et al., 2019).



Entrevistado 2	Feminino	31 anos	Ensino Secundário	15 anos	Desempregada	-----
Entrevistado 3	Feminino	33 anos	Frequência da Licenciatura em Serviço Social	16 anos	Exerce profissão	Técnica de apoio social numa junta de Freguesia
Entrevistado 4	Feminino	28 anos	Ensino Secundário	13 anos	Exerce profissão	Manicure
Entrevistado 5	Feminino	33 anos	Frequência do Doutoramento em Sociologia	12 anos	Exerce profissão	Técnica de apoio social numa ONG

Fonte: Elaboração própria de acordo com os dados disponibilizados pelos jovens entrevistados

5. Procedimentos de Recolha de Informação

A entrevista foi o instrumento selecionado como técnica de recolha de informação, constituindo o ponto nevrálgico de todo este trabalho de investigação.

A opção pela análise dos significados atribuídos pelos participantes, levou a investigadora a privilegiar uma metodologia mais intensiva de análise, assente na utilização da entrevista em profundidade como recurso central. Ao mesmo tempo, pelas suas potencialidades e porque os objetivos da investigação e a problemática teórica assim o exigiram, esta técnica assumiu-se como o instrumento principal de recolha de dados do estudo.

Uma das grandes vantagens do recurso às entrevistas em profundidade baseia-se na riqueza de detalhes e na informação pormenorizada que estas proporcionam ao nível dos significados, factos e experiências dos entrevistados (Campenhoudt et al., 2019). No presente estudo foi efetuada uma entrevista semiestruturada que obedeceu à construção de um guião¹⁹ através do qual pretendíamos aceder ao máximo de informação possível sobre: a) período do acolhimento; b) período pós-acolhimento e a c) situação atual.

Todo o guião é composto por questões abertas, tendo sido uma preocupação nossa o uso de uma linguagem acessível, a elaboração de questões simples e curtas, de forma a facilitar a compreensão dos conceitos a abordar.

Relativamente ao primeiro eixo do guião de entrevista - o período de acolhimento - o nosso objetivo foi o de entender qual a opinião do jovem em relação a este processo: o motivo associado ao seu acolhimento, como foi acolhido, o que sentiu quando entrou na instituição, como se desenvolveu a vida no acolhimento residencial (rotinas, atividades, aprendizagens, de que modo o acolhimento contribuiu para a pessoa que é hoje, relações com técnicos, relações com pares, relações com família). Neste item foram ainda exploradas questões associadas ao processo de autonomização (atividades e programas desenvolvidos, outras áreas que devem ser

¹⁹ O guião de entrevista encontra-se disponível no Apêndice A



trabalhadas com vista à independência dos jovens), com o intuito de percebermos como o acolhimento contribuiu ou não para a autonomia dos jovens entrevistados.

No que concerne ao período pós-acolhimento foram discutidos aspetos como a idade e motivo da saída dos jovens, as dificuldades/sentimentos vivenciados, a rede de suporte social e os apoios utilizados pelos jovens no seu percurso de autonomização e os seus impactos. Dada a experiência destes jovens, quisemos entender a sua perspetiva a respeito das consequências da eventual falta de apoio nesta etapa e sugestões tanto para os jovens que estivessem a cessar a medida de acolhimento, como para as respetivas instituições.

E por último, o eixo relativo à descrição da situação atual do jovem, procurou-se compreender quais as representações que os jovens tinham de si, após algum tempo do seu acolhimento, e o seu percurso pessoal e profissional até aos dias de hoje.

Passo a descrever as diversas etapas da implementação dos procedimentos de recolha das informações. O processo de recolha de dados decorreu entre janeiro e abril de 2023. Numa primeira fase, a investigadora contactou telefonicamente os jovens, para lhes apresentar o seu trabalho académico e pedir a sua colaboração. Realizados todos os contactos, procedeu-se a uma segunda chamada para a marcação das entrevistas, ficando acordado realizarem-se na modalidade online, designadamente, via plataforma zoom, por uma questão de facilidade para ambas as partes. Os entrevistados mostraram-se bastante recetivos e disponíveis, não colocando constrangimentos nas marcações.

Entretanto foi efetuado o pedido formal para as entrevistas, via e-mail, e enviada uma declaração de consentimento informado, onde constou o enquadramento do estudo, objetivos, e a autorização da gravação das entrevistas em formato de áudio e vídeo (Anexo B e C).

Cada entrevista durou em média 1h30. Finalizado este processo, o passo seguinte foi transcrever as entrevistas, um procedimento exigente, que implicou a transição do texto oral, para o texto escrito, com o máximo rigor e fidelidade dos dados, apoiada nas gravações que foram efetuadas, garantindo ao mesmo tempo que toda a informação útil fosse captada. Os dados recolhidos foram guardados pela investigadora e as gravações foram eliminadas após a transcrição.

A cada entrevista foi atribuído um código de identificação para garantir a confidencialidade e o anonimato dos participantes, assegurando o uso da informação unicamente para fins de investigação/publicação, sendo tratados de acordo com as normas de proteção de dados.

Na tentativa de diminuir a interferência da entrevistadora na narrativa, as perguntas mantiveram-se o mais abertas possível à interpretação e resposta pessoal do sujeito. Durante



todo o processo foram assegurados os procedimentos éticos subjacentes à investigação, nomeadamente o consentimento informado, o direito à privacidade e ao anonimato.

Inicialmente foram contactados cinco jovens e realizadas cinco entrevistas, mas posteriormente, quatro foram excluídas: duas porque os jovens entrevistados não correspondiam aos critérios de seleção, nomeadamente porque tinham saído da instituição antes da idade mínima legal, e as outras duas porque os jovens mostraram dificuldade de entendimento e comunicação no decorrer da entrevista, o que impediu uma adequada recolha de dados.

De seguida, a investigadora selecionou mais quatro contactos, disponibilizados por jovens que concederam contactos de outros seus colegas, sendo três entrevistas validadas e uma excluída, por não cumprir o critério da idade de saída. Numa terceira fase entrevistou um outro contacto, também concedido por um jovem, cuja entrevista foi validada. No total foram realizadas dez entrevistas, das quais cinco foram validadas.

6. Análise de dados

Efetuada a recolha de dados e transcritas as cinco entrevistas, deram-se os primeiros passos para a descrição e interpretação dos dados. Os dados foram analisados através da técnica de análise de conteúdo.

Na perspetiva de Guerra (2014, p. 38), a análise de conteúdo assume-se como finalidade: “[...] a interpretação de material de carácter qualitativo, assegurando uma descrição objetiva, sistemática e com a riqueza manifesta no momento da coleta dos mesmos”. Bardin (2016, p.23) refere que a análise de conteúdo é “um conjunto de técnicas de análise de comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Salienta-se que esta técnica objetiva igualmente a produção de conhecimento”.

Assim, tendo em consideração Bardin (2016), a análise de conteúdo compreende três fases: i) pré-análise, ii) exploração do material e iii) tratamentos dos resultados, a interferência e a interpretação.

No que diz respeito à pré-análise, tem como objetivo a organização e sistematização de ideias a partir da leitura flutuante, assim como a escolha dos documentos que iram constituir o “corpo” da investigação. Depois de uma primeira leitura, segue-se a fase de exploração do material, onde ocorre a categorização. Aqui estão inseridas a seleção das categorias e das unidades de análise, que permitem o agrupamento dos significados de modo a perceber-se o sentido das mensagens. Para tal, é utilizada a codificação (recorte, agregação e enumeração), de forma a alcançar uma representação exata do seu conteúdo.



As categorias ou classes, segundo Bardin (2016, p.74), “reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo), sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns desses elementos”.

No nosso caso, as categorias foram construídas aquando da elaboração do guião das entrevistas. Todavia, após a recolha de dados das entrevistas consideramos que fazia sentido proceder ao acrescento de outras, o que vai ao encontro do que Minayo (2002, p. 70) nos diz, designadamente que “as categorias podem ser estabelecidas antes do trabalho de campo, na fase exploratória da pesquisa, ou a partir da coleta de dados”.

A categorização permite compreender melhor o conteúdo das entrevistas, ou seja, desvendar e quantificar a ocorrência de palavras/frases/temas (unidades de análise) consideradas essenciais para a investigação (Coutinho, 2015). Nesta etapa, utilizam-se dois tipos de unidades de análise: as unidades de registo e unidades de contexto.

Segundo Bardin (2016), por unidade de registo entende-se “a unidade de significação codificada e corresponde ao segmento de conteúdo considerado unidade base, visando a categorização e a contagem frequencial” (p. 68). Por outro lado, a unidade de contexto “serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registo e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registo” (Bardin, 2016, p. 69).

No nosso caso, definimos as unidades de contexto, que se referem ao contexto exato da mensagem, ou seja, as respostas dos intervenientes às questões colocadas ao longo da entrevista. No anexo D podemos encontrar as matrizes de categorização das entrevistas, com o tratamento de toda a informação, e respetivas falas dos intervenientes. No entanto, em versão mais resumida, apresentamos no quadro 2 as categorias e subcategorias, que nos propomos discutir no capítulo seguinte.

Ao longo deste processo, tomamos em atenção as regras de categorização defendidas por Bardin (2016), homogeneidade, exclusividade, objetividade, pertinência, fidelidade e adequação ou pertinência, de modo a obtermos um sistema de categorias produtivas ao nível dos resultados. Com o propósito de diferenciar as unidades de contexto de cada um dos sujeitos entrevistados, utilizou-se uma cor para diferenciar cada uma das entrevistas.



Quadro 2

Categorias e Subcategorias

Categoria	Sub-categoria
Processo de acolhimento	1) Perspetivas dos jovens sobre os motivos associados ao seu acolhimento 2) Recordações do 1º dia do acolhimento: sentimentos, dificuldades e adaptação 3) Como descreve o acolhimento: aspetos positivos e negativos 4) Rotinas institucionais à semana e ao fim de semana 5) Regras institucionais 6) Atividades desenvolvidas pela instituição 7) Atividades fora da instituição 8) Ambiente institucional 9) Relação com os pares 10) Relação com os funcionários(as) 11) Relação com os técnicos 12) Relação com a família (visitas durante o fim de semana) 13) Representações do exterior (atores escolares) sobre o acolhimento 14) Aprendizagens realizadas com a experiência do acolhimento 15) Avaliação dos jovens acerca do seu percurso na instituição de acolhimento 16) Relação dos jovens com a instituição de acolhimento 17) Preparação por parte da instituição de acolhimento para o processo de autonomização do jovem 18) Idade para que o trabalho de autonomia seja iniciado 19) Outras necessidades/aspetos que as instituições deviam trabalhar para a independência dos jovens
Processo de Pós acolhimento	1) Idade e motivos da saída da instituição de acolhimento 2) Dificuldades/obstáculos sentidos no momento da saída da instituição de acolhimento 3) Acompanhamento da instituição de acolhimento no processo de autonomização dos jovens: apoios prestados e seus impactos 4) Rede de suporte social percebida 5) Sugestões para jovens e instituições enriquecerem o trabalho de autonomia
Situação atual	1) Representações atuais do jovem acerca de si 2) Percurso pessoal e profissional após a saída da instituição de acolhimento
Outras observações	1) Importância do Professor J.P na vida dos jovens

Fonte: Elaboração própria



Capítulo 2 – Da Teoria à Prática: Apresentação e Discussão dos Resultados

Neste capítulo serão apresentados e discutidos os principais resultados desta investigação, obtidos a partir da realização das entrevistas aos cinco jovens descritos anteriormente. Optou-se por apresentar os resultados em função das categorias evidenciadas no quadro 2. Junto à descrição dos resultados sobre cada grupo de categorias seguir-se-á a sua análise e discussão fundamentadas na literatura existente.

2. Percurso durante o processo de acolhimento

2.1 Recordações do 1º dia do acolhimento: sentimentos, dificuldades e adaptação

Os contextos de vida são determinantes no desenvolvimento psicossocial das crianças. A família é, como se sabe, o primeiro contexto de socialização da criança, sendo responsável pelo desenvolvimento da sua identidade e dos seus padrões de comportamento (Berger & Luckmann, 2010).

No entanto, existem famílias que não conseguem garantir os cuidados necessários e um ambiente seguro para as suas c/j se desenvolverem, passando muitas vezes a serem um risco para elas. A instabilidade familiar e a forma como os progenitores assumem as suas funções parentais têm um impacto determinante no desenvolvimento e socialização das suas c/j, influenciando os seus comportamentos e atitudes.

Em conformidade, Gomes (2005), através do seu estudo reafirma que são múltiplos os fatores de risco que condicionam a trajetória individual dos jovens entrevistados, expondo-os a situações de vulnerabilidade e até de perigo para a sua integridade emocional, social e física. Assim sendo, neste eixo de análise, é importante perceber qual o impacto do papel da família nas trajetórias individuais dos jovens entrevistados, conhecendo-se a perceção dos jovens sobre os motivos associados ao seu acolhimento:

“... eu acho que era um bocado violência doméstica pelos meus pais, falta de higiene e condições para estudar.” **(Entrevistado 1)**

“Os meus pais divorciaram-se aos meus 3 anos e então fui para um novo colégio para a zona de onde eu sou natural, da zona da Guarda. Com 10 anos, vim para este cá em Coimbra onde estive até aos 18 anos.” **(Entrevistado 2)**

“A minha mãe tinha falecido e o meu pai disse-me que ia trabalhar para fora, que não ia conseguir tomar conta de mim, eu era uma criança. Foi o que me disseram, apesar de eu saber que ele nunca chegou a ir trabalhar para fora, mas pronto (risos)” **(Entrevistado 4)**

“E assim nós viemos, porque vivíamos num bairro de lata e a minha mãe disse que queria-nos afastar daquele mundo e também referiu muito que queria que nós tivéssemos educação dos brancos e queria que nós nos formássemos”. **(Entrevistado 5)**



A família surge nos discursos dos jovens, tal como refere Duarte (2012, p.4), “como um puzzle onde faltam peças”. As trajetórias familiares de quatro jovens são pautadas por múltiplas transformações e ruturas, sendo caracterizadas por violência doméstica, carências ao nível da higiene pessoal e da educação (entrevistado 1), ruturas de vínculos afetivos com os progenitores (entrevistado 2); morte da progenitora (entrevistado 4) e, por último, a pobreza (entrevistado 5).

Diferente dos motivos mais comuns associado ao acolhimento, o entrevistado 3 afirma que o seu acolhimento não se deveu à falta de condições por parte da sua progenitora, mas sim ao receio da mesma em atribuir a menor à guarda dos tios, dado que por motivos profissionais não podia vir para junto da sua filha:

“A minha mãe era juíza e não tinha conseguido ainda equivalências em Portugal, então tinha de ir ajuizar na Guiné e para nós não ficarmos com nenhum tio ou tia que nos pudesse abusar ou bater, a minha mãe preferiu que ficássemos numa instituição”. **(Entrevistado 3)**

Apresentadas as principais causas do seu acolhimento, interessava-nos perceber o modo como os jovens recordam a sua chegada à instituição e quais as suas memórias. Como é sabido, sair do ambiente familiar e ir viver para uma instituição constitui uma mudança drástica na vida de qualquer indivíduo, podendo ter repercussões futuras diferenciadas em função de fatores como a idade, duração do acolhimento ou o tipo de instituição (Martins, 2004; Pacheco & Canário, 2021; Strecht, 2012)

Nesta pergunta inicial, o momento de entrada no acolhimento foi destacado como um acontecimento de grande impacto emocional, atestado pela recordação pormenorizada. Os sentimentos experienciados foram vários, destacando-se emoções de medo, revolta, tristeza, mal-estar, por vezes justificado por ser uma decisão imposta à criança:

“Acho que desse dia tenho todas. Lembro-me de ter sido tirado pela polícia e pela CPCJ e estarem lá em casa para me irem buscar.” **(Entrevistado 1)**

“Antes de entrar para a instituição, a minha mãe levou-me lá um dia para conhecer aquilo e para interagir com as outras pessoas, mas não tive nenhum acompanhamento. Ao início senti-me um pouco perdida e com medo, mas depois acabei-me por me habituar.” **(Entrevistado 2)**

“Recordo-me vagamente, já conhecia lá algumas pessoas, aliás, já tinha lá umas primas. Lembro-me que a minha mãe me levou com algumas malas de roupa e disse “olha, ficas aqui durante a semana e depois ao fim de semana eu venho-te buscar. Pronto.” **(Entrevistado 3)**

“No início, lembro-me de chorar muitas vezes e ligar ao meu pai a pedir-lhe para me ir buscar”. **(Entrevistado 4)**

“Recordo-me que foi um dia muito difícil. Até hoje, quando me recordo desse dia, dá-me uma sensação negativa, estávamos muito tristes e em baixo. Eu nesse dia fui com a minha irmã gémea que



também ia para a instituição e acho que quem nos acompanhou foi o meu tio e o meu pai.”

(Entrevistado 5)

Estes sentimentos são coincidentes com os referidos em alguns estudos nacionais (Gomes 2005; Quintãs, 2009) que evidenciam a complexidade do momento de entrada na instituição e a dificuldade dos jovens em aceitar a separação dos seus progenitores. A transição para este novo contexto é vivida como um castigo ou uma perda, colocando os jovens numa situação de grande fragilidade emocional, dificultando todo o processo de adaptação.

A fase de entrada para o acolhimento parece resultar numa etapa de grande impacto no percurso de vida dos jovens entrevistados. Os discursos que recolhemos a respeito desta fase apontam-nos para vários motivos que despertam esta intensidade, nomeadamente a separação/abandono da família de origem, assim como as dificuldades de contacto e adaptação a um contexto novo. Ao analisar o discurso dos participantes, torna-se evidente que as representações do período inicial do acolhimento enfatizam principalmente as dificuldades ou momentos desafiadores:

“A entrada para uma instituição é sempre uma coisa nova que embora possa ser o melhor para nós, nunca queremos isso e, por isso, a adaptação nunca é fácil. Para mim foi estranho e um pouco assustador tentar assimilar tanta coisa em pouco tempo, mas depois com o tempo tudo foi mais fácil, mas o primeiro choque é sempre mau”. **(Entrevistado 2)**

“Nesse momento foi aquele choque, mas depois não tenho grandes recordações.” **(Entrevistado 3)**

“O processo de adaptação é sempre muito complicado porque eu estava habituada a estar com o meu pai e com a minha mãe, éramos só nós os três. A minha mãe faleceu 2 ou 3 meses antes, foi assim tudo meio corrido e pronto foi complicado, muito complicado. Foi difícil no início porque os miúdos são muito mauzinhos. Eu era gordinha, era a recém-chegada, portanto foi muito complicado e difícil, mas depois habituei-me.” **(Entrevistado 4)**

“A primeira semana foi muito complicada, sofremos logo de bullying por parte de outras crianças. Acredito que seja ainda mais difícil para as crianças que chegam lá completamente sozinhas.”

(Entrevistado 5)

A maioria dos jovens não recorda a pessoa (diretor, técnico ou funcionária) que os acolheu, mas consideraram que o primeiro contacto com a instituição além de ser um desafio, é confuso havendo inúmeras coisas para assimilar. Ao mesmo tempo, aludem para a tristeza e medo associado a primeira noite/dias por não terem qualquer referência na instituição de forma a tranquilizá-los:

“Para mim os primeiros dias foram de muito sofrimento, pois além de me estar a habituar a um ambiente completamente diferente, tinha medo de estar sozinha, afinal ainda não tinha tido tempo para fazer qualquer tipo de amizades. As noites foi que me custou mais porque tu acabas por teres noção que estás ali sozinha, então só te apetecer vir embora”. **(Entrevistado 4)**



“(…) Foi também confusa porque vinham todos ter connosco, eram muitas crianças, muitas regras para assimilar. Eu lembro-me que à noite era quando batia uma maior tristeza e chorávamos muito as duas abraçadas. Ficávamos as duas, sempre isoladas. Nesse primeiro dia chamavam-nos as meninas novas, toda a gente que entrava ‘Olha, o menino novo. Olha, a menina nova.’” **(Entrevistado 5)**

Em contrapartida, apenas um dos jovens (entrevistado 1), refere que a sua adaptação ao acolhimento foi positiva, destacando a sua facilidade na interação com os outros jovens devido a terem a mesma faixa-etária:

“Foi boa, foi muito tranquilo, era tudo malta da minha idade, então não houve crise nenhuma”. **(Entrevistado 1)**

Embora provindos de contextos familiares destrutturados e negligentes, as c/j aquando da sua entrada no acolhimento mostram ainda assim dificuldade em aceitar a separação, apresentando resistência na relação com os adultos não apenas por revolta e incompreensão, mas também por desconfiança (Mota & Matos, 2021).

“Eu acho que a nossa entrada para o acolhimento além de ser uma coisa nova, é algo que nos traz medo, revolta e uma certa raiva. Porquê? Porque no meu caso e no da minha irmã eu acho que o motivo que viemos para o acolhimento hoje já não é válido. Eu compreendo a preocupação da nossa mãe, mas ao mesmo tempo acho que devia ter pensado mais em nós. Claro que depois isso levou-nos a criar uma mágoa muito grande com a nossa mãe e por isso custou-nos imenso aceitar esse afastamento. Lembro-me perfeitamente que quando entramos na instituição, estávamos sempre as duas juntas, foi um processo complicado pois sofremos bullying e a partir daí ainda mais difícil foi em confiarmos nas pessoas à nossa volta. Afinal, é como mudar de casa, temos que nos habituar a uma realidade nova o que custa imenso”. **(Entrevistado 5)**

Neste sentido, e de forma a minimizar o impacto da entrada, Gomes (2010) e Alberto (2021) identificam que há requisitos a serem cumpridos: a) o ambiente físico da instituição deve ser um espaço agradável e acolhedor; b) a criança deve estar acompanhada pela família; c) a receção da criança na instituição deve ser devidamente planificada, mobilizando-se um técnico para a receber.

Como indica Gomes (2010), “a equipa técnica e a equipa educativa devem estar particularmente atentas a estes primeiros dias de integração para reconhecer e interpretar os sinais de sofrimento que a criança vai dando, no sentido de encontrar estratégias adequadas para o minimizar e, assim, facilitar a adaptação da criança ao novo contexto residencial”. (p.157)

Pimentel (2021), acrescenta que é através de relações seguras que os medos e receios que os jovens trazem diminuíram e começaram a aceitar a intervenção do outro, deixando-o entrar na sua vida. Podemos constatar, também, que para um dos nossos entrevistados, os recursos humanos parecem ser um aspeto basilar na receção da criança:

“O meu pai ficou a tratar da parte burocrática com os técnicos da instituição e alguém, não me consigo lembrar muito bem quem, me trouxe para dentro. “Olha está na hora do lanche, lancha” e pronto.



Depois comecei com as monitoras e com quem trabalha lá e a dar-me com os miúdos”. (**Entrevistado 4**)

Mota e Matos (2018), com base nos resultados do seu estudo²⁰ desenvolvido em 2020, referem que as c/j acolhidas encontram-se expostas a diversos fatores de risco, sendo que a qualidade das relações afetivas em contexto de acolhimento funciona como fator protetor capaz de oferecer uma melhor adaptação.

Para uma maior potencialização da resiliência, Duchame e Soares (2021) indicam que o acolhimento deverá também integrar serviços sensíveis ao trauma, capazes de reduzir o impacto das adversidades precoces das c/j e amenizar o seu sofrimento. Tal como referem as autoras, a prestação desses serviços/respostas tem por base o pressuposto de que “as experiências traumáticas do passado se manifestam no comportamento presente” (Duchame & Soares, 2021, p. 181).

2.2 Descrição do acolhimento: aspetos positivos e negativos

Reconhecendo o contexto residencial como a nova realidade dos jovens acolhidos, importa perceber qual a perceção dos jovens a esse respeito. Em que medida os jovens percecionam o período do seu acolhimento como uma etapa onde experimentaram um ambiente protetor? Como descrevem eles a fase do seu acolhimento? Que aspetos positivos realçaram nas suas narrativas? E quais foram os traços menos positivos que identificaram nesta experiência?

De entre as narrativas dos jovens a respeito dos aspetos mais favoráveis do acolhimento, salientam-se: a) a possibilidade de vivenciarem novas oportunidades de vida (entrevistado 1 e 5); b) o respeito pela diferença (entrevistado 3); c) as novas amizades e relacionamentos (entrevistado 2) e d) a oportunidade de concluírem a escolaridade obrigatória e a aquisição de novas aprendizagens (entrevistado 3 e 4):

“Deu-me vida, deu-me estudos, abriu-me à vida. Trouxe-me de uma aldeia para a cidade e isso tudo só deu vantagens.” (**Entrevistado 1**)

“Podemos lidar com vários tipos de personalidade, ou seja, prepara-nos um pouco para depois sabermos lidar com os outros quando sairmos da instituição e fazemos sempre amizades, algumas delas após sairmos da instituição ainda duram.” (**Entrevistado 2**)

²⁰ O Estudo visava avaliar os efeitos da intervenção com os cuidadores e acompanhar em simultâneo o desenvolvimento de jovens que vivem nas instituições. Trata-se de uma intervenção piloto em instituições de acolhimento residencial de jovens, no distrito do Porto. O projeto chama-se “CareME” e abrange cerca de 240 cuidadores de 20 instituições (Mairos, 2020).



“Foi benéfico, ensinou-me a ver as pessoas de outra forma, a respeitar mais a diferença e estar em grupo, pois eu estava diariamente com 60 pessoas e isso pode ser confuso no início, mas depois torna-se uma vantagem pois aprendemos imensas coisas, foi o que me aconteceu”. **(Entrevistado 3)**

“Tenho noção que foi assim o melhor possível, dentro do que me podia ter acontecido, por saber a vida que eu tinha com os meus pais antes, sei que estando com eles, eu não iria conseguir estudar, não iria ter as oportunidades que tive lá dentro.” **(Entrevistado 4)**

“Assim, 90% de mim agradece o facto de estar na instituição, porque eu acho que me deu ferramentas para conseguir ir longe na vida e a vivência na instituição de certa forma construiu a pessoa que sou hoje, a mulher que sou hoje.” **(Entrevistado 5)**

No que toca aos aspetos desfavoráveis, os jovens referem: a) falta de compreensão por parte dos funcionários (entrevistado 1); b) falta de afetos por parte dos técnicos (entrevistado 3); c) tratamento diferenciado de jovens por parte dos funcionários (entrevistado 2); d) falhas na preparação da sua saída (entrevistado 4) e e) afastamentos dos progenitores (entrevistado 5):

“Por exemplo, havia sempre algumas zangas, conflitos, troca de ideias, que não são as mesmas, até mesmo com funcionários, não é? Eles não nos compreendem, também tínhamos essas situações”. **(Entrevistado 1)**

“Como em todo o lado, há sempre pessoas mais preferidas que outras e às vezes o tratamento que dão a essas pessoas é visível e desmotivante.” **(Entrevistado 2)**

“A única parte negativa que retiro do acolhimento é o distanciamento dos técnicos e as questões das refeições, pois mesmo que não gostássemos de certas comidas, obrigavam-nos a comer e às vezes ainda haviam roupas que desapareciam”. **(Entrevistado 3)**

“Eu acho que eles falham muito na saída, quando nós fazemos a transição para a fase adulta. Pelo menos, na instituição onde eu estive, conheço outros casos que não foi assim.” **(Entrevistado 4)**

“Obviamente que há aqueles 10% que questionam sempre porque é que fomos para a instituição, que se calhar não havia necessidade, que podíamos ter estado perto dos nossos pais”. **(Entrevistado 5)**

Conforme se pode observar através dos relatos acima apresentados, a perceção que os jovens têm da experiência de acolhimento é diversa. Os fatores negativos apontados prendem-se a duas variáveis que devem ser investidas pelo sistema de acolhimento: o papel dos técnicos e da família.

De facto, a perspetiva dos jovens sobre os técnicos incide na incompetência, distanciamento e falta de empatia, não tendo as características pessoais e profissionais adequadas à função desempenhada:

“Relativamente aos técnicos, não tínhamos qualquer tipo de ligação com eles, pois entravam às 9h e saíam às 17h. Trabalhavam num horário em que nós estávamos na escola e não trabalhavam ao fim de semana, o que implicava que se quiséssemos tratar de alguma coisa com eles só nos restavam três opções: saíamos mais cedo da escola; deixávamos recado na funcionária para avisar que queríamos falar com a pessoa x e se ela tivesse disponibilidade aguardávamos; esperávamos pela quarta-feira que era o dia que tínhamos a tarde livre e que nos podíamos encontrar com eles mais cedo. Era uma



relação péssima, precisamente por achar que eles não estavam a fazer o trabalho deles, era tudo ao nível de burocracias, tratar de documentos do tribunal, segurança social e pouco mais. O que era realmente necessário, que era atendimentos individuais, nunca houve.” **(Entrevistado 3)**

“As técnicas eram mais distantes, confesso.” **(Entrevistado 5)**

Muitas melhorias no acolhimento, dependem não só, mas essencialmente do fator recursos humanos. Os adultos são os ingredientes-chave de toda e qualquer intervenção, considerando as suas funções responder às necessidades diárias juvenis. Não só a eficácia da intervenção depende em larga medida da capacidade de os profissionais estabelecerem relações de qualidade com o seu público-alvo, como a existência de profissionais competentes (Magalhães et al., 2021).

Todavia, na maioria das instituições, as regras de funcionamento são rígidas, há um elevado número de c/j para cada cuidador, cuidador esse que não é estável na vida destas c/j devido à rotatividade dos horários, o que faz com que a prestação de cuidados se foque na resposta às necessidades básicas, como comer, dormir, higiene, em detrimento do estabelecimento de relações e cuidados individualizados, o que acaba por retirar alguma visibilidade ao acolhimento (Costa, 2021). Como refere Gomes (2010, p.48):

Não é a criança que tem de se adaptar ao sistema, mas sim o sistema de acolhimento que deve ser suficientemente maleável para conseguir dar uma resposta eficaz a cada criança que necessita de o integrar, para que se sinta protegida e possa ver os seus direitos e necessidades plenamente respeitados.

Por outro lado, e à luz do conhecimento atual, sabemos que a privação da convivência familiar, a que se associa a medida de acolhimento residencial, constitui um dos principais fatores de comprometimento do desenvolvimento normativo destes c/j. Surge, deste modo, a necessidade de envolver, mudar e qualificar as famílias de forma a potenciar o retorno das suas c/j ao seu meio natural de vida (Alberto, 2021; Gomes, 2010). Como alerta Gomes (2010, p.58), “ajudar as famílias a melhorar as suas competências parentais é ajudar as crianças que vivem no seio das mesmas, proporcionando-lhes condições potenciadoras de um bom desenvolvimento.”

Uma condição fundamental para a criação deste quadro relacional dos jovens com as suas famílias, é o envolvimento deles no percurso de acolhimento. Por esta razão, as visitas surgem como oportunidades de manifestação do interesse parental e afetivo. De acordo com as narrativas dos/as jovens, observamos que a presença da família biológica durante o período de acolhimento foi pouco significativa, justificada por diferentes motivos por parte dos cinco jovens: a) idas a casa ao fim de semana; b) ausência de retaguarda familiar e c) distância familiar:



“Iam lá, no entanto, depois passou e eu também comecei a ter mais liberdade e ia lá passar os fins de semana a casa, por isso não valia a pena irem lá.” **(Entrevistado 1)**

“Dos três aos dez [anos de idade] a minha mãe e o meu pai tinham um fim de semana um e outro fim de semana outro. Depois de me mudar para Coimbra nunca mais falei com o meu pai e com a minha mãe também não era muito apegada, aliás, eu ficava ao fim de semana na instituição.” **(Entrevistado 2)**

“Quase sempre ia embora ao fim de semana. Sexta à tarde o meu tio ia-me buscar sexta à escola e depois eu regressava domingo à noite ou segunda de manhã.” **(Entrevistado 3)**

“Eu praticamente não tenho contato com a minha família. Eu ficava todos os fins de semana na instituição”. **(Entrevistado 4)**

“Não ia a casa todos os fins de semana porque os meus pais vivem em Lisboa e a instituição era em Coimbra, mas íamos todas as férias ou em fins de semana especiais e ligavam para cá a saber de nós.” **(Entrevistado 5)**

Apesar das visitas serem encaradas com uma forma de os jovens estarem mais próximo dos seus progenitores e transmitirem-lhes conforto e segurança, revelam-se ainda insuficientes, no sentido de proporcionarem aos jovens um ambiente familiar. Neste sentido, e na visão dos jovens entrevistados, o acolhimento está longe de se assemelhar ao seu ambiente familiar:

“Não tem nada a ver com o momento familiar, mas tu quando te habituas àquela rotina, àquelas pessoas, acabas por te sentires em casa porque te sentes bem.” **(Entrevistado 1)**

“Entre nós tínhamos, mas lá havia aqueles mais apapricados e mais amados (...) sinto que houve mais pessoas que foram amadas do que outras, sim”. **(Entrevistado 2)**

“Isso nunca, é impossível a instituição dar-nos um ambiente de casa. Podemos dizer que nos dá um ambiente de conforto e de reconforto, mas nunca um ambiente de casa”. **(Entrevistado 3)**

“As monitoras, que eram quem estava mais próximo de nós, tentavam, mas só eram 4 monitoras. Quando eu entrei para a instituição, eram 46 miúdos. Depois foi reduzindo o número de miúdos, mas é sempre muito difícil conseguirem chegar a todos”. **(Entrevistada 4)**

“Não, porque é como eu disse, eu acho que não havia muita formação. As pessoas não estavam muito preparadas. Era mais o servir comida à mesa ou dar banho”. **(Entrevistado 5)**

Dada a importância do acolhimento na vida dos jovens e visto que é nele que ocorre o seu desenvolvimento, deve fundamentar-se num ambiente securizante e o mais acolhedor possível. Para isso, existem outras variáveis que devem ser tidas em consideração, especialmente o estabelecimento de relações afetivas. Os funcionários(as) e as monitoras da casa de acolhimento, em oposição aos técnicos, são os elementos mais admirados por quatro dos jovens entrevistados, reconhecendo neles dedicação e empenho, não deixando de ser profissionais:

“Pessoal do escritório era mais burocrático. Até se podiam preocupar, mas nós não sentimos isso. Quem estava mais perto de nós eram os monitores, as cozinheiras e as auxiliares da limpeza. Todos eles acabavam por se preocupar mais com os miúdos com quem tinham mais afetividade.”



(Entrevistado 1)

“Havia era as monitoras, que já pouco antes de eu sair da instituição falavam sobre namoricos e coisas assim do género. Nunca tive ninguém que fosse assim aquele afeto materno, simplesmente porque eu não sou assim” **(Entrevistado 2)**

“(…) As funcionárias eram ótimas, tanto que quando eu saí, fiquei em casa de uma funcionária de lá.” **(Entrevistado 3)**

“É assim, nós tínhamos as nossas monitoras. Era com quem nós tínhamos uma relação mais próxima, eram as pessoas que nos acompanhavam mais, como os professores de apoio.” **(Entrevistado 4)**

“Tenho a S., a D. I, a D. F. Elas eram muito verdadeiras e criámos uma ligação forte, não é de mãe e filho, porque para mim isso não existe, mas uma relação maternal sem ser mãe, uma relação de carinho, uma relação de ‘eu estou aqui para te apoiar, mas também estou aqui para te dar na cabeça se for necessário’ e muitas vezes era necessário.” **(Entrevistado 5)**

Um outro elemento fundamental no acolhimento destes jovens foi o professor J.P, ao qual se mostram agradecidos por toda a sua ajuda, quer antes quer após a sua saída do acolhimento. É visível nos discursos dos cinco jovens entrevistados, o impacto positivo que esta pessoa teve nas suas vidas, recordando-o como uma pessoa carinhosa e amiga:

“Eu tenho uma memória que no final do 7ºano, aliás, o professor J. P. ajudou-me a arranjar dois empregos em que eu trabalhei até agora (...) posso contar com ele ainda nos dias de hoje.”

(Entrevistado 1)

“Ele era professor na instituição. Ele era mais ligado à parte dos estudos, coisa que eu também não era muito dada. Nós éramos muitos, éramos divididos para cada professor e eu com ele não cheguei a ser aluna. Eu só precisei do professor J.P para me ajudar a retirar as minhas coisas do lar”.

(Entrevistado 2)

“Ele estava na instituição onde eu estava, dava lá aulas de apoio e tutoria. Depois, entretanto, ele saiu e eu também saí. Eu fui morar ao pé dele e mantivemos sempre o contacto. Mais tarde ele convidou-me para fazer parte da direção da PAJE e então acabamos sempre por nos encontrarmos todas as semanas e acabo sempre por ir acompanhando os casos.” **(Entrevistado 3)**

“O J. P na altura foi meu professor lá, ele e mais duas professoras. Eu sei que chegava a casa com os testes e essas coisas, mostrava, eles viam a nota e queriam saber. Acho que o professor J.P se destaca, pois ele conseguiu mudar muita coisa dentro da instituição e mesmo cá fora, ele consegue fazer mudanças positivas na vida das pessoas.” **(Entrevistado 4)**

“O J. P é nosso professor de apoio dentro da instituição desde que eu era pequeninha. Mantenho contacto com ele até hoje. O professor J.P diferencia-se muito de muita gente com coragem porque ele tem carisma. Compreendia-nos, não nos julgava enquanto meninas institucionalizadas, tinha jogo de cintura para lidar connosco”. **(Entrevistado 5)**

Estes testemunhos vêm confirmar a ideia de Mota e Matos (2018) que alegam que “as características pessoais dos cuidadores se afiguram essenciais no sentido de criar uma relação estável e responsiva com os jovens, tendo como objetivo a adaptação positiva à “nova casa” e a criação de projetos futuros na vida dos jovens” (p.16).



Na realidade, embora a equipa educativa (funcionárias, monitores, professores), não substitua os progenitores destes jovens, nos seus pontos de vista assemelham-se às funções parentais, assegurando não só os cuidados básicos, mas também proporcionando momentos de aprendizagem e ajuda na resolução de problemas. Estes adultos são descritos como figuras seguras e capazes de os auxiliar nos momentos difíceis das suas vidas. Como explanado por Costa (2021), esta facilidade de interação com estas figuras de referência vai motivar que o risco seja superado, dando aos jovens níveis superiores de resiliência e um autoconceito positivo, tendo, por conseguinte, um impacto expressivo no desenvolvimento psicossocial dos mesmos.

2.3 Relação com o grupo de pares

O grupo de pares assume-se igualmente como um fator positivo descrito pelos jovens, como elemento facilitador na adaptação ao meio institucional, com quem se partilham experiências e vivências. Dada a heterogeneidade do grupo, quatro dos jovens reconhecem que têm relações mais próximas com uns do que com outros, atribuindo elogios de uma forma geral:

“Foi mesmo muito simples, não tive chatice nenhuma. Foi mesmo começar a falar com eles. Eu ainda por cima calhei num quarto de rapazes gémeos da mesma idade, fazemos anos também com 4 dias de diferença, tínhamos muito a ver”. **(Entrevistado 1)**

“Sempre me dei com rapazes e com raparigas. Havia uma rapariga que estava sempre presente tanto no grupo de raparigas como no grupo de rapazes, andávamos sempre juntas e quando era para jogar futebol, éramos sempre as duas.” **(Entrevistado 2)**

“Como todas as pessoas, num grupo de 60 jovens não podemos gostar de todos, é quase impossível, nem numa turma de 25 alunos. Nós com a comunidade africana éramos um grupo muito bom, com os outros era aquela relação do” toca e foge”. Mas hoje eu posso ir a Londres que tenho onde ficar, posso ir a Paris e fico na casa de um amigo que viveu comigo na instituição, como já fui”. **(Entrevistado 3)**

“É assim, eu dava-me bem com a maioria dos miúdos, havia um ou outro com quem não tinha tanta afinidade, mas tinha grandes amigos lá dentro que ainda hoje se mantêm. E pronto, para mim é como família, são como irmãos para mim, a maioria deles são família.” **(Entrevistado 4)**

Na verdade, as relações com o grupo de pares transparecem-se significativas no discurso dos/as jovens entrevistados/as, destacando-se uma grande união, havendo atualmente ainda contacto entre si:

“A nossa relação mantém-se com a maioria da nossa idade, até porque temos uma prática de todos os anos, no dia 6 de janeiro, fazemos um jantar de reis e rainhas, juntamos um grupo que viveu na instituição e que agora estão em todo o lado, Alentejo, Norte, Centro, Sul e fora do país.” **(Entrevistado 3)**

“(…) tinha grandes amigos lá dentro que ainda hoje se mantêm.” **(Entrevistado 4)**



“Muito boa. Obviamente que havia um conflito ou outro, mas éramos muito unidos.” (**Entrevistado 5**)

Em concordância com estes excertos, Mota e Matos (2021), revelam que o grupo de pares desempenham uma importância acrescida numa primeira fase, quando não estão perto da fratria ou de outras figuras de afetos. Por outro lado, é o grupo de pares que acompanha os jovens no seu desenvolvimento, contribuindo para a construção da sua personalidade, suprimindo algumas lacunas relacionais com adultos:

“Acrescentam-me mais e então eu lido bem com a diferença, aprendi muito com os meus colegas a lidar com a diferença e graças a eles posso dizer que sou uma excelente pessoa e profissional, porque já trabalho na área e é graças a eles que eu consigo gerir as pessoas e lidar bem com a diferença, porque durante anos foi isto a minha vida todos os dias.” (**Entrevistado 3**)

2.4 A vida quotidiana: rotinas, regras e castigos

De acordo com Pimentel (2021) é essencial que uma c/j tenha rotinas saudáveis desde cedo, devido ao sentimento de segurança e previsibilidade que estas desenvolvem. Todos necessitamos de estruturas e rotinas, mas as c/j em acolhimento pelas suas experiências anteriores precisam de uma estrutura que seja resiliente o suficiente para suportar os medos e ansiedades destes. Por esta razão, os estabelecimentos de rotinas dão a estas c/j importantes pontos de ancoragem, permitindo-lhes saber o que vai acontecer e o que podem esperar.

Assim, todo o ambiente, planeamento e rotinas da casa devem ser bem organizados e definidos, orientando adequadamente as intervenções dos cuidadores. A autora alerta ainda que as rotinas não devem ser rígidas nem apenas para o interesse da instituição, podendo assim criar problemas e perder o seu verdadeiro efeito, a segurança e a definição de metas por parte dos jovens.

A maioria dos/as jovens relatam que viver num ambiente institucional é muito diferente de viver no seio familiar, distinguindo as rotinas semanais das do fim de semana. No que concerne às rotinas semanais, os cinco entrevistados descrevem-nas sendo semelhantes para todos:

“Era normal. Levantava-me às 7:30 para ir para as aulas, voltava e ia para os treinos de futebol.” (**Entrevistado 1**)

“Acordar às 7h, tomar o pequeno-almoço e sair para ir para a escola. Depois, chegávamos por volta da hora do lanche, que era 17h30/18h, lanchávamos por volta dessa hora e às 19h era servido o jantar.” (**Entrevistado 2**)

“A rotina era sempre igual. Durante a semana acordava, tomava o pequeno-almoço, às vezes deliberadamente perdíamos o autocarro e íamos a pé para a escola. Chegávamos à escola, aulas, o lanche da manhã, o almoço, depois terminavam as aulas e íamos novamente para o lar.” (**Entrevistado 3**)



“Cada um tinha a escola, tínhamos aulas fora, com horários diferentes, mas tínhamos sempre que acordar entre as 7h/8h para organizar a vida, para ir para a escola, o normal, o que se faz. Tomar o pequeno almoço, banhos, dentes, tudo o que é. Uns faziam as camas, outros não faziam, isso era sempre um bocado relativo, passávamos o dia nas aulas e ao fim do dia regressávamos. Inicialmente, quando eu fui para lá, tínhamos muito apoio da parte dos professores. Era chegar a casa, lanchar, fazer os trabalhos de casa, estudar, ter o acompanhamento que fosse necessário e depois então íamos ouvir televisão ou assim, até à hora do jantar. Mais tarde vieram outros professores substituir, mas já não acontecia a mesma coisa.” **(Entrevistado 4)**

“Durante as aulas acordávamos às 7h, preparávamo-nos, a carrinha da escola vinha às 8h15 e íamos para a escola. Depois, quando voltávamos, lanchávamos e depois íamos para a sala de estudo. A seguir tínhamos o jantar, jantávamos e acho que tínhamos a hora da ceia antes de ir dormir.” **(Entrevistado 5)**

Dois dos jovens alegam, por outro lado, que com o decorrer do tempo foi conquistada uma nova regra – a possibilidade de fazerem um snack, antes de dormir - sendo este momento encarado de forma positiva pelos mesmos:

“Às 19h era servido o jantar. No início não havia, mas depois lá mais para a frente às 22h havia um snack, que era uma coisita antes de irmos fazer óó.” **(Entrevistado 2)**

“Ao fim de alguns anos foi conquistado o snack, que era uma refeição após o jantar, e assim já não estávamos das 19h às 8h da manhã sem comer, não recorriamos a mecanismos ilícitos para ter acesso a comida e dormíamos mais aconchegados.” **(Entrevistado 3)**

As únicas diferenças evidenciadas nas rotinas, são a existência de atividades extracurriculares, após o período das aulas. Nesta situação, encontram-se apenas dois jovens, um jogava futebol e outra praticava atletismo:

“(…) voltava e ia para os treinos de futebol.” **(Entrevistado 1)**

“Havia os rapazes que jogavam sempre à bola e as raparigas que andavam no vólei. Eu, por exemplo, fazia desporto na Académica à segunda, quarta e sexta.” **(Entrevistado 3)**

No que concerne às rotinas ao fim de semana, são bastantes díspares, havendo situações em que os jovens iam a casa ao fim de semana (um jovem), que ficavam na instituição (quatro jovens) ou então iam para casa de amigos (um jovem). Os jovens que ficavam na instituição, tinham catequese ao sábado e ao domingo iam à missa, rotinas que eram de caráter obrigatório:

“Eu ao fim de semana ficava na instituição, só quando ia de férias, ou quando fazíamos anos é que ia a casa dos meus pais.” **(Entrevistado 1)**

“Eu ao fim de semana ficava na instituição.” **(Entrevistado 2)**

“Quase sempre ia embora ao fim de semana. Sexta à tarde o meu tio ia-me buscar à escola e regressava domingo à noite ou segunda de manhã. Quando ficávamos na instituição tínhamos a catequese e a missa. A missa era ao domingo, religiosamente todos os domingos de manhã havia missa dentro da instituição, uma vez que estava ligada à igreja e por isso tínhamos uma capela.” **(Entrevistado 3)**

“Eu ao fim de semana ficava na instituição.” **(Entrevistado 4)**



“Não ia a casa todos os fins de semana porque os meus pais vivem em Lisboa e a instituição era em Coimbra, mas íamos todas as férias ou em fins de semana especiais (Férias de Natal, Carnaval, Páscoa e Verão).” **(Entrevistado 5)**

O facto de todos jovens nos seus discursos apontarem pormenorizadamente os horários e rotinas demonstram que o seu quotidiano durante o seu período de acolhimento era um aspeto cuidadosamente estruturado e igualmente assimilado por parte dos mesmos. Esta ideia é sustentada pelo entrevistado 5 que refere “Tínhamos horas para comer, horas para dormir, tínhamos a campainha que avisava que era a hora do banho, tínhamos a hora do estudo”.

Estes pontos de vista vão de encontro com a conceção de Pimentel (2021), que mostra todas as características principais de uma boa rotina: a) ser previsível; b) ter flexibilidade; c) incutir bons hábitos; d) ter um equilíbrio entre as necessidades das c/j e as do grupo, e por fim, e) ter segmentos, ou seja, deve dividir o dia-a-dia da c/j em partes negociáveis. Outra das finalidades das rotinas, deve ser a promoção da autonomia. Essa ideia é validada por um dos jovens entrevistados que através do seu discurso mostra que a instituição delegava aos jovens responsabilidades na organização das suas roupas e arrumação do seu espaço:

“As responsabilidades das pessoas todas eram arrumar os quartos onde estavam, fazer a cama, arrumar a roupa, pôr a roupa delas para lavar e depois ir buscar e arrumar”. **(Entrevistado 2)**

Para além das rotinas, as regras constituem também elementos integrantes de um bom planeamento (Pimentel, 2021). Nos discursos de dois jovens, é visível uma dificuldade na interiorização de regras e horários, encaradas como pouco flexíveis:

“Regras nunca foram muito para serem cumpridas comigo.” **(Entrevistado 2)**

“Existiam regras, até porque 60 crianças numa casa exigia que houvesse, mas sinceramente eu não era daquelas crianças mais cumpridoras, aliás, eu sempre achei que havia regras que não faziam sentido nenhum, por isso nem me dava ao trabalho de as cumprir. Nós tínhamos todos de jantar às 19h. Mas porquê se eu saía às 17h da escola, cheguei a casa às 17:45h e lanchei? Então andamos ali numa luta, numa guerra, mas pronto... E depois se não jantássemos, já não nos davam mais nada, ou seja, ficava desde as 17h até as 8h do dia a seguir sem comer e o jejum intermitente só apareceu agora (risos).” **(Entrevistado 3).**

Ao contrário dos dois jovens acima descritos, os restantes três reconheciam as regras como aspetos elementares ao bom funcionamento da instituição, cumprindo-as de forma tranquila:

“Eu, como já entrei com 13, ali na margem dos 14 e sempre fui muito orientadinho, nunca passei muito por essa parte do castigo.” **(Entrevistado 1)**

“Nunca fui de faltar à escola, nunca fui de me meter em drogas, álcool, nada. Portanto, eu era aquela miúda que se houvesse lá mais 20 iguais, estava tudo certo”. **(Entrevistado 4)**



“Nós tínhamos muitas regras, até hoje fiquei com essa rotina. Eu não era uma das meninas que dava trabalho, por isso não era daquelas que estava constantemente de castigo, eu cumpria de uma forma geral as regras.” **(Entrevistado 5)**

Resultado do não cumprimento das regras surgem os castigos. Os castigos são transversais nos excertos de quatro jovens, mesmo aqueles que de forma geral cumpriam as regras. Nas suas perspetivas, as sanções dividiam-se entre castigos mais leves e os injustos, dependendo da gravidade do comportamento dos jovens.

Os castigos mais frequentemente referidos dizem respeito à privação da sua semanada, de objetos pessoais, proibição de saídas ou a realização de tarefas:

“Os castigos eram retirar o telefone durante 1 ou 2 dias ou um dia, ou faziam aquela coisa de tirar a bola se a gente tivesse a jogar em casa, e só darem quando se lembrassem, eram essas coisas muito simples.” **(Entrevistado 1)**

“(…) Sinceramente não me lembro de ficar de castigo, quer dizer, fiquei uma vez de castigo, que foi não ir ao cortejo da queima. Isso foi um dos castigos que tive, mas eu fui na mesma”. **(Entrevistado 2).**

“O castigo dependia sempre do que os miúdos fizessem, claro que havia lá miúdos muito problemáticos e aí é óbvio que eram tomadas medidas a sério, mesmo com polícia, que às vezes eram casos mesmo complicados. O castigo geralmente era a semanada, também não tinham grandes alternativas, nós não tínhamos mais coisas para nos tirarem.” **(Entrevistado 4)**

“Eu sei de um ano que as coisas começaram a mudar positivamente, que se não estou em erro, foi quando a segurança social começou a estar mais em cima das instituições. Os castigos eram muito à base de lavar a loiça, proibição de ver televisão, de ir a passeios da escola, mas eram iguais para todos, só mudavam se fossem mais graves.” **(Entrevistado 5)**

Em relação à posição dos jovens sobre os castigos, percebe-se que os mesmos recordam as razões pelo qual lhes foram aplicados, admitindo que a seu ver trataram-se de situações moderadas. No caso de dois jovens saíram da instituição sem autorização (entrevistado 2 e 5) e outro jovem não cumpriu as horas de chegada à instituição (entrevistado 4). Apenas o entrevistado 1 mencionou nunca ter sido castigado:

“Nunca tive de castigo, sempre fui sossegado e atinado”. **(Entrevistado 1)**

“Tinha ido sair à noite às escondidas, saí sem autorização. Não digo que tenha sido uma coisa grave, aliás, não era a única a fazer isso, acho que essa vontade de sair à noite faz parte da idade”. **(Entrevistado 2)**

“O máximo que fazia era chegar mais tarde do que me tinham autorizado... era para chegar até às 2 e eu chegava mais tarde ou de manhã, que era quando havia autocarro (risos) (...) eram coisas mesmo mínimas.” **(Entrevistado 4)**

“Eu lembro-me de uma vez que fomos aos bolinhos e bolinhóis, que era no feriado dia 1 de novembro, então nós íamos às casas cantar os bolinhos e bolinhóis e as pessoas davam rebuçados, dinheiro e assim. E então tinham dito que nós não podíamos ir esse ano, nós fomos todos porque já estávamos



habitados e lembro-me quando fomos bateram-nos tanto, tanto, tanto, que me lembro que rebentaram o meu lábio. Mas pronto, eram tempos antigos.” **(Entrevistado 5)**

Três dos jovens mencionaram ainda críticas aos castigos, nomeadamente, a) o caráter punitivo, ao invés do educativo (entrevistado 2 e 3); serem aplicados de forma uniforme, sem se adaptarem à sua idade (entrevistado 3); e haver pessoas beneficiadas, diferenciando-se os castigos (entrevistado 5):

“Na instituição religiosa era para que refletíssemos, nesta aqui era para nos punir porque um castigo que me impeça de sair ou não receber semanada, isso para mim é uma punição. Educação, que eram os castigos que eu tinha na outra instituição, era virada para a parede. Uma pessoa ali parada, acaba por pensar no mal que fez.” **(Entrevistado 2)**

“De um modo geral, acho que não teria ganho nada mesmo se tivesse cumprido, já que as regras eram mais punitivas do que educativas.” **(Entrevistado 3)**

“Portanto com este vasto grupo de pessoas, as regras tinham de existir e pelo incumprimento de uns pagavam os outros. Mas também havia o reverso, enquanto uns estavam a reclamar, outros estavam a beneficiar.” **(Entrevistado 3)**

“É obvio que cada funcionária tinha o seu favorito, e as vezes até tapavam os olhos para os erros que os seus favoritos tinham feito, só ficavam de castigo as crianças que não eram tão ligadas a essas funcionárias, eram tempos diferentes”.

(Entrevistado 5)

As narrativas acima transcritas, denotam a existência de uma ordem e uma estrutura, que são diariamente impostas na vida destes jovens, no entanto, para uma maior eficácia é imperativo que as regras, rotinas e expectativas sejam debatidas, compreendidas e combinadas individualmente (Pimentel, 2021). Afinal, um dos requisitos primordiais do acolhimento, é o respeito pela individualidade: “Cada criança ou jovem deverá ser visto como único. As suas capacidades, competências, necessidades e dificuldades deverão ser trabalhadas individualmente, assim como as respetivas estratégias de intervenção” (Gomes, 2010, p.95).

2.5 Atividades institucionais

De forma a entendermos melhor a vida quotidiana dos jovens entrevistados, interessa conhecer as atividades/dinâmicas desenvolvidas pela instituição que os acolheu. Ao longo do discurso de dois jovens, apercebemo-nos que as atividades foram sendo melhoradas, havendo inicialmente uma carência de atividades e uma dependência em relação a pessoas voluntárias:

“Nós tínhamos sempre, mas iam variando consoante as disponibilidades, porque às vezes eram apoios ou atividades de fora, estávamos dependentes de pessoas que fizessem voluntariado ou que estivessem a fazer estágio ou alguma coisa assim.” **(Entrevistado 4)**

“Foi melhorando, porque no início não havia assim muita atividade, era mais quando um voluntário ia lá, havia um professor que fazia voluntariado, então ia fazer connosco exercícios ao sábado de manhã ou assim e também havia a ludoteca.” **(Entrevistado 5)**



Quanto ao conteúdo das atividades, constatamos também que eram desenvolvidas ora dentro da instituição, ora no exterior. Um dos jovens entrevistados referiu que dentro da instituição as atividades desenvolvidas aconteciam em épocas festivas, através da realização de dinâmicas que aludissem ao respetivo tema (dia do pai, mãe, dos namorados, etc). O mesmo jovem mencionou ainda a existência de dinâmicas mais lúdicas, como o teatro e a dança:

“Tínhamos festinhas, que tínhamos que fazer uma apresentação de dança ou de teatro, assim. Eu participava sempre. ...fora isso só em datas festivas como no dia dos namorados, amigo secreto, desfile de carnaval”. **(Entrevistado 2)**

Outro jovem especificou que para além destas atividades tinham também aquelas brincadeiras básicas como o futebol, jogar às escondidas, sendo uma maneira de ocupar os seus tempos livres:

“Tínhamos um campo de futebol, um parque para crianças, tínhamos um espaço fora onde costumávamos jogar às escondidas, à apanhada, aquelas coisas normais que até se fazem na escola, nós fazíamos em casa.” **(Entrevistado 4)**

As atividades fora da instituição são igualmente visíveis nos discursos de três jovens, integrando as atividades extracurriculares, que apenas alguns jovens tinham após o período das aulas e as visitas/passeios, que decorriam durante o período de férias:

“O professor J.P começou a organizar atividades. Fomos uma vez à Mata Nacional do Choupal e fizemos um retiro de três dias a Buarcos.” **(Entrevistado 2)**

“Quando estava o J.P na instituição fazíamos caminhadas, ele organizava sempre uma visita todos os anos, sei lá, ou a minas ou coisas assim, muito à base da natureza, passeios, praia, piscina. Era assim desde 2000.” **(Entrevistado 4)**

“Havia algumas, mas mais no verão. Éramos acompanhados pelos professores, os que davam apoio lá no lar, a educadora, alguma funcionária que estivesse de serviço, esse tipo de pessoas. Tínhamos umas três visitas de estudo por ano, mas era mais o tempo que ficávamos dentro do que fora.” **(Entrevistado 5)**

Por outro lado, e ainda dentro das atividades exteriores, um jovem aludiu para o Cativar, uma dinâmica que ocorria normalmente ao sábado. Pode-se perceber pela sua descrição, que era uma ocupação divertida, trazendo a esse jovem boas recordações:

“Começamos a ter atividades com os professores, foi criado um grupo, o Cativar, baseado na história do príncipezinho. Normalmente ao sábado juntávamo-nos e procurávamos cativar-nos uns aos outros, e fazíamos várias atividades, íamos ao parque, partilhávamos um lanche, ou os professores traziam as máquinas de fazer panquecas. Tudo coisas que supostamente as pessoas faziam em casa com os pais e nós não fazíamos ali.” **(Entrevistado 3)**

De uma forma geral, e de acordo com os relatos dos jovens, podemos concluir que quanto mais precoce os jovens entravam no acolhimento, menos ocupações havia, destacando-se apenas a ludoteca. No entanto, e em consequência dos progressos feitos (maior vigilância



por parte da segurança social, maior número de técnicos qualificados), o plano de atividades das instituições foi-se alargando e estruturando de forma sólida, proporcionando aos jovens novos contactos com o exterior. É de ressaltar o papel do professor J.P nas atividades desenvolvidas, especialmente as que eram feitas fora da instituição. Na maioria dos discursos, os jovens apontam que as mudanças ao nível das atividades e todo o seu planeamento, ocorreu apenas quando o professor J.P entrou.

A organização de uma casa de acolhimento, como temos vindo a salientar, tem ritmos e rotinas particulares que requerem uma cuidadosa organização, tendo em conta diversos aspetos, como atividades escolares e desportivas, tempos de escola e consultas dos jovens. No entanto, estes ritmos podem ser alterados para permitir novas rotinas e experiências a estes jovens. Deste modo, toda a diversidade de atividades referidas até aqui, mostram-se essenciais, aumentando o sentimento de pertença e de confiança dos jovens ao acolhimento, facilitando a desconstrução dos seus receios e traumas.

2.6 Representações do exterior (atores escolares) sobre o acolhimento

Quando questionados como imaginavam que o mundo exterior, especialmente, os atores escolares percebiam o acolhimento, as perspetivas dos jovens entrevistados foram ambivalentes, como podemos ver nos excertos que se seguem:

“Eu por acaso quando fui para a instituição a primeira ideia que eu tive foi ‘que atrasadinhos são estes?’ ‘Onde é que eu vim meter?’ Mas depois, assim que cá parei e vim para cá, eu comecei logo a dizer que era da instituição, não tive problemas em dizer. As pessoas na escola, todos os miúdos da minha idade, aceitavam muito bem.” (**Entrevistado 1**)

“Não. Eu sempre tive muito orgulho em dizer que vivia numa instituição. Eu até gozava com a situação, dizia que os outros enquanto tinham um quarto, eu tenho não sei quantos quartos em casa, tenho empregadas, enquanto tens de fazer o almoço eu tenho quem me faça. Ironizar a minha situação, ironizava porque eu sou mesmo assim.” (**Entrevistado 2**)

“Por virmos de um lar tínhamos logo um rótulo de pessoa que não sabe ler, escrever, não sabe estar, um miúdo mal-educado que foi tirado aos pais, ou seja, tudo aquilo que normalmente acham que há na retirada, cai em cima de nós, mas como também não sou pessoa de levar desaforo para casa, o que vinha, para cima retornava. A minha turma foi a mesma desde a primária ao secundário, o que aconteceu foi que no primeiro dia houve um miúdo que me chamou preta, mas houve outro que chegou lá e lhe bateu, a partir daí ficou tudo resolvido e não houve mais isso.” (**Entrevistado 3**)

“(…) Porque acho que até dada altura, os miúdos tinham uma certa curiosidade e até achavam graça, aí porque vives com bué de gente, porque é bué fixe, porque tens sempre pessoas. Se calhar já numa fase mais adulta senti um bocadinho mais o ser institucionalizada, porque havia muita gente que eu lembro me dizia “Ai, mas tu não pareces duma instituição, tens um ar tão feliz” e acho que as pessoas acabam por estereotipar um bocadinho. Para mim era na boa, isso não me faz mesmo diferença, aliás ainda hoje às vezes falo no assunto, comento com alguma cliente que por acaso até



nem sabia ou cai em conversa.” **(Entrevistada 4)**

“Sim, no mundo lá fora, sim. Dentro da instituição não havia discriminação, mas no mundo lá fora, sim. Ainda me lembro do nome ‘barrote queimado’. Batíamos aos colegas, era assim mesmo. Tínhamos que nos fazer de mazinhas para obtermos o respeito das pessoas.” **(Entrevistado 5)**

Os excertos apresentados anteriormente denotam o recurso a estratégias de defesa por parte dos jovens quando “provocados” pelos seus colegas. Por exemplo, o jovem 2 recorria a ironia e ao humor e o 3 e o 5 utilizavam ataques verbais e físicos. Em oposição o jovem 1 e 4 referem que os seus colegas aceitaram a sua situação de acolhido de forma natural, não tendo necessidade de adotar qualquer método de defesa.

Todos os aspetos referidos pelos entrevistados vão ao encontro do estudo realizado por Garrido et al. (2016), no qual a perceção sobre os jovens em acolhimento residencial foi mais negativa do que a perceção sobre os jovens fora de acolhimento, sendo encarados como coitadinhos e com rótulos de “crianças abandonadas”.

Em detrimento da separação do acolhimento como resposta autónoma da comunidade, desenvolvem-se muitas vezes mitos retratando o acolhimento como uma punição, associado a locais como um “colégio interno” e a comportamentos maus, dificultando a construção de uma imagem realista e ajustada. Todas estas conceções, parecem corroborar com algumas das premissas teóricas propostas por Goffman, a respeito das instituições totais. Na sua visão, o processo de acolhimento conduz o jovem a um ciclo de modificações, mudando os seus referenciais identificatórios, definidos pelo autor como “carreira moral” (Alves, 2007).

Face a essa complexidade, e ainda que haja algum preconceito por parte da comunidade sobre o acolhimento, como evidenciado nos estudos empíricos apresentados anteriormente, é necessário mudá-lo ou invertê-lo. O entrevistado 3 dá-nos um exemplo real de como podemos mudar esta realidade, relatando como o estigma social se pode converter em laços de afetividade:

“Eu sentia que eles tentavam dar um ambiente igual a casa até porque havia alguns pais dos meus colegas ou quase todos que queriam levar-nos a sair com os filhos às atividades deles, como andar de bicicleta, ir ao circo, ir ao cinema, andar de barco, de vela, esse tipo de coisas. Nunca senti que fosse uma discriminação negativa, mas sim na positiva, especialmente os meus colegas de turma. Foi sempre uma relação muito boa, tanto que um dos meus colegas é padrinho do meu filho.”

(Entrevistado 3)

Com base no excerto acima, compreendemos que é através do contacto próximo com a população acolhida que a comunidade pode mudar as suas ideias. Desta forma, e apesar de atualmente as casas de acolhimento assumirem uma vertente mais terapêutica, e de estarem articuladas com a comunidades, nomeadamente através da inserção dos seus jovens em



modalidades diferentes ou em associações que oferecem outras tipologias de atividades como escuteiros, essa articulação ainda pode e (deve) ser mais estimulada, alterando por completo as representações sociais sobre a população acolhida.

2.7 Aprendizagens realizadas com a experiência do acolhimento

O acolhimento de c/j constitui uma transição de vida ocasionada, na sua maioria, pelas dificuldades dos cuidadores primários em garantir condições para um crescimento saudável aos seus elementos. Deste modo, durante o período em que os jovens estiveram sobre alçada das casas de acolhimento, passa a ser delas a responsabilidade de promover uma base segura de estabilidade emocional e relacional, preparando as crianças para a vida fora do contexto institucional.

Neste sentido, questionou-se os jovens sobre o papel do acolhimento na configuração das suas vidas. Todos os jovens entrevistados fazem, de um modo geral, uma apreciação positiva, atribuindo-lhe grande relevo ao nível do relacionamento interpessoal, no crescimento pessoal, no desenvolvimento de competências socioemocionais, tais como a resiliência e a empatia, e na preparação para o mundo laboral, manifestando sentimentos de gratidão face à entidade acolhedora:

“Ajudou-me a desenvolver-me a mim mesmo, a ter noção, porque nós acabamos por vir de uma vida completamente diferente. O vir para a instituição fez-me ter noção que o que eu sou neste momento só depende de mim, portanto, contribuiu para que eu amadurecesse.” **(Entrevistado 1)**

“Ajudou-me no sentido de perceber que nem tudo é mau, há coisas que são boas dentro das coisas más, ver o lado positivo. Eu não sou pessimista, mas tento ver o lado bom das coisas, não para mim, mas mostrar aos outros que podia ter sido bem pior. E o facto de eu lidar com vários tipos de pessoas, com muitas mulheres e homens, preparou-me um pouco para o ambiente de trabalho. Foi a instituição que me moldou.” **(Entrevistado 2)**

“O acolhimento trouxe-me um sentido de justiça muito grande. A forma como eu saí não foi a melhor e foi por um motivo grave. Trouxe-me a capacidade de lidar bem e aceitar a diferença, trouxe-me a capacidade de lidar com pessoas de todos os estratos, de todas as esferas e culturas, com qualquer tipo de doença do foro psiquiátrico ou genético.” **(Entrevistado 3)**

“Se tenho a força que tenho, também é por ter vivido na instituição, por passar o que passei, por aquilo que aprendi com algumas pessoas.” **(Entrevistado 4)**

“Primeiro de tudo, resiliência, não é? para as adversidades da vida. Até hoje, nós todos temos batalhas na nossa vida, mas é resiliência do tipo “já passei tanto, põe-te de pé, mantém-te firme, a vida é mesmo assim”. A resiliência, empatia, saber colocar-se no lugar do outro.” **(Entrevistado 5)**

Além disso, três dos/as entrevistados/as asseguraram que a instituição teve um papel significativo na formação da sua identidade, contribuindo para a configuração das suas identidades atuais:

“Foi a instituição que me moldou.” **(Entrevistado 2)**



“(...) eu acho que o acolhimento me fez crescer, sim, fez-me ser a pessoa que eu sou hoje.”

(Entrevistado 4)

“O acolhimento fez aquilo que eu sou, a mulher que eu sou, a mãe que eu sou hoje, porque mesmo na forma como eu sou com o meu filho, é muito daquilo que eu passei na instituição, da minha vivência na instituição, sem dúvida.” **(Entrevistado 5)**

Com o intuito de aprofundar melhor o impacto do acolhimento na vida atual dos jovens, outras das questões colocadas centrou-se na possibilidade de mudarem algo ao longo do seu percurso dentro da instituição:

“(...) neste momento acho que estou bem na vida, não mudaria nada. Houve ali alguns momentos que agora não consigo enumerá-los, mas para mim foi bom. Hoje em dia não teria o que tenho neste momento, olhando para trás, sou agradecido por lá ter ido parar. Tenho a perfeita noção que graças à instituição eu sou mais responsável e tenho uma noção mais realista das coisas. Eu reconheço que foi o melhor para mim.” **(Entrevistado 1)**

“Mudar não, até porque eu sou como sou graças ao que passei.” **(Entrevistado 2)**

“Acho que foi uma fase boa, já passou. Sinto-me bem, superconfortável e realizada, supertranquila. Eu penso nisso, mas não me foco muito, porque eu acho sempre que estar a idealizar uma coisa que vai acontecer no futuro é mais fácil do que ficar a pensar no que me aconteceu lá atrás e que já não posso mudar.” **(Entrevistado 3)**

“Eu, apesar de tudo, de algumas dificuldades que passei, considero que tive um percurso sempre estável, nunca houve uma altura em que eu batesse no fundo e pensasse “Meu Deus, agora o que é que eu vou fazer da minha vida?”. Considero um percurso bom, não mudaria nada.” **(Entrevistado 4)**

“Não, não mudaria nada, porque mesmo as coisas menos boas foram as que me ajudaram para os dias de hoje, então não mudaria nada.” **(Entrevistado 5)**

Com base nos excertos apresentados, é possível verificar que os entrevistados, apesar de referirem que passaram algumas dificuldades ao longo do acolhimento, acham que os aspetos positivos são suficientes para contrariar o efeito dos acontecimentos menos favoráveis. Neste seguimento, e de um modo genérico, o acolhimento é relembrado como um fator positivo, que contribuiu de forma significativa para o seu amadurecimento e desenvolvimento. Do mesmo modo, dois dos jovens expressam o seu agrado quanto à decisão do acolhimento, concluindo que foi melhor do que continuarem com os pais, onde não teriam as mesmas oportunidades de preparação para o futuro:

“Para mim foi o melhor, nós vivíamos em sítios sem condições, no acolhimento tive oportunidades melhores, quer a nível de estudo e de condições de casa. Foi tudo muito melhor do que teria sido se tivesse ficado com o meu pai.” **(Entrevistado 4)**

“Aí, não, não seria o mesmo, seria muito diferente. Níveis de educação, formação, mesmo culturalmente, seria diferente.” **(Entrevistado 5)**



Para terminar, perguntamos aos jovens qual a sua relação atual com a instituição, e três deles (entrevistados 1,3 e 5) responderam que mantiveram contacto, sendo que os outros dois (entrevistados 2 e 4) romperam completamente com a instituição. Através das suas narrativas constata-se que as visitas são importantes para reverem as pessoas que durante o seu percurso foram referências para si:

“Sim, já lá fui outras vezes visitar as pessoas com quem falava e com quem me dava bem. Hoje mantenho contacto de vez em quando com duas ou três pessoas, a maioria seguiu caminhos diferentes.” **(Entrevistado 1)**

“Nunca mais voltei a ter contacto com a instituição, mas sei que se precisarmos de alguma coisa é só ligarmos.” **(Entrevistado 2)**

“Antes ia lá ver o senhor padre, mas desde que ele faleceu nunca mais lá fui.” **(Entrevistado 3)**

“Nunca mais lá voltei.” **(Entrevistado 4)**

“Vamos uma vez por ano, todos os anos, uma no verão em que levamos os meninos. Continuo a ter contacto com algumas funcionárias, pelos menos com três.” **(Entrevistado 5)**

Ao refletir sobre as vivências partilhadas por estes jovens, realça o enorme peso que o acolhimento teve na sua infância, em virtude das identificações afetivas estabelecidas. A interiorização do acolhimento como uma nova realidade nas suas vidas, prende-se essencialmente ao relacionamento intenso com elementos a que chamamos de “estrutura de plausibilidade”, que se tornam referências fortes em matéria de valores, normas e atitudes para este grupo de jovens.

2.8 Preparação por parte do acolhimento para o processo de autonomização do jovem

Com foco no futuro, um dos objetivos da medida de acolhimento residencial pressupõe a preparação da saída dos seus jovens. Como sublinha Gomes (2010), a autonomia em contexto residencial envolve todo um processo adaptado às capacidades e ao nível etário de cada c/j, tendo como objetivo a aquisição de conhecimentos e competências que conduzam os jovens à sua saída de forma estruturada.

Quando inquiridos sobre o seu processo de autonomia, na sua generalidade os jovens negaram qualquer tipo intervenção nesse domínio, expressando insatisfação de forma coesa:

“A gente não tinha preparação nenhuma. Não fui preparado, eu orientei-me sozinho com o que ia ouvindo de alguns funcionários, eu acabava por falar bastante com os funcionários. Não eram pessoas que estavam ali para nos corrigir, eram pessoas que acabavam por falar um bocado de coisas essenciais no nosso dia-a-dia”. **(Entrevistado 1)**

“Não houve nenhuma preparação. A instituição queria-nos devolver às famílias, mas não no sentido de preparar-nos, de nos tornar numas pessoas independentes, era mais para escorraçar”. **(Entrevistado 2)**



“Não houve essa preparação, nós saíamos e adeus. Não houve esse trabalho, a autonomia é um termo que existe há muitos anos, mas só recentemente é que começou a ser aplicado, e na altura que eu saí não houve nenhum plano, nada de autonomia”. **(Entrevistado 3)**

“Ninguém nos ensinava a fazer nada, mesmo que tivéssemos vontade. Não havia quem te ensinasse, por exemplo, a lavar roupa, porque havia lavandaria, ou a cozinhar, porque as funcionárias faziam”. **(Entrevistado 4)**

“Houve muitas falhas na altura, eu acredito que hoje seja diferente. Mas na altura houve muitas falhas, muita pouca preparação. Na teoria, eles acabam por fazer, olha agora vamos começar isto, mas depois acabavam por se desleixar dessa parte”. **(Entrevistado 5)**

Embora a sua preparação para o exterior fosse deficitária, os jovens identificam que algum tempo antes da mesma foram introduzidas mudanças nesse âmbito, contudo, insuficientes para reverter a sua preparação:

“Lá para um ano antes de sair, é que começamos a ter alguma atividade como, por exemplo, prepararmos, nós próprios um almoço, porque não havia essa responsabilidade, de “você têm que aprender a cozinhar para você”. **(Entrevistado 2)**

“Talvez nos meus últimos 2 anos, criaram o clube cozinha, e uma vez por semana iam 2 acolhidas para a cozinha, mas só 2 uma vez por semana, nós éramos muitos, não dava para rodar”. **(Entrevistado 4)**

Outra das questões colocadas aos jovens é relativa às idades que consideravam mais indicadas para as instituições começarem a trabalhar a sua autonomia. As opiniões são discordantes, conforme comprovam os seguintes testemunhos:

“Acho que deveria ser quando comesas a ganhar um bocado noção da vida, mas claro que isso não tem uma idade certa, não é? Cada um amadurece no seu tempo, uns mais depressa e outros mais tarde”. **(Entrevistado 1)**

“Aos 16 anos. Até aí aos 14/15 anos, nós somos muito imaturos e também assim aproveitamos a nossa pré-adolescência. E com 16 já começamos a entrar na adolescência e começamos a ter noção das coisas, mais conhecimentos, mais predisposição para aprender, acima de tudo”. **(Entrevistado 2)**

“Eu acho que a autonomia deve ser trabalhada desde sempre, mas claro que ali, a partir se calhar dos 12 ou 13 anos, com mais afinco, mas eu sou mãe e trabalho a autonomia do meu filho que tem 2 anos, desde sempre” **(Entrevistado 3)**

“Se calhar a partir dos 15/16 anos. Acho que quando nós vivemos com os pais, ou pelo menos a ideia que eu tenho das pessoas quando vivem com os pais, é que a dada altura eles ajudam os pais, não é? **(Entrevistado 4)**

“É assim, eu acho que a partir dos 18. Por exemplo, qualquer jovem que esteja para sair nunca é em cima da hora, não é? E como a idade limite era os 21, foi a idade que eu saí, ora sabendo que eu vou sair aos 21, podiam um ano antes, 6 meses antes, “olha, agora vamos entrar neste processo de preparação para quando tu saíres da instituição”. **(Entrevistado 5)**



As perspetivas dos jovens diferem desde: a) não existir uma idade certa, pois “depende do crescimento e da maturidade de cada um”; b) o início da adolescência (a partir dos 16 anos); c) seis meses antes da saída do jovem do acolhimento e d) desde sempre, com maior reforço na pré-adolescência (12-13 anos).

Apesar dos pontos de vistas diversificados sobre esta matéria, há uma opinião comum em todas as narrativas dos jovens que entrevistámos, que é a referência à etapa da adolescência como uma fase desenvolvimental promotora da autonomia.

Esta é uma ideia defendida por Gomes (2010) quando refere que “embora a autonomia venha a ser construída desde a infância, é na adolescência que ela se torna particularmente pertinente” (p.206). Conforme assinala a autora, é nesta fase que os jovens se devem tornar mais ativos e reflexivos, participando nas decisões do presente e perspetivar o seu futuro.

Outro fator igualmente interessante foi perceber quais as dimensões que os jovens consideravam necessário reforçar no trabalho a ser desenvolvido com jovens acolhidos.

“De momento só me recordo de aspetos como a gestão financeira e as lides domésticas, isso são 2 pontos muito fortes e importantes”. **(Entrevistado 1)**

“Acho que ninguém que saiu da instituição sabia como lavar a roupa, no sentido em que não é só por dentro da máquina, é preciso separar as cores para não manchar a roupa, e o arrendar uma casa”.

(Entrevistado 2)

“A cozinha, a gestão financeira, a gestão doméstica. Aqui a gestão emocional para mim, neste momento, é o que mais me assusta porque não há uma via verde à saúde mental nos jovens, há vários desafios e poucas respostas”. **(Entrevistado 3)**

“Além das lides domésticas, há outros assuntos fundamentais. Por exemplo, ir ao Centro de Saúde, marcar uma consulta, marcar exames, ia sempre alguém connosco. Mais complicado ainda era a questão financeira. Podia falar sobre o IRS, que ninguém sabe fazer, mas mais importante são as coisas do dia- a- dia”. **(Entrevistado 4)**

“A culinária, como ensinar-nos a entrar para a faculdade, os custos dos quartos... isto para as pessoas que querem ir para a faculdade. Os que não querem, só querem trabalhar, então a procura de trabalho e um currículo”. **(Entrevistado 5)**

Através dos excertos percebemos que as áreas mencionadas pelos jovens advieram das suas dificuldades, sendo agrupadas em seis dimensões: tarefas domésticas, gestão financeira, gestão emocional, cozinha, assuntos médicos e burocráticos.

Os aspetos mencionados pelos jovens participantes do nosso estudo estão em consonância com os fatores identificadas por Gomes (2010), embora os nomeie de forma distinta:



- 1) Competências necessárias à vida geral: procurar informações e recursos, como por exemplo, procura de emprego ou de espaços de lazer; responsabilidade pela sua situação de saúde, através da marcação e frequências de consultas, estratégias de gestão económica, responsabilidade pelos assuntos pessoais como por exemplo, o cartão de cidadão;
- 2) Competências necessárias ao relacionamento interpessoal: promovendo e estimulando o relacionamento com pessoas para que possam constituir-se como rede de suporte do sujeito;
- 3) Competências necessárias para situações específicas: oportunidade de usufruírem de experiências pré-profissionais durante o período de férias, promover o ingresso em formação profissional ou no mercado de trabalho.

Por outro lado, quatro dos jovens entrevistados acrescentam que durante a sua estadia na instituição de acolhimento, se sentiam bastante desconectados com a realidade quotidiana, com um conhecimento limitado sobre o funcionamento de aspetos externos, como questões de saúde, educação e outros desafios que eventualmente enfrentariam posteriormente:

“Tu acabas por estar um bocado protegido nessas situações, tu não sabes o que é o mundo exterior”.

(Entrevistado 1)

“Por exemplo, lembro-me que nós tínhamos a luz acesa o dia inteiro, podíamos fazer tudo, a ideia de que não há consequências nem gastos, não nos é transmitida. Chegamos cá fora e temos que lidar com isso, é frustrante e chocante porque nós não contávamos que por causa de uma luz acesa, tínhamos de pagar muito dinheiro e lá dormíamos com as luzes acesas.” **(Entrevistado 2)**

“Nós não temos acesso a muita informação, nós não vemos o telejornal, não lemos o jornal, nós fazemos o nosso mundo. Há pessoas que nos marcam as consultas, há pessoas que nos levam ao médico, ou seja, nós basicamente só aparecemos. Dizem-nos que a consulta é naquele dia e nós aparecemos, não sabemos como marcar uma consulta nem quem é o médico e a sua especialidade.”.

(Entrevistado 3)

“Eu não sei como é hoje em dia, porque são novos mundos, não é? novos tempos, novos mundos, então não sei se os jovens têm noção, mas que eu e os meus colegas, enquanto estávamos lá tínhamos uma noção muito distante.” **(Entrevistado 5)**

Da análise destes discursos, destaca-se novamente a necessidade dum maior ênfase no processo de capacitação para a autonomia por parte das instituições de acolhimento, reforçando também a importância dos jovens manterem o contacto com o exterior, e acima de tudo começarem a serem eles responsáveis pelas suas consultas e outros afins, fomentando-lhes assim o poder de decisão e de resolução dos seus problemas. É através de tarefas como essas que são aprimoradas as competências dos jovens, como refere o entrevistado 2 “(..) deveria



haver um equilíbrio entre o apoio, mas ao mesmo tempo deixarem-nos aos poucos a tratarmos e a tomarmos as nossas decisões.”

Note-se que o objetivo do trabalho da autonomia, não é colocar todas as soluções nas mãos dos jovens, mas sim capacitá-los com o maior tipo de recursos para poderem, de forma consciente, ultrapassar determinadas situações.

3. Percurso pós-acolhimento

3.1 Idade e motivo da saída do acolhimento

O momento de saída da instituição que os acolheu, à semelhança do processo de chegada, é um período de transição com grande significado para o percurso de vida destes jovens. A idade com que os entrevistados saíram do acolhimento varia entre os 18 e os 21 anos, sendo distintos os seus motivos:

“Aos 21 anos. Já existia aquela lei até aos 25 anos, foi mesmo na minha saída, só que eu já trabalhava há 1 ano, por isso já não era para mim, só se voltasse a estudar”. **(Entrevistado 1)**

“(Risos). Primeiro, eu fui escoraçada da instituição quando tinha 18 anos.” **(Entrevistado 2)**

“Eu saí com 22 porque estava a estudar, quando saí era junho e fui para Lisboa, mas tinha aqui a minha vida toda. Na altura não dava para ficar até aos 25 anos, essa lei é muito recente. Eu recebi uma carta, a partir de setembro já não voltas e pronto”. **(Entrevistado 3)**

“Eu saí já com os 22 feitos, eu fiz 22 em outubro e saí em dezembro”. **(Entrevistado 4)**

“Eu saí aos 21, porque era a idade limite.” **(Entrevistado 5)**

Pelos excertos transcritos compreendemos que apenas uma jovem saiu com 18 anos, motivada pela pressão da instituição, e que todos os restantes casos cessaram a sua medida por atingirem os 21 anos, limite legal da sua estadia no acolhimento. Na maioria das situações já estava em vigor a lei que ratificava o prolongamento do acolhimento até aos 25 anos, mas estes jovens não cumpriam os critérios necessários para tal, pois não se encontravam a estudar nem a trabalhar.

A conjectura retratada é contrária ao panorama apresentado na investigação de Pereira (2016), na qual a maioria dos jovens intervenientes no seu estudo saiu do acolhimento assim que fez 18 anos. A posição da comunidade científica sobre esta temática, defende os benefícios dos jovens adiarem a sua saída das instituições. Neste seguimento, e em concordância, a jovem no qual a sua saída foi antecipada, afirma que se lhe tivessem dado a oportunidade de permanecer no acolhimento, o teria feito:

“Sim, pela sensação de segurança, nem que me dissessem assim ficas, mas ficas até arranjar alguma coisa, eu sabia que tinha que arranjar alguma coisa. Agora não me avisarem e vir com uma mão a frente e outra atrás...”. **(Entrevistado 2)**



3.2. Dificuldades e apoios no momento da saída da instituição de acolhimento

Conforme comprovado pela literatura que tivemos oportunidade de aprofundar (Gaspar et al., 2015; Cassarino-Perez, 2018) é esperado que os jovens acolhidos, quando confrontados com o mundo exterior, se sintam vulneráveis e perdidos, especialmente quando na maioria dos casos não tiveram qualquer preparação.

No discurso dos/as jovens que entrevistámos no âmbito da presente investigação, sobressai um conjunto de fragilidades sentidas pelos próprios quando saíram das instituições, nomeadamente a dependência financeira, dificuldades nas tarefas domésticas e a presença de sentimentos como a solidão, tristeza e saudade. Estes relatos refletem a forte dependência da instituição e a perceção de falta de competências de autonomização:

“Foi só mesmo cozinhar, porque o resto eu já fazia, porque estava na instituição”. **(Entrevistado 1)**

“Foi horrível, porque eu lembro-me que não tinha dinheiro. **(Entrevistado 2)**

“Foi sobretudo financeira, apesar de eu pagar sempre tudo direitinho, cheguei a ter que pedir emprestado. Outra dificuldade grande foi o estar sozinha quando vinha dum sítio onde estava habituada a ter 30 pessoas numa casa. Claro que assusta um bocadinho, porque sei lá, é bom chegamos a casa, está tudo em silêncio, mas também é mau, porque se acontece alguma coisa, se ficamos doentes ou temos um problema, não está ali ninguém”. **(Entrevistado 4)**

“Foi muito triste para mim e muito deprimente. Lembro-me que me sentia muito sozinha, tinha muitas saudades dos meus colegas. Sentia que não conseguia fazer nada”. **(Entrevistado 5)**

Face às dificuldades inerentes a todo este processo, torna-se primordial a adoção de outros recursos, destacando-se a necessidade de apoio por parte do acolhimento que acompanhou todo o desenvolvimento das c/j até à sua transição para a idade adulta. Deste modo, questionamos os jovens sobre o apoio prestado nas suas transições, e três dos cinco jovens entrevistados vão ao encontro do cenário descrito pela literatura: ausência de acompanhamento

“Não tive qualquer acompanhamento por parte dos técnicos, nem uma pergunta se estava bem ou não. Não acho que exista qualquer tipo de apoio pós - acolhimento aos jovens, exceto pela PAJE.” **(Entrevistado 1)**

“Eu não fui acompanhada por ninguém da instituição, safei-me por minha conta. Tive de obrigatoriamente, juntar-me com o meu namorado”. **(Entrevistado 2)**

“Por parte da instituição não tive”. **(Entrevistado 5)**

Apenas um jovem (entrevistado 4), afirmou ter recebido ajuda por parte da instituição, mais concretamente por parte das monitoras, que o auxiliaram a adquirir material para casa (roupa de cama e artigos de cozinha):

“As monitoras ajudaram-me muito quando eu saí... foi muito bom. Eu não tinha nada, não é? Fui para uma casa sem nada, nem pratos tinha. E deram-me muitas coisas, havia 2 delas que se tinham casado há pouco tempo e tinham muita coisa que lhes tinham oferecido, tipo lençóis, toalhas e outras



coisas... foi uma ótima ajuda, porque foi dinheiro que eu não gastei nem tinha para gastar.”

(Entrevistado 4)

Todos os entrevistados, incluindo o jovem que referiu ter sido apoiado pelas monitoras da instituição, mencionaram que tiveram que adotar outros meios de ajuda no seu processo de autonomização, mesmo que fosse de forma temporária:

“Eu fui aprendendo certas coisas com as pessoas com quem ia lidando. Por exemplo os meus colegas, onde eu estou a trabalhar hoje, quando chegava ao final do mês diziam: “ui.. o final do mês, estamos aí quase a receber!”. Ou então quando chegava a altura do IRS, eles iam comentando: “tenho os meus filhos, este ano vou receber 800€ por causa das despesas. Eles perguntavam-me sempre “e tu e não sei quê?”, porque eles não sabiam que eu era de uma instituição e acabavam por falar um bocadinho, e tudo isso me ajudou, nessa parte tive sempre sorte.” **(Entrevistado 1)**

“Tive de, obrigatoriamente, juntar-me com o meu namorado. Eu arranjei um namorado enquanto estava na instituição, mas ele não morava lá. Já não é o meu namorado atual. Como me forçaram a sair da instituição, tive de ficar dependente dele e da família dele. Entretanto, comecei a trabalhar e tinha de dar o dinheiro todo para a casa. Mais tarde a família dele falou-me do rendimento social de inserção. Depois mais tarde comecei a trabalhar.” **(Entrevistado 2)**

“O meu processo de autonomização foi com todos os meus amigos fora do acolhimento, uns receberam-me, outros deram-me emprego, outros ajudaram-me a fazer o currículo e outros explicaram-me diversas formas de ter acesso a serviços que não tinha. Houve um leque de atuações que acabou por me dar muitos contributos. Devia haver um apoio sempre”. **(Entrevistado 3)**

“...eu mantive sempre contato, por exemplo, com o J.P.[diretor da PAJE], os professores e as monitoras da instituição, e apesar de não ser um contato próximo diário, semanal, às vezes, nem anual, são aquelas pessoas que eu sei que, se precisar, ligo e vão lá estar, quer seja para me ouvir, quer seja para me ajudar no que eu precisar. Eu sei que são pessoas que eu posso ligar.” **(Entrevistado 4)**

“O único apoio mais prático que tive foi do professor J. P que é o diretor da PAJE. Era sustentada pela minha mãe e recebia a bolsa da DGES. Quem tem boca vai a Roma, não é? Sempre fui despachada também. E depois tinha o professor J. P., nesse tempo não existia a PAJE, ou seja, ele ajudava como um amigo, um professor que gosta muito de nós”. **(Entrevistado 5)**

Um facto curioso é que, embora a maioria dos jovens entrevistados tenha uma família e, em certos casos, a mencione no decurso das entrevistas, denota-se que o seu papel não é propriamente ativo no seu processo de autonomia. Normalmente as suas famílias de origem assumem formatos e dinâmicas disfuncionais, nas quais as relações familiares são marcadas pela ausência de vínculos que não foram reparados e reconstruídos aquando do acolhimento dos jovens. Por esse motivo, a maioria dos jovens referiu ter optado por pedir ajuda a uma rede



mais alargada (irmãos ²¹, amigos, vizinhos, colegas de trabalho), estabelecendo apenas uma relação cordial com os seus progenitores, aquando da sua saída da instituição:

“A minha namorada, não é? Alguma dúvida que eu tenho, ela ajuda-me logo e diz o que eu posso ou que tenho que fazer. **(Entrevistado 1)**

“O meu namorado e a minha irmã.” **(Entrevistado 2)**

“Atualmente eu tenho os meus amigos todos, não é? Tenho os meus amigos, o meu filho, o meu namorado, tenho a E.M e o professor J.P, tenho ali o pessoal todo da direção.” **(Entrevistado 3)**

“As pessoas mais próximas são uma colega de trabalho e o meu colega de casa, com quem me dou muito bem, alguns amigos, e a minha namorada.” **(Entrevistado 4)**

“A minha mãe, a minha irmã, os meus professores do instituto educativo de Souzaelas, tenho professores com quem mantenho amizade, o professor J.P, os meus amigos e laços que fui criando”. **(Entrevistado 5)**

Com o intuito de enriquecermos a literatura neste domínio da autonomização, interrogamos os jovens entrevistados acerca da importância atribuída ao apoio no pós acolhimento, assim como o invés, o impacto da sua ausência. De acordo com os seus pontos de vista, independentemente dos elementos a quem recorrem, os jovens reconhecem a necessidade dessa rede de apoio, apelando às instituições para um maior investimento e envolvimento nesta fase de transição:

“Acho que o apoio dado pela instituição deve ir para além do que uma chamada a perguntar se está tudo bem, porque às vezes, até podemos dizer que está tudo bem e não estar ou, pelo menos, não estar a 100%. Devia naquele primeiro ano, no qual eu acho que é quando os problemas aparecem, aliás, é aí que “cai a ficha” aos jovens, pois passamos a vida rodeados de pessoas e, de repente, ficamos sozinhos, e é nesse período que os jovens questionam o funcionamento das coisas. Por exemplo, um IRS, quem é que conhece e sabe fazer isso? Ninguém ... ou por exemplo saber quais as condições em que os jovens vão viver. Quem é o jovem que sai da instituição e consegue logo organizar-se de imediato? Considero que esse acompanhamento poderia permitir que os jovens ficassem autossustentáveis, não é um acompanhamento para sempre, mas pelo menos no primeiro ano seria importante.” **(Entrevistado 1)**

“Para quem não tem retaguarda, é lógico que é importante, para não serem atirados aos lobos. Deve-se explicar como é que se fazem compras, que não se compram 10kg de bananas, 10kg de fiambre, como via na instituição.” **(Entrevistada 3)**

“Durante o tempo de acolhimento os técnicos e os funcionários são as pessoas que conhecemos como família, é o mesmo que vivermos com os nossos pais e, de repente, dizerem-nos: “Olha, tens 21 anos, vais à tua vida. Tchau!”. Fecham a porta e nunca mais te dizem nada. Então, acho que aí há uma grande falha nesse acompanhamento.” **(Entrevistada 4)**

²¹ Como afirmam Mota e Matos (2018), os irmãos são identificados como um fator de proteção, permitindo que quando confrontados com o afastamento da família, se sintam mais próximas da mesma, aumentando também a sua resiliência para o caminho que virá posteriormente.



No que toca à falta de apoio, as opiniões são unânimes, acentuando-se a vulnerabilidade destes jovens, coagindo-os a adotarem comportamentos desviantes, consumos de estupefacientes, podendo até integrarem o mundo do crime:

“Em termos de consequências, acho que os jovens acabam por ir pelo caminho do crime e das drogas, é o que mais ocorre devido ao abandono sentido pelos jovens. Depois há também aquela necessidade de ganharem dinheiro fácil e as más companhias são sempre as decisões que lhes ocorrem, ou seja, os jovens acabam por inverter todo o percurso que tiveram na instituição.” **(Entrevistado 1)**

“Muitos dos jovens devido à falta desse apoio perdem-se e assumem meios de subsistência pouco legais. Por exemplo, houve um colega nosso da instituição que esteve ou está preso.” **(Entrevistado 2)**

“Basta verem os números, e verem que temos jovens presos, jovens sem-abrigo e que não estudam e conclui-se, de imediato, que o impacto é grande, logicamente.” **(Entrevistado 3)**

Os resultados obtidos alinham-se com pesquisas anteriores sobre esta temática (Gaspar et al., 2015; Gomes 2010; Pereira, 2016, Silva et al., 2019), que evidenciam a inexistência de respostas adequadas aos jovens ex-acolhidos, inclusive no que diz respeito à falta de legislação de suporte à intervenção e a assistência. Mais uma vez realça-se a urgência de manter a ligação afetiva dos profissionais com estes jovens, fornecendo orientação para enfrentar os seus desafios. Quando é dada a devida prioridade a esta questão?

3.3 Sugestões para os jovens e instituições para enriquecer o trabalho de autonomia

Tendo em conta a necessidade atribuída ao trabalho de autonomia, e ainda que o seu caminho no acolhimento esteja distante do esperado, torna-se primordial incutir novas melhorias para que os futuros jovens ex-acolhidos se sintam mais confiantes de si e das suas capacidades para se autonomizarem de forma segura.

Com esse propósito, pediu-se aos jovens para darem sugestões direcionadas tanto às instituições como aos jovens que estejam quase a cessar a sua medida. Os discursos seguintes retratam os constrangimentos, preocupações e desafios apresentados pelos jovens:

“A vida não é fácil, temos que ter noção que não é só agir de cabeça e temos também que ter o dinheiro bastante para alguma coisa. O que eu tenho na minha cabeça é que nunca se sabe quando é que se fica doente ou quando é que partimos um pé jogar à bola, não é? Porque a vida mantém-se cá fora, a gente não pode ser só trabalhar. Diria também que se rodeiem de pessoas que vos queiram bem, sei que é complicado, pois o maior problema cá fora é ter alguém em quem confiar, a gente tem que analisar sempre as amizades que a gente tem.” **(Entrevistado 1)**

“Para procurarem conhecer o mundo antes.” **(Entrevistado 2)**

“Que leiam muito, que pesquisem muito, que falem com jovens que já estejam autonomizados, que criem uma boa rede de amigos que os possam ajudar aqui fora, que invistam nos estudos, que façam um bom currículo e que invistam neles, porque só assim é que nós conseguimos. Nós estamos a começar a corrida e não é no 0, é ali no -20 logo para chegar ao 0 temos de correr muito e para chegar



à beira dos outros, então é preciso correr ainda mais. Quando investimos em nós já estamos a encurtar ali passos.” **(Entrevistado 3)**

“Eu acho que cada caso é um caso. Muitos jovens faziam aquele tempo na instituição e depois voltavam para casa dos pais, outros saíam de lá na loucura e nem queriam saber, muitos também não querem estar lá e logo que chegam aos 18 anos, vão embora, com a pressa toda. O meu maior conselho era, fiquem até puderem, aproveitem enquanto lá estão, porque enquanto lá estão têm as coisas que necessitam, se podem estar até aos 22, até aos 23, fiquem até essa idade, fiquem porque é difícil, é muito difícil, tem alturas que é mesmo muito complicado (...) Por isso aconselho a aproveitar enquanto podem para aprenderem o máximo que consigam, para terem o melhor trajeto possível que lhes permita depois ter uma vida minimamente estável fora da instituição.” **(Entrevistado 4)**

“Para os jovens, muita resiliência, não é? Para não desistirem deles e volto a referir para não desistirem deles, porque é muito fácil tu saíres, “ai mas eu sou institucionalizada”, cairmos no vitimismo, não podemos. Há um mundo lá fora e ainda que tenhas uma rede de apoio, só tu podes fazer por ti.” **(Entrevistado 5)**

Com base na sua experiência pessoal, todos os entrevistados dão os mesmos conselhos aos futuros jovens ex-acolhidos: permanecerem o máximo de tempo no acolhimento; pensarem de forma consciente nas escolhas futuras e nas opções disponíveis; aproveitarem todas as oportunidades de contactar com o exterior, não só através da escola, mas também das atividades extracurriculares e da criação de laços afetivos; e desenvolverem competências para enfrentar e superar os desafios após a saída.

Apresentamos de seguida as sugestões direcionadas para as instituições:

“As instituições... acho que os técnicos acabam por fazer apenas o serviço deles e nem dão atenção, nem estão preparados para receber as pessoas. Há falta de disponibilidade e estamos a falar de pessoas que estudaram. Honestamente, precisam de ver as crianças como humanos e não como um trabalho. Precisam de saber o que se passa nas mentes, como é que estão ambientados e tudo isso deve ser uma preocupação por partes dos técnicos, pois muitas vezes se eles não tiverem uma adaptação fácil, vai complicar todo o processo que virá para a frente. Eles devem arranjar formas de comunicar e chegar até aos miúdos, pois não somos todos iguais.” **(Entrevistado 1)**

“Aos técnicos, para acompanharem realmente as pessoas durante e após o acolhimento. Nós tínhamos um assistente social na instituição, mas o que é que ele estava lá a fazer? Não sei. Com quantas crianças ele lidou? Não sei. Ele era mais para ouvir o que é que as monitoras e os professores diziam e espetar reuniões estúpidas para arranjam métodos de castigo, do que propriamente identificar o problema com a criança ou o jovem para conseguir resolver o problema. (...) Outro aspeto que considero importante é haver uma união entre o liberalismo e a vertente educacional. Por exemplo, o liberalismo é bom nalguns aspetos, mas pelo menos uma vez por semana uma pessoa ficar responsável por fazer a comida, pelo menos ao sábado que é o dia que estamos todos em casa e fazer aquela tarefa, não mata.” **(Entrevistado 2)**



“Neste momento foi lançado um manual mais ou menos de boas práticas entre a AAPN de Braga, que está muito bem elaborado e acho que é um manual bom para os técnicos e para os jovens. Dá ali dicas de como pode ser trabalhada a autonomia.” **(Entrevistado 3)**

“Relativamente às instituições, eu acho que era começar desde a adolescência a incutir hábitos de fazer compras, mesmo que fictícias, para terem noção do custo. Preparar comidas, ensinar coisas da casa... Eu sei que pode ser difícil, porque as instituições têm coisas muito grandes, até os utensílios de cozinha, tudo muito grande, mas mesmo assim acho que era possível fazerem esse acompanhamento de preparar para a vida adulta. (...) necessário criar hábitos, criar responsabilidade e fazer entender que cá fora existe uma vida que não tem nada a ver com a que estão habituados lá.”

(Entrevistado 4)

“É investirem nisso, é como eu disse, não só trabalhar com os jovens a parte burocrática, mas muito da parte emocional. Prepararem os jovens emocionalmente para a saída, para a vida pós instituição.”

(Entrevistado 5)

Com base nas ideias identificadas pelos jovens percebemos que as instituições devem intensificar os seus esforços e aprimorar estratégias de promoção da autonomia desde cedo (desde a entrada no acolhimento), em intervenções que trabalhem as fragilidades emocionais destes jovens, criarem redes formais e informais de apoio no pós acolhimento, bem como promoverem o sentido de responsabilidade nos jovens, incutindo-lhes tarefas específicas (como arrumar os seus quartos).

Note-se que através destes exemplos é importante refletir sobre a forma como são desenvolvidos os projetos de vida destes jovens acolhidos. Serão suficientemente coesos para fazerem face aos desafios e às adversidades da vida adulta? Importa realmente destacar que, estas entrevistas podem ajudar, não só os jovens como também as equipas técnicas a reformularem a forma como são desenvolvidos os projetos de vida e todos os aspetos associados à autonomização. Afinal, ser autónomo não é apenas saber fazer, estão sempre presentes outros princípios como: saber decidir, assumir responsabilidades, ter a capacidade de aceitar desafios, acreditar em si e nos outros e, por último, saber lidar com os sucessos e insucessos.

Dada esta complexidade de fatores e sendo certo que cada jovem tem o seu “timing” de aquisição de cada uma das competências acima referidas, todos os aspetos mencionados tanto para os jovens, como para as instituições tornam-se urgentes, pois irão determinar o (in)sucesso das trajetórias destes jovens. Importa não esquecer que se espera que o futuro destes jovens seja melhor que o seu passado.



4. Situação atual

4.1 Representações atuais do jovem acerca de si

Por último, um dos eixos de análise da nossa investigação foi perceber como é que os jovens se encontram atualmente, anos passados da sua saída do sistema de acolhimento, e quais são as representações que têm de si. Quando questionados a este respeito, todos os entrevistados fazem uma avaliação positiva de si, notando-se um certo orgulho pelo seu amadurecimento pessoal:

“Uma pessoa acaba sempre por crescer, sem sombra de dúvidas. Além da maturidade, agora estou por minha conta, o que exige mais responsabilidades e mais atenção às despesas. O facto de estar a viver sozinho e também o ter começado a trabalhar cedo, ajudou-me e obrigou-me a olhar para as coisas de maneira diferente e acima de tudo a ter uma noção real das coisas e a querer uma vida boa, e claro que isso exige um esforço, mas acima de tudo com os pés bem assentes na terra”.

(Entrevistado 1)

“Maturidade, mais madura”. **(Entrevistado 2)**

“Todos nós notamos que mudamos, seja quem viveu numa instituição, seja quem não viveu. Nós não somos uns seres estanques, ou seja, eu não nasci assim para continuar assim a vida toda. Tudo nos muda, as pessoas que passam na nossa vida, os acontecimentos, tudo nos molda. Logo eu não sou a mesma hoje que fui ontem e que se calhar vou ser daqui a 10 anos. Agora, a minha essência é que não muda, aquilo que eu sou não muda, os meus valores não mudam”. **(Entrevistado 3)**

“[...] Já passei por tanto, não há nada agora que me assuste. Olha, isto não quer dizer que em certas alturas não vá abaixo, mas tento sempre dar a volta por cima da melhor maneira, da forma mais positiva. Valorizo muito as minhas coisas, valorizo muito o que é meu, a minha casa, o meu carro, o meu trabalho, todas as minhas conquistas. Valorizo muito o que muita gente dá por garantido e não dá valor”. **(Entrevistado 4)**

“Resiliente, uma mulher não desiste”. **(Entrevistado 5)**

Neste sentido, todos os entrevistados salientam que têm a consciência de que o acolhimento teve um impacto determinante no seu crescimento, tornando-os especialmente jovens mais resilientes. A resiliência é de facto, uma das características subjacentes ao acolhimento, uma vez que, como já referido, estas c/j acolhidos transportam consigo um passado traumático, que deve ser trabalhado, permitindo-lhes ultrapassar as suas barreiras emocionais. Todos eles identificam a sua experiência de vida na instituição como um contributo fundamental para adquirir novas perspetivas de vida, mencionando uma maior valorização das suas conquistas pessoais, uma noção mais realista sobre as coisas e acima de tudo a definição de metas futuras.



No segmento do acolhimento terapêutico é primordial a ressignificação das experiências traumáticas anteriores, originando-lhes um novo sentido e oferecendo às c/j a possibilidade de se transformarem. Só através deste trabalho é que os jovens conseguirão transitar para novas fases de vida sem medos e mágoas (Magalhães, 2021).

Conclui-se, portanto, que o acolhimento terapêutico em Portugal ainda se encontra em construção, na transição do contexto teórico para o contexto prático. No entanto, através das citações apresentadas, é notório que o acolhimento está a tornar-se um “ponto de viragem” nas vidas das c/j que acolhe. Como afirma Lima (2022), “o acolhimento residencial só será uma medida de verdadeira proteção e promoção se a perspetiva de futuro que as crianças e jovens que são alvo da sua aplicação for de esperança e a vida que se lhe seguir for de inclusão e participação cívica” (p.1).

4.2 Percurso pessoal e profissional dos jovens

Tabela 3

Percurso Pessoal e Profissional dos jovens entrevistados

	Conclusão dos estudos	Regresso à família biológica	Agregado familiar	Condição perante o trabalho
Entrevistado 1	Não.	Não.	Sozinho	Empregado
Entrevistado 2	Sim. Acabou o 12º ano	Não.	Companheiro	Desempregada
Entrevistado 3	Sim. Ingresso no ensino superior (Licenciatura)	Não.	Companheiro e o filho	Empregado
Entrevistado 4	Não.	Não.	Sozinha	Empregado
Entrevistado 5	Ingresso no ensino superior (Doutoramento)	Não.	Companheiro e o filho	Empregado

Fonte: Elaboração própria

Após a saída da instituição, os cinco jovens assumiram trajetórias distintas. Três dos entrevistados completaram o ensino secundário, e duas ingressaram no ensino superior concluindo a licenciatura. Todos já tiveram experiência de trabalho, três deles com empregos estáveis. No momento, uma está desempregada e outra optou por seguir a carreira académica e está a fazer o doutoramento em Sociologia.



Do grupo em questão ninguém voltou para casa da família. Uma foi viver para casa dos pais do namorado, outra alugou um quarto, e os restantes arrendaram casa. Temporariamente dois deles partilharam o apartamento.

Em termos afetivos, uma vive com o filho e o companheiro, três têm namorado, mas apenas uma vive com ele, e a doutoranda passa períodos na Guiné em casa da família e outros em Lisboa, em casa da irmã.

Em síntese, os resultados evidenciam que estes jovens estão a percorrer trajetórias diversas em direção à autonomia após a saída da instituição de acolhimento. As suas escolhas no âmbito da educação, emprego, habitação e relacionamentos refletem uma multiplicidade de experiências e desafios no seu processo de desenvolvimento da independência e autonomia.



Considerações Finais e Propostas de Intervenção

Os jovens descritos nesta dissertação foram expostos a situações de grande vulnerabilidade numa fase precoce das suas vidas. São provenientes de famílias que não foram capazes de as proteger, o que lhes roubou a tranquilidade da infância e as obrigou a crescer de uma forma abrupta. Quando a família falha ou não desempenha a sua função eficazmente, surge a necessidade de intervir para evitar que estas c/j fiquem desprotegidas. Esta responsabilidade é atribuída às instituições de acolhimento, a quem compete assegurar os seus direitos.

As instituições devem privilegiar não só o bem-estar físico das c/j, com a satisfação das necessidades básicas, mas também o bem-estar psíquico e afetivo. Os objetivos devem ser dar-lhes as ferramentas necessárias para se integrarem de forma completa na sociedade, quer enquanto estão acolhidos, quer após a saída da instituição, e prepará-los para o futuro, transmitindo-lhes os conhecimentos e práticas básicas para uma vida independente.

O objetivo do nosso estudo centrou-se nas transições de jovens adultos ex-acolhidos que viveram no acolhimento e encontram-se agora autonomizados. Pretendeu-se compreender o efeito do acolhimento nos percursos de vida destes jovens.

Neste sentido, e tendo em conta os resultados alcançados, é possível afirmar que o acolhimento não reuniu na totalidade as condições necessárias para o desenvolvimento destes jovens, especialmente no domínio da autonomização, o que lhes dificultou a sua integração fora do acolhimento.

De acordo com os resultados obtidos percebemos que, de um modo geral, os jovens encontram-se apreensivos sobre o seu futuro. Este receio dos jovens é consequência da ausência de intervenções direcionadas para a sua autonomia. Esta questão está sustentada em alguns estudos nacionais que apontam que muitos jovens, no momento de saída das instituições, não estão preparados o suficiente para uma vida ativa e independente (Carvalho & Cruz, 2015 ; Gaspar, 2014).

Assim, importa reforçar a ideia do quanto urgente e necessário é fortalecer o acompanhamento dos jovens neste domínio. Para tal, recomenda-se às instituições de acolhimento uma maior atribuição de responsabilidades aos jovens (e.g encarregarem-se das compras semanais, marcarem as suas próprias consultas, arrumarem os seus espaços dentro da instituição).



Entre outras medidas, sublinha-se a importância destes jovens serem envolvidos e ouvidos nas decisões relativas à sua vida bem como participarem num programa de promoção de competências que contribuam para uma transição bem-sucedida. Não obstante a esta necessidade, torna-se fundamental a formação dos técnicos de forma a potenciar uma melhor e mais adequada intervenção.

Em consequência desta falta de preparação, repercutem-se os seus efeitos. Deste modo, foram perceptíveis as inúmeras dificuldades destes jovens após o confronto com o exterior, sendo visível a precariedade económica, a ausência de retaguarda familiar, dificuldades em encontrar emprego e habitação, assim como a carência emocional e a solidão.

Mais uma vez, estes aspetos são corroborados pela literatura (Gaspar et al., 2015; Gomes, 2010). De forma a inverter-se esta situação e como um ponto de análise e de investigação futura, é importante ter em conta a reorganização dos espaços da instituição, de modo a favorecer o convívio e a relação entre as crianças e jovens e os seus familiares. Estes espaços devem potenciar e reforçar os laços afetivos familiares, com o intuito de os jovens voltarem a ter uma relação cordial com os seus progenitores.

Paralelamente, devem ser criados seminários e workshops ainda durante a estadia dos jovens no acolhimento sobre áreas essenciais (gestão financeira, criação do currículo, resolução de problemas, relacionamento interpessoal) para que os jovens comecem a ter uma noção mais realista do funcionamento da sociedade.

Identificadas as condições que dificultam a transição destes jovens para uma vida autónoma, interessa agora determinar os fatores que podem favorecer essa saída. Refletir sobre a autonomização destes jovens requer desenvolver em torno deles uma rede de suporte social que possa ser mobilizada após a sua saída, devendo integrar pessoas e a própria instituição.

A saída destes jovens do acolhimento deve ser asseguradas através de uma base segura no que diz respeito à situação de alojamento, de emprego, etc. Neste sentido, as casas de acolhimento deverão continuar a ser responsáveis por orientá-los em situações de dificuldade. Um exemplo de uma medida seria, arranjar casas “temporárias” com rendas mais baixas de forma a permitir-lhes manter o seu espaço. Deveriam também ser acompanhados por um adulto de referência da instituição, pelos menos durante 6 meses. Um investimento sério no acompanhamento pós-institucional é uma medida preventiva com elevado retorno assegurado pelos resultados que traz tanto a nível individual como social.

Este estudo apresenta algumas limitações que afetam a abrangência dos resultados. A principal limitação reside no tamanho da amostra, composta por apenas cinco participantes, dos quais quatro são do género feminino e um do género masculino. Essa amostra restrita pode



dificultar a extrapolação dos resultados para uma população mais ampla de jovens ex-acolhidos. Além disso, a desproporção de género na amostra pode ter influenciado a análise, considerando que as experiências e perspetivas de género podem desempenhar um papel significativo em relação ao tema estudado. Outra limitação a ser destacada é a possibilidade de enviesamento da amostra, uma vez que a seleção dos participantes não foi aleatória e pode não ser totalmente representativa da população de jovens ex-acolhidos. Isso pode afetar a aplicabilidade das conclusões a outras situações ou contextos.

Para futuras investigações considero importante a expansão da amostra e a inclusão de participantes com características diversas, a fim de obter uma compreensão mais abrangente do fenómeno estudado. Além disso, considerando as limitações identificadas, é aconselhável o uso de abordagens mistas que combinem métodos quantitativos e qualitativos para obter uma visão mais completa e precisa das experiências e necessidades dos jovens ex-acolhidos.

Importa referir que as sugestões apresentadas nos remetem para alguns dos inúmeros desafios com os quais o acolhimento residencial se vê confrontado. Estes desafios só serão superados com um maior investimento na investigação desta problemática e com a alteração das práticas vigentes, no sentido de tornar esta medida um contexto alternativo para as crianças e jovens que dele precisem, mas acima de tudo, uma prioridade no sistema de promoção e proteção.

Com base nas análises das trajetórias de transição para a autonomia realizadas neste capítulo, é evidente que os jovens ex-acolhidos enfrentam uma diversidade de percursos e desafios após a sua saída das instituições de acolhimento. As variações nas realizações educacionais e profissionais, as tomadas de decisão referentes à habitação e as configurações das relações afetivas ilustram a ampla gama de experiências e escolhas individuais observadas. A complexidade desse processo de autonomização é destacada pela diversidade identificada, sublinhando a necessidade de abordagens institucionais flexíveis e adaptáveis. A análise destas trajetórias permite identificar a necessidade de se desenvolverem políticas e práticas de acolhimento e autonomia mais eficazes, destinadas a apoiar a bem-sucedida transição para a vida independente desses jovens.



Referências Bibliográficas

- Abaid, J., Dell’Aglia, D., & Koller, S. (2009). Preditores de sintomas depressivos em crianças e adolescentes institucionalizados. *Universitas Psychologica*, 9(1), 199-212. <http://www.scielo.org.co/pdf/rups/v9n1/v9n1a16.pdf>
- Águila-Otero, A; Bravo, A; Santos, I; & Del Valle, J. (2020). Addressing the most damaged adolescents in the child protection system: An analysis of the profiles of young people in therapeutic residential care. *Children and Youth Services Review* 112(3) <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2020.104923>
- Alarcão, M & Gaspar, M. (2007). Imprevisibilidade familiar e suas implicações no desenvolvimento individual e familiar. *Paidéia* 17(36), 89-102. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2007000100009>
- Alberto, I. (2003). Como pássaros em gaiolas”? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. In C. Machado & R. Gonçalves (Eds.), *Violência e vítimas de crimes*. Vol.2 – crianças (pp.223-245). Coimbra: Quarteto Editora.
- Alberto, I. (2021). Uma Casa, um Lar, um Porto de Abrigo: Proteção, Cuidado, Identidade e Sentimento de Pertença no Acolhimento Residencial. In Peixoto, C. & Oliveira, M., *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens Conceitos, Prática e Intervenção* (pp.151-161). Lisboa: Pactor.
- Alves, S. (2007). *Filhos da Madrugada: percursos em lares de infância e juventude*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Almeida, F; Fernandes, P & Peixoto, C. (2021). Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens: O acolhimento residencial – Apontamentos Históricos e Atualidade. In Peixoto, C. & Oliveira, M., *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo Conceitos, Prática e Intervenção* (pp. 109-118). Lisboa: Pactor.
- Amaral, I & Martins, P. (2019). Os problemas de Comportamento das Crianças em Centros de Acolhimento Temporário, um contributo para a compreensão da realidade portuguesa. In Calheiros, M & Garrido, M., *Crianças em Risco e Perigo, Contextos, Investigação e Intervenção* (pp. 50-75). Lisboa: Edições Sílabos.
- Andrade, C. (2016). A construção da Identidade, Auto-conceito e Autonomia em Adultos Emergentes. *Psicologia Escolar e Educacional*, 20(1)137-146. <https://doi.org/10.1590/2175-353920150201944>



- Antunes, M & Correia, L. (2016). *Educar para a autonomia de vida: uma intervenção com crianças/jovens institucionalizados*. Atas do XIII Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação “Cidadania, Formação e Trabalho”, Universidade do Minho. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/51214/3/Livro%20de%20Atas%20XIII%20Congresso%20SPCE%202016.pdf>
- Ariès, P. (1978). *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*. Lisboa: Relógio D’Água.
- Barbosa, P & Wagner, A. (2013). A autonomia na adolescência: Revisando conceitos, modelos e variáveis. *Estudos de Psicologia*, 18(4), 639-648. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X201300040001>
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo* (4ª ed.). Edições 70.
- Bastiaanssen, I; Delsing, M; Kroes, G; Engels, R & Veerman, J. (2014). Group care worker interventions and child problem behavior in residential youth care: Course and bidirectional associations. *Children and Youth Services Review* 39, 48-56. [10.1016/j.chilcyouth.2014.01.012](https://doi.org/10.1016/j.chilcyouth.2014.01.012)
- Berger, P & Luchmann, T. (2010). *A Construção Social da Realidade*. Lisboa: Dinalivro.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação. Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto Editora.
- Bronfenbrenner, U. (1978). *The Ecology of Human Development*. Cambridge: Harvard University Press.
- Cabral, C; Almeida, I; Resende, L; Cruz, M & Tomlinson, P. (2021). Processo de Construção de um Modelo Terapêutico numa Casa de Acolhimento Residencial. In Peixoto, C. & Oliveira, M., *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo Conceitos, Prática e Intervenção* (pp. 243-253). Lisboa: Pactor.
- Calheiros, M., Magalhães, E., & Monteiro, L. (2019). Do risco ao Perigo: Uma revisão de literatura. Reflexões em Torno da Legitimidade de intervenção no sistema português de proteção de crianças e jovens. In Calheiros, M; Magalhães, E & Monteiro, L, *Crianças em Risco e Perigo- Contexto, Investigação e Intervenção* (Vol. 5, pp.15-22). Lisboa: Sílabo.
- Calheiros, M., Graça, J., Morais, I., Mendes, R., & Garrido, M. (2013). Desenvolvimento de um programa de preparação para a vida autónoma para jovens em acolhimento residencial. In Calheiros, M; & Garrido, M, *Crianças em Risco e Perigo: Contextos, Investigação e Intervenção* (Vol. III, pp. 241-294). Lisboa: Edições Sílabo.
- Campenhoudt, L; Marquet, J & Quivy, R. (2019). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Trajetos: Lisboa.



- Campos, J; Barbosa-Ducharne, M; Dias, P; Rodrigues, S; Martins, A & Leal, A. (2019). Emotional and Behavioral Problems and Psychosocial Skills in Adolescents in Residential Care. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 36, 237–246. <https://doi.org/10.1007/s10560-018-0594-9>
- Candeias, M & Henriques, H. (2012). *1911/2011: um século de proteção de crianças e jovens*. III Seminário de I & DT "Valorizar o saber, criar oportunidades", Instituto Politécnico de Portalegre. https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4156/1/Marisa%20Candeias_Helder%20Henriques.pdf
- Cansado, T. (2014). *A Institucionalização de Crianças e Jovens no Alentejo* [Tese de Doutoramento, Universidade de Évora]. Repositório aberto da Universidade de Évora <https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/13047/1/Institucionaliza%C3%A7%C3%A3o%20Crian%C3%A7as%20e%20Jovens%20Tese.pdf>
- Carvalho, M & Cruz, H. (2015). *Autonomia- Desafios e práticas no acolhimento de jovens em instituição*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. https://cdn.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2016/05/Brochura-Autonomia-Final-28_05.pdf
- Carvalho, J; Delgado, P; Correia, F & Alves, S. (2021). Perspetivas de Vida de Crianças e Jovens em Acolhimento Familiar e Residencial. *Sociedad e Infancias* 5(Especial), 133-144. <https://doi.org/10.5209/soci.67985>
- Cassarino-Perez, L; Córdova, V; Montserrat, C & Sarriera J. (2018). Transição entre o acolhimento e a vida adulta: uma revisão sistemática sobre intervenções. *Temas em Psicologia*, 26(3), 1665-1681. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2018.3-19Pt>
- Cassarino-Perez, L; Montserrat, C & Sarriera J. (2020). Fatores Protetivos e de Risco na Transição entre o Acolhimento Institucional e a Vida Adulta. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20(1), 142-167. <http://dx.doi.org/10.12957/epp.2020.50794>.
- Casa Pia de Lisboa. (2015). *Acolhimento Terapêutico Pistas de intervenção para profissionais*. http://www.casapia.pt/wa_files/Acolhimento_20Terapeutico_202015.pdf
- Cerdeira, J. (2021). Comportamentos de Fuga de Crianças e Jovens em Acolhimento Residencial: Ajudá-los a Escolher Ficar. In Peixoto, C., & Oliveira, M., *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo Conceitos, Prática e Intervenção* (pp. 197-205). Lisboa: Pactor.
- Collin-Vézina, D., Coleman, K., Milne, L., Sell, J., & Daigneault, I. (2011). Trauma experiences, maltreatment-related impairments, and resilience among child welfare youth in residential care. *International Journal of Mental Health and Addiction*, 9(5), 577–589. <https://doi.org/10.1007/s11469-011-9323-8>



- Cordeiro, L; Brites, J; Batista, V & Ribeiro, E. (2016). Projeto de vida em lares de infância e juventude: perspetiva dos técnicos. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 7(1-2), 83–92. <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/rpca/article/view/2400>
- Costa, P., Santos, R., & Vieira, R. (2019). Experiências de acolhimento residencial e (re)construção identitária dos sujeitos acolhidos. *Configurações. Revista de Sociologia*, 23, 53-72. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.7321>
- Costa, A. (2021). Teorias e Áreas do Desenvolvimento e Necessidades das Crianças e Jovens. In Peixoto, C. & Oliveira, M., *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo Conceitos, Prática e Intervenção* (pp. 31-39). Lisboa: Pactor.
- Costivelli, M; Escardovelli, L; Silva, V & Reason, P. (2021). “*Minha Vida fora dali*”: A perspetiva de jovens egressos dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes como contribuição à avaliação do plano nacional de convivência familiar e comunitária. Instituto fazendo história. <https://geracaoamanha.org.br/wp-content/uploads/2021/01/minha-vida-fora-dali.pdf>
- Coutinho, C. (2015). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e prática* (2a ed.). Coimbra: Edições Almedina.
- Cruz, E; Pedroso, J; Cavalcante, L; Bucher-Maluschke, J. (2016). Fatores de risco em famílias de adolescentes em acolhimento institucional. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 26(1), 27-38. <https://doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v24n1p27-38>
- Delgado, P., Carvalho, J & Correia, F. (2019). Viver em acolhimento familiar ou residencial: O bem-estar subjetivo de adolescentes em Portugal. *Psicoperspectivas*, 18(2), 86-97. <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol18-issue2-fulltext-1605>
- Dell’Aglia, D & Hutz, C. (2004). Depressão e desempenho escolar em crianças e adolescentes institucionalizados. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), 351-357. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722004000300008>
- Dias, I. (2010). Competências em Educação: conceito e significado pedagógico. *Psicologia Escolar e Educacional*, 14(1), 73-78. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572010000100008>
- Dias, I; Gomes, A; Peixoto, A; Marques, B & Ramalho, V. (2012). *Treino de competências de vida: conceptualização, intervenção e investigação*. Atas do II Seminário Internacional “Contributos da Psicologia em Contextos Educativos, Braga: Universidade do Minho. <https://hdl.handle.net/1822/19898>
- Dias, S., Sequeira, J., & Guadalupe, S. (2016). Rede social pessoal de jovens acolhidos em lares de infância e juventude. *Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social*, 2(1), 25-37. <https://doi.org/10.7342/ismt.rpics.2016.2.1.25>



- Diogo, E., Sacur, B. & Guerra, P. (2022). Caminhos para uma reforma do Sistema de Promoção e Proteção das Crianças e Jovens – Recomendações. *Revista Temas Sociais* 3(3), 31-51. <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/temassociais/article/view/8591/5151>
- Duarte, V. (2012). Contextos, discursos e percursos na delinquência juvenil feminina. *Configurações. Revista de Ciências Sociais* (9), 121-133. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.1148>
- Duchame, M & Soares, J. (2021). Resiliência em Acolhimento Residencial: Acolhimento Sensível ao Trauma. Peixoto, C., & Oliveira, M., *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo Conceitos, Prática e Intervenção* (pp. 175-186). Lisboa: Pactor.
- Erickson, E. (1998). *O ciclo da vida completo*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Erol, N; Simsek, Z & Munir, K. (2010). Mental health of adolescents reared in institutional care in Turkey: challenges and hope in the twenty-first century. *European child & adolescent psychiatry*, 19(2), 113–124. <https://doi.org/10.1007/s00787-009-0047-2>
- Faria, S., Salgueiro, A., Trigo, M & Alberto, I. (2008, 2-4 de fevereiro). *As narrativas de adolescentes institucionalizadas: Perceções em torno das vivências de institucionalização*. Atas do Congresso Internacional de Estudos da Criança, Braga: Universidade do Minho. <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/12930/1/As%20narrativas%20de%20adolescentes%20institucionalizadas.pdf>
- Ferreira, P., Gameiro, F., & Pedro, A. (2023). Suporte social percebido em crianças e jovens portugueses em diferentes tipologias familiares e acolhimento residencial. *Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social*, 9(1), 1–12. <https://doi.org/10.31211/rpics.2023.9.1.291>
- Ferreira, T., & Pessanha, M. (2014). *Heróis de Palmo e Meio: A Intervenção Psicossocial e a relação de ajuda no Acolhimento Institucional*. XXVII Congresso Internacional Pedagogia Social, Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto. https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/10170/1/COM_PessanhaManuela_2014.pdf
- Fernández-Molina, M; Del Valle, J; Fuentes, M; Bernedo, M & Bravo, A. (2011). Problema de Conduta de los adolescentes en acogimiento pre adoptivo, residencial y con familia extensa. *Psicothema*, 23(1), 1-6. <https://www.psicothema.com/pdf/3841.pdf>
- Fleming, M. (2005). Adolescent Autonomy: Desire, Achievement and Disobeying Parents between Early and Late Adolescence. *Australian Journal of Education and Developmental Psychology*, 5, 1-16. <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ815561.pdf>



- Fonseca, P. (2017). O impacto do acolhimento institucional na vida de adolescentes. *Revista Psicopedagogia*, 34(105), 285-296. <https://cdn.publisher.gn1.link/revistapsicopedagogia.com.br/pdf/v34n105a06.pdf>
- Gander, T., Boonmann, C., Fegert, J. M., Kölch, M., Schmeck, K., Di Gallo, A., Dölitzsch, C., & Schmid, M. (2019). Predictive factors for changes in quality of life among children and adolescents in youth welfare institutions. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 54(12), 1575-1586. [10.1007/s00127-019-01724-8](https://doi.org/10.1007/s00127-019-01724-8)
- Garrido, M., Patrício, J., Calheiros, M., & Lopes, D. (2016). Comparing the social images of youth in and out of residential care. *Journal of community & Applied social psychology* 26(5), 439-455. <https://doi.org/10.1002/casp.2273>
- Gaspar, J. (2014). *Os desafios da autonomização: Estudo compreensivo dos processos de transição para diferentes contextos de vida, na perspetiva de adultos e jovens adultos ex-institucionalizados* [Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra]. Repositório aberto da Universidade de Coimbra [https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/25245/1/Tese%20Jo%c3%a3o%20Pe dro%20Gaspar.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/25245/1/Tese%20Jo%c3%a3o%20Pedro%20Gaspar.pdf)
- Gaspar, J; Santos, E & Alcoforado, J. (2015). Desafios da autonomização: estudo das transições segundo jovens adultos ex-institucionalizados. *Psicologia Clínica* 27(1), 59-82. <https://doi.org/10.1590/0103-56652015000100004>
- Gaspar, J; Gaspar, M; Melo, J & Santos, S. (2019). Jovens adultos que viveram acolhidos: Autonomização desafiante. *Revista Multidisciplinar*, 1(1), 89–101. <https://doi.org/10.23882/MJ1903>
- Geenen, S & Powers, L. (2007). “Tomorrow is another problem”. The experiences of youth in foster care during their transition into adulthood. *Children And Youth Services Review*, 29 (8), 1085–1101. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2007.04.008>
- Gomes, I. (2010). *Acreditar no Futuro*. Alfragide, Texto.
- Gomes, M. (2005). *Percursos de vida dos jovens após a saída dos lares de infância e juventude*. Lisboa: Centros de Estudos Territoriais do ISCTE.
- Guerra, E. (2014). Manual de pesquisa qualitativa. <https://docente.ifsc.edu.br/luciane.oliveira/MaterialDidatico/P%C3%B3s%20Gest%C3%A3o%20Escolar/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20e%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas/Manual%20de%20Pesquisa%20Qualitativa.pdf>
- Holt, S & Kirwan, G. (2012) The “Key” to Successful Transitions for Young People Leaving Residential Child Care: The Role of the Keyworker, *Child Care in Practice*, 18 (4), 371-392. <https://doi.org/10.1080/13575279.2012.713853>



- Instituto da Segurança Social. (2022). CASA 2022 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens. Lisboa. <https://www.seg-social.pt/documents/10152/13200/Relat%C3%B3rio+CASA+2022/c1d7359c-0c75-4aae-b916-3980070d4471>
- Jonhson, R; Brown, K & Hamilton-Giachritsis, C. (2006). Young Children in institucional care at risk of harm. *Trauma Violence Abuse*, 7(1), 34-60. <https://doi.org/10.1177/1524838005283696>.
- Li, D., Chng, G., & Chu, C. (2019). Comparing long-term placement outcomes of residential and family foster care: A meta-analysis. *Trauma, Violence, & Abuse*, 20(5), 653-664. <https://doi.org/10.1177/1524838017726427>
- Lima, L. (2022, 24 de julho). Do acolhimento residencial para a vida adulta: quando o projeto de vida é a autonomização. *Coimbra Coletiva* <https://coimbracoletiva.pt/historias/opiniao-do-acolhimento-residencial-para-a-vida-adulta-quando-o-projeto-de-vida-e-a-autonomizacao/>
- Loureiro, C. (2011). Treino de competências sociais – uma estratégia em saúde mental: Conceptualização e modelos teóricos. *Revista da Sociedade Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental*, 6, 7-14. [10.19131/rpesm.0082](https://doi.org/10.19131/rpesm.0082)
- Magalhães, E & Calheiro, M. (2019). Ajustamento emocional e comportamental de crianças e jovens em acolhimento institucional. Uma reflexão em torno das experiências prévias de mau trato e negligência. In Calheiros, M; & Garrido, M; *Crianças em Risco e Perigo: Contextos, Investigação e Intervenção* (Vol. IV, pp. 103-125). Lisboa: Edições Silabo.
- Magalhães, E., Silva, C., Ornelas, S., & Calheiros, M. (2021). Qualidade das Relações entre Profissionais e Crianças e Jovens em Acolhimento Residencial: Uma Reflexão em Torno do seu Papel Protetor e Terapêutico. In Peixoto, C. & Oliveira, M., *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo Conceitos, Prática e Intervenção* (pp. 269-276). Lisboa: Pactor.
- Magalhães, I. (2021). (Des)construir o Acolhimento Terapêutico In Peixoto, C. & Oliveira, M., *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo Conceitos, Prática e Intervenção* (pp. 277-290). Lisboa: Pactor.
- Mairos, O. (2020, 14 de janeiro). Projeto “CareME” quer ajudar cuidadores de jovens em acolhimento residencial. *Rádio Renascença*. <https://rr.sapo.pt/noticia/pais/2020/01/14/projeto-careme-quer-ajudar-cuidadores-de-jovens-em-acolhimento-residencial/178263/>
- Manita, C & Carvalho, T. (2010). *Perceções de Crianças e Adolescentes Institucionalizados sobre o Processo de Institucionalização e a Experiência na Instituição*. Atas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia, Universidade do Minho. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/64468/2/87378.pdf>



- Manso, J; Baamonde, M; Alonso, M & Barona, E. (2011). An analysis of how children adapt to residential care. *Children and Youth Services Review*, 33(10), 1981-1988. [10.1016/j.chidyouth.2011.05.024](https://doi.org/10.1016/j.chidyouth.2011.05.024)
- Marques, D., Esteves, S., & Fuertes, M. (2021). *Qualidade da vinculação e desenvolvimento de crianças em acolhimento residencial*. Teoria, práticas e investigação em intervenção precoce II. Instituto Politécnico de Lisboa. https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/13054/1/Qualidade%20da%20vincula%C3%A7%C3%A3o%20e%20desenvolvimento%20de%20crian%C3%A7as%20em%20acolhimento%20residenciale-book_int_pre_21.pdf
- Martins, P. (2004). *Proteção de Crianças e Jovens em Itinerários de Risco – Representações sociais, modos e espaços* [Tese de Doutoramento, Universidade do Minho]. Repositório aberto da Universidade do Minho <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3238/1/1.%20Parte%20te%C3%B3rica.pdf>
- Martins, P. (2005, 23 de maio). *A qualidade dos serviços de proteção às crianças e jovens – as respostas institucionais*. Comunicação apresentada no “VI Encontro Cidade Solitária: crianças em risco: será possível converter o risco em oportunidade?” Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3163/1/A%20Qualidade%20dos%20Servi%C3%A7os%20de%20Protec%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A0s%20Crian%C3%A7as%20e%20Jovens%20-%20As%20respostas%20institucionais.pdf>
- Martins, P. (2015). Depois do entretanto: o acolhimento institucional como lugar de passagem de trajetórias de vida complexas. In *Intervenção em Sede de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens*, 129-151. Centro de Estudos Judiciários.
- Minayo, M. (2002). *Pesquisa Social. Teoria, Método e Criatividade*. Editora Vozes.
- Mota, C & Matos, P. (2008). Adolescência e institucionalização numa perspetiva de vinculação. *Psicologia & Sociedade*, 20(3), 367-377. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822008000300007>
- Mota, C & Matos, P. (2010). Adolescentes institucionalizados: O papel das figuras significativas na predição da assertividade, empatia e autocontrolo. *Análise psicológica*, 28(2), 245-254. [10.14417/ap.278](https://doi.org/10.14417/ap.278)
- Mota, C & Matos, P. (2018). *Acolhimento residencial: uma abordagem relacional*. Centro de Estudos Judiciários.
- Mota, C., Costa, M & Matos, P. (2018). Escola e instituição: Relações significativas e autoconceito de adolescentes em acolhimento residencial. *Psicologia*, 32(1), 87-100. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v32i1.1277>



- Mota, C & Matos, P. (2021). Relações Significativas e Resiliência em Crianças e Jovens em Acolhimento Residencial. In Peixoto, C. & Oliveira, M., *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo Conceitos, Prática e Intervenção* (pp. 71-82). Lisboa: Pactor.
- Munson, M; Smalling, S; Spencer, R; Scott, L & Trancy, E. (2010). Steady presence in the midst of change: Non-kin natural mentors in the lives of older youth exiting foster care. *Children and Youth Services Review*, 32(4), 527–535. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2009.11.005>
- Noom, M., Dekovic, M., & Meeus, W. (2001). Conceptual analysis and measurement of adolescent autonomy. *Journal of Youth and Adolescence*, 30(5), 577-595. <https://doi.org/10.1023/A:1010400721676>
- Oliveira, A. (2021). Promoção de Competências e Inteligência Emocional em Contexto de Acolhimento Residencial. In Peixoto, C. & Oliveira, M., *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo Conceitos, Prática e Intervenção* (pp. 187-196). Lisboa: Pactor.
- Oliveira, M., & Pimentel, M. (2021). Intervenção com Famílias: Modelos e Práticas. In Peixoto, C. & Oliveira, M., *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo Conceitos, Prática e Intervenção* (pp. 301-312). Lisboa: Pactor.
- Pacheco, A., & Canário, C. (2021). Vinculação. In C. Peixoto, & M. Oliveira, *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo Conceitos, Prática e Intervenção* (pp. 57-70). Lisboa: Pactor.
- Pappámikail, L. (2010). Juventude(s), autonomia e Sociologia: questionando conceitos a partir do debate acerca das transições para a vida adulta. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, 20, 395-410. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2296/2103>
- Pereira, D. (2016). *Desafios à (Des) Institucionalização de Crianças e Jovens: processos de autonomização e pós-acolhimento* [Dissertação de Mestrado, Universidade Católica]. Repositório aberto da Universidade Católica <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/21788/1/Tese%20Daniela%20Pereira.pdf>
- Pimentel, M. (2021). Dia a Dia na Casa: Ambiente, Planeamento, Rotinas e Rituais. In C. Peixoto, & M. Oliveira, *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo Conceitos, Prática e Intervenção* (pp. 257-267). Lisboa: Pactor.
- Pimentel, F; Antão, J; Gomes, J; Homem, M; Gaspar, F; Gaspar, J; Rodrigues, S; Cunha, A & Smedo, C. (2017). *Recomendações Nacionais: Processo de Autonomia em Jovens Acolhidos e com Experiência de Acolhimento*. APDES – Agência Piaget para o Desenvolvimento. <https://www.paje.pt/wp-content/uploads/2023/04/Recom.-Nacionais.pdf>



- Pires, J & Martins, P. (2019). Saúde mental e utilização de psicofármacos em crianças e jovens em regime de acolhimento residencial em Portugal – um estudo exploratório. *Configurações. Revista de Ciências Sociais* 23, 123-137. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.7165>
- Quintães, C. (2009). *Era uma vez a instituição onde cresci: Narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. Repositório aberto da Universidade do Minho https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9957/1/Tese_Final_Cla%C3%BAdia_Quint%C3%A3ns.pdf.pdf
- Rodrigues, S. (2018). *A qualidade do acolhimento residencial em Portugal: avaliação da adequação dos serviços às necessidades das crianças e jovens institucionalizados* [Tese de Doutoramento, Universidade do Porto]. Repositório aberto da Universidade do Porto <https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/119950/2/335745.pdf>
- Rodrigues, S., Barbosa-Ducharne, M & Del Valle, J. (2013). La calidad del acogimiento residencial en Portugal y el ejemplo de la evolución española. *Papeles del Psicólogo*, 34 (1), 11-22. <https://www.papelesdel psicologo.es/pdf/2167.pdf>
- Rodrigues, S. (2021). Saúde mental na infância e adolescência em contexto residencial. In C. Peixoto, & M. Oliveira, *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo Conceitos, Prática e Intervenção* (pp. 99-106). Lisboa: Pactor.
- Rosando, A. (2013). Perturbações do comportamento na infância e adolescência: uma revisão da literatura. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente* 4(1), 117-127. <https://doi.org/10.34628/9fa7-gv96>
- Sarmento, M & Veiga, F. (2010). *Pobreza Infantil. Realidades, Desafios, Propostas*. Lisboa: Edições.
- Silva, A; Oliveira, K & Marques, C. (2019). Autonomização de jovens em acolhimento residencial: Discursos e significados. *Configurações. Revista de Ciências Sociais* 23, 14-30. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.7305>
- Sousa, R. (2015). *Desenvolvimento de competências de vida e os processos de autonomização em Lares de Infância e Juventude* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. Repositório aberto da Universidade de Coimbra <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/31190/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Rita%20Emanual%20Sousa.pdf>
- Steinberg, L & Silverberg, S. (1986). The Vicissitudes of Autonomy in Early Adolescence. *Child Development*, 57(4), 841–851. <https://doi.org/10.2307/1130361>
- Strecht, P. (2012) Crescer vazio. *Repercussões psíquicas do abandono, negligência e maus-tratos em crianças e adolescentes* (5ª edição). Lisboa: Assírio & Alvim.



- Simsek, Z; Erol, N; Oztop, D & Munir, K. (2007). Prevalence and predictors of emotional and behavioral problems reported by teachers among institutionally reared children and adolescents in Turkish orphanages compared with community controls. *Children and Youth Services Review*, 29(7), 883-899. [10.1016/j.childyouth.2007.01.004](https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2007.01.004)
- Siqueira, A & Dell'Aglio, D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & sociedade*, 18(1), 71-80. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100010>
- Sonuga-Barke, E., Kennedy, M., Kumsta, R., Knights, N., Golm, D., Rutter, M., Maughan, B., Schlotz, W & Kreppner, J. (2017). Child-to-adult neurodevelopmental and mental health trajectories after early life deprivation: the young adult follow-up of the longitudinal English and Romanian Adoptees study. *The Lancet*, 389(10078), 1539-1548. [10.1016/S0140-6736\(17\)30045-4](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(17)30045-4)
- Tomás, C., Carvalho, M & Fernandes, N. (2019). Introdução: Acolhimento de Crianças e Jovens. *Configurações. Revista de Ciências Sociais*, 23, 7-13. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.6389>
- Velho, C; Pinheiro, M; Palaio, C; Santos, L; Santos, S & Lopes, L. (2016). *PROJET'AR-TE – Desafios para a mudança no Sistemas de Acolhimento: Resultados do programa de desenvolvimento de competências para a vida*. Atas do XIII Congresso Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Viseu: Escola Superior de Educação de Viseu <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/46953>
- Vicente, B & Lopes, R. (2021). Autonomia enquanto Processo, Independência como Resultado. In Peixoto, C., & Oliveira, M., *Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Perigo Conceitos, Prática e Intervenção* (pp. 233-242). Lisboa: Pactor.
- Wend, B; Dullius, L & Dell'Aglio, D. (2017). Imagens Sociais sobre Jovens em Acolhimento Institucional. *Psicologia: Ciência e Profissão* 37(2), 529-541. <https://doi.org/10.1590/1982-3703004012016>
- Yelick, A. (2017). Research Review: Independent living programmes: the influence on youth ageing out of care (YAO). *Child & Family Social Work*, 22(1), 515-526. <https://doi.org/10.1111/cfs.12208>
- Yin, R. (2005). *Estudo de caso: Planejamento e Métodos*. Bookman.
- Zappe, J. & Dell'aglio, D. (2016). Risco e proteção no desenvolvimento de adolescentes que vivem em diferentes contextos: família e institucionalização. *Revista Colombiana de Psicologia*, 25(2), 289-305. <https://doi.org/10.15446/rcp.v25n2.51256>



Zeanah, C., Nelson, C., Fox, N., Smyke, A., Marshall, P., Parker, S., & Koga, S. (2003). Designing research to study the effects of institutionalization on brain and behavioral development: The Bucharest Early Intervention Project. *Development and psychopathology*, 15(4), 885-907. <https://doi.org/10.1017/s0954579403000452>

Páginas consultadas na web

Comissão Nacional dos Direitos e Promoção das Crianças e Jovens. (2022). *Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças. Guia de orientações para os profissionais da ação social na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo*. <https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10182/14804/Guia+de+Orienta%C3%A7%C3%B5es+para+Profissionais+de+A%C3%A7%C3%A3o+Social/5c6dc372-e12b-4b84-a462-38eccc5a6e85>

Declaração dos Direitos da Criança. (2019). https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Docs_referencia/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf

PAJE (s.d). <https://www.paje.pt/>

Pordata. (2023). *Pordata faz retrato dos jovens entre os 15 e os 24 anos*. file:///C:/Users/sara9/Downloads/2023%2007%2025%20PR_Jovens%20VF.pdf

Pordata. (2022). *Alunos matriculados no Ensino Superior*. <https://www.pordata.pt/Portugal/Alunos+matriculados+no+ensino+superior+total+e+por+sexo-1048>

Pordata. (2022). *Taxa de Abandono escolar*. <https://www.pordata.pt/portugal/taxa+de+abandono+escolar+total+e+por+sexo-433>

Scribd (s.d). Programa Umbrella. <https://pt.scribd.com/doc/264359357/Programa-Umbrella-Descricao>

UNICEF. (2020) A história. <https://www.unicef.pt/unicef/a-historia/>



Legislação consultada:

Constituição da República. Diário da República n.º 86/1976, Série I.
<https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-aprovacao-constituicao/1976-34520775>

Lei de Proteção da Infância (1911). Diário do Governo, de 27 de Maio de 1911.
<https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10182/14804/Edi%C3%A7%C3%A3o+Co+memorativa+da+Lei+de+Prote%C3%A7%C3%A3o+da+Inf%C3%A2ncia/f4726737-b519-4d49-a7f3-59ab3eda4cae>

Lei n.º 147/1999. Assembleia da República. Diário da República n.º 204/1999, Série I-A. Alterado pelo/a Artigo 2.º da Lei n.º 26/2018 - Diário da República n.º 128/2018, Série I, em vigor a partir de 2018-07-06. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/26-2018-115643971>

Lei n.º 142/2015. Assembleia da República. Diário da República n.º 175/2015, Série I. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/142-2015-70215246>

Lei n.º 166/99. Assembleia da República. Diário da República n.º 215/1999, Série I-A. <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/1999-34539875>

Lei 23/2023. Assembleia da República. Diário da República n.º 101/2023, Série I. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/23-2023-213498832>

Decreto-Lei n.º 164/2019. Presidência do Conselho de Ministros. Diário da República 230/2019, Série I. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/169-2019-126731019>



Apêndices

Apêndice A - Guião da Entrevista

Caraterização pessoal	1. Género 2. Idade 3. Habilitações literárias 4. Ocupação profissional
Processo de acolhimento	1. Com que idade entrou na instituição de acolhimento? 2. Na sua opinião, qual o motivo que teve por detrás do seu acolhimento? 3. Recorda-se do seu primeiro dia na instituição? Quem o recebeu? O que sentiu? Quais foram as suas maiores dificuldades? 4. De uma forma geral, como é que descreve o seu acolhimento? Quais os aspetos positivos e negativos que recorda da instituição? 5. De um modo geral, como era o seu dia a dia/rotinas na instituição durante a semana? E nos fins-de semana? 6. Quais eram as principais regras na instituição? Dê alguns exemplos. Como é que as encarava? Como foi a sua adaptação às regras da instituição? Cumpria as regras? O que acontecia se não cumprisse? 7. Quais eram as atividades desenvolvidas pela instituição? 8. Fora do tempo de aulas, participava em atividades lúdicas/recreativas? 9. Na sua opinião o modo de organização da instituição era semelhante a uma família, ou muito diferente? 10. Como era a relação entre si e as crianças/jovens na instituição? Tinha algum amigo/amiga favorita? 11. Como era a relação dos funcionários com os jovens? E os técnicos? 12. Como era o seu contacto com a sua família durante o acolhimento? 13. Alguma vez teve problemas na escola ou sentiu-se discriminado por viver numa instituição de acolhimento?



	14. Quais as principais aprendizagens/mudanças que retirou do seu processo de acolhimento? Como é que avalia o seu percurso na instituição? 15. Mantém contacto com a instituição onde esteve acolhido? 16. Considera que foram trabalhadas na instituição onde esteve acolhido competências de autonomia? Quais e quem entrevistou nesse processo? 17. Gostaria que tivessem sido trabalhadas outras competências? 18. A partir de que idade pensa que a autonomia deve começar a ser trabalhada? 19. Na sua perspetiva, quais são as principais necessidades dos jovens a que a instituição de acolhimento deve procurar satisfazer, com vista a educá-los e a prepará-los para a vida adulta?
Processo de pós-acolhimento	1. Com que idade saiu da instituição? Porquê? 2. Quais os principais obstáculos/dificuldades sentidas no momento da saída da instituição? 3. Teve alguém que o apoiasse nessa fase? Em que aspetos da sua vida? (na procura de uma habitação, de um trabalho, em termos de suporte material, afetivo) 4. Qual é a sua rede de suporte? 5. Na sua opinião considera que os jovens sabem o que os espera no mundo fora da instituição? 6. Acredita que deveria de existir um acompanhamento mais estruturado no período pós-acolhimento? 7. Que conselhos/ sugestões daria aos jovens que estão prestes a cessar a medida? E às instituições que os acolhem?
Situação atual	1. Como é que se vê hoje enquanto adulto? 2. Como foi o seu percurso pessoal/profissional até ao dia de hoje? 3. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa que consideres relevante para este estudo?



Apêndice B - Consentimento informado, livre e esclarecido para participação num estudo

Exmo/a. Sr/a.

O meu nome é Sara Isabel Pinto Sequeira e sou aluna do Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social, no Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP).

No presente momento encontro-me na fase de elaboração da dissertação subordinada ao tema “**Uma infância difícil não é uma sentença: Percursos de jovens ex-acolhidos**”, com orientação da Professora Doutora Elsa Montenegro e coorientação do Professor Doutor Nuno Pires.

O trabalho de investigação pretende conhecer as representações que estes jovens têm a respeito do processo de acolhimento. Os dados serão recolhidos através de uma entrevista semiestruturada (gravada em formato áudio).

A investigadora garante que todas as informações fornecidas pelos entrevistados/as, serão mantidas em anonimato e analisadas com o máximo rigor e confidencialidade conforme as regras de investigação científica, usadas apenas para os fins académicos supramencionados.

Mais se informa que a colaboração dos participantes será completamente voluntária, podendo os mesmos recusar ou desistir a qualquer momento, sem necessidade de justificação prévia. A investigadora estará totalmente disponível para qualquer esclarecimento que seja considerado necessário.

Certa de que a sua participação será imprescindível para desenvolver este estudo, agradeço, previamente, a colaboração e disponibilidade.



Apêndice C - Declaração de consentimento informado

Declaro que li e compreendi o documento anterior que refere o âmbito e finalidade da minha participação neste estudo, e que todas as minhas questões foram esclarecidas de forma satisfatória. Fui informado(a) que tenho o direito de recusar participar e que a minha recusa não terá consequências para mim. Compreendo ainda que tenho o direito de colocar agora e durante o desenvolvimento do estudo, qualquer questão relacionada com o mesmo. Estou consciente que sou livre de, a qualquer momento, abandonar o estudo sem ter de fornecer qualquer explicação. Assim, declaro que aceito participar nesta investigação, com a salvaguarda da confidencialidade e anonimato e sem prejuízo pessoal de cariz ético ou moral. Foi-me facultada uma cópia deste documento.

A Investigadora

Apêndice D - Análise de Conteúdo

		ENTREVISTADO 1	ENTREVISTADO 2	ENTREVISTADO 3	ENTREVISTADO 4	ENTREVISTADO 5
Categoria(s)	Subcategorias	Unidades de registo/codificação				
Processo de acolhimento	Perspetivas dos jovens sobre o motivo do seu acolhimento	“... eu acho que era um bocado violência doméstica pelos meus pais, falta de higiene e condições para estudar”. “Os meus pais divorciaram-se aos meus 3 anos e então fui para um novo colégio para a zona de onde eu sou natural, da zona da guarda. Com 10 anos, vim para este cá em Coimbra onde estive até aos 18 anos.” “A minha mãe era juíza e não tinha conseguido ainda equivalências em Portugal, então tinha de ir ajuizar na Guiné e para nós não ficamos com nenhum tio ou tia que nos pudesse abusar ou bater, a minha mãe preferiu que ficássemos numa instituição” “A minha mãe tinha falecido e o meu pai disse-me que ia trabalhar para fora, que não ia conseguir tomar conta de mim, eu era uma criança. Foi o que me disseram, apesar de eu saber que ele nunca chegou a ir trabalhar para fora, mas pronto(risos)”. “É assim nós viemos, porque vivíamos num bairro de lata e a minha mãe disse que queria-nos afastar daquele mundo e também referiu muito que queria que nós tivéssemos educação dos brancos e queria que nós nos formássemos”.				
	Recordações do 1º dia do acolhimento: sentimentos, dificuldades e adaptação	“Acho que desse dia tenho todas. Lembro-me de ter sido tirado pela polícia e pela CPCJ e estarem lá em casa para me irem buscar.” “Foi boa, foi muito tranquilo, era tudo malta da minha idade, então não houve crise nenhuma”. “Eu tinha três anos, por isso, não me lembro (1ª instituição). Foi um pouco diferente. Fiquei triste por perder as amigas que tinha na outra instituição, mas aqui fiquei mais contente (2ª instituição). Antes de entrar, a minha mãe levou-me lá um dia para conhecer aquilo e para interagir com as outras pessoas, mas não tive nenhum acompanhamento. Ao início senti-me um pouco perdida e com medo, mas depois acabei-me por me habituar. A entrada para uma instituição é sempre uma coisa nova que embora possa ser o melhor para nós, nunca queremos isso, e por isso, a adaptação nunca é fácil. Para mim foi estranho e um pouco assustador tentar assimilar tanta coisa em pouco tempo, mas depois com o tempo tudo foi mais fácil, mas o primeiro choque é sempre mau.” “Recordo-me vagamente, já conhecia lá algumas pessoas, aliás, já tinha lá umas primas. Lembro-me que a minha mãe me levou com algumas malas de roupa e disse “olha, ficas aqui durante a semana e depois ao fim de semana eu venho-te buscar”. Pronto. Nesse momento foi aquele choque, mas depois não tenho grandes recordações.”				



	Descrição do acolhimento (aspetos positivos e negativos)	“O processo de adaptação é sempre muito complicado porque eu estava habituada a estar com o meu pai e com a minha mãe, éramos só nós os três. A minha mãe faleceu 2 ou 3 meses antes, foi assim tudo meio corrido e pronto foi complicado, muito complicado. No início, lembro-me de chorar muitas vezes e ligar ao meu pai a pedir-lhe para me ir buscar. Eu não sou de Coimbra, mas tenho cá família. Para mim os primeiros dias foram de muito sofrimento, pois além de me estar a habituar a um ambiente completamente diferente, tinha medo de estar sozinha, afinal ainda não tinha tido tempo para fazer qualquer tipo de amizades. As noites foi que me custou mais porque tu acabas por teres noção que estás ali sozinha, então só te apetecer vir embora. Lembro-me que cheguei ais ou menos por volta da hora do lanche, o meu pai ficou a tratar da parte burocrática com os técnicos da instituição e alguém, não me consigo lembrar muito bem quem, me trouxe para dentro. “Olha, está na hora do lanche, lancha” e pronto. Depois comecei com as monitoras e com quem trabalha lá e a dar-me com os miúdos. Foi difícil no início porque os miúdos são muito mauzinhos. Eu era gordinha, era a recém-chegada, portanto foi muito complicado e difícil, mas depois habituei-me. Lembro que no primeiro ou segundo dia, nós fomos à praia fluvial. Eles iam sempre a bater-me, não era a bater assim a sério, mas era sempre assim, mandar cachaço e não sei quê. E sempre, lá está, era gordinha, era mais por ser gordinha.” “Recordo-me que foi um dia muito difícil. Até hoje, quando me recordo desse dia, dá-me uma sensação negativa, estávamos muito tristes e em baixo. Eu nesse dia fui com a minha irmã gêmea que também ia para a instituição e acho que quem nos acompanhou foi o meu tio e o meu pai. A primeira semana foi muito complicada, sofremos logo de bullying por parte de outras crianças. Acredito que seja ainda mais difícil para as crianças que chegam lá completamente sozinhas. Foi também confusa porque vinham todos ter connosco, eram muitas crianças, muitas regras para assimilar. Eu lembro-me que à noite era quando batia uma maior tristeza e chorávamos muito as duas abraçadas. Ficávamos as duas, sempre isoladas. Nesse primeiro dia chamavam-nos as meninas novas, toda a gente que entrava ‘Olha, o menino novo. Olha, a menina nova. Eu acho que a nossa entrada para o acolhimento além de ser uma coisa nova, é algo que nos traz medo, revolta e uma certa raiva. Porque? Porque no meu caso e no da minha irmã eu acho que o motivo que viemos para o acolhimento hoje já não é válido. Eu compreendo a preocupação da nossa mãe, mas ao mesmo tempo acho que devia ter pensado mais em nós. Claro que depois disso levou-nos a criar uma mágoa muito grande com a nossa mãe e por isso custou-nos imenso aceitar esse afastamento. Lembro-me perfeitamente que quando entramos na instituição, estávamos sempre as duas juntas, foi um processo complicado pois sofremos bullying e a partir daí ainda mais difícil foi em confiarmos nas pessoas à nossa volta. Afinal, é como mudar de casa, temos que nos habituar a uma realidade nova o que custa imenso”. “Epá, eu, neste momento, só vejo os bons, porque sei que me trouxe coisas boas à vida, né? Deu-me vida, deu-me estudos, abriu-me à vida. Trouxe-me de uma aldeia para a cidade e isso tudo só deu vantagens. Recordo-me de algumas situações, mas nada de relevante, nada que eu possa dizer que foi efetivamente mau, por exemplo, havia sempre algumas zangas, conflitos, troca de ideias, que não são as mesmas, até mesmo com funcionários, não é? Eles não nos compreendem, também tínhamos essas situações. O desaparecer de coisas, visto que estávamos lá imensos, do género, tudo que a gente comprava acabava por desaparecer. Quando entrei, devíamos de ser por volta de uns 40/50, depois passamos a uns 30”.
--	--	---



	“Podemos lidar com vários tipos de personalidade, ou seja, prepara-nos um pouco para depois sabermos lidar com os outros quando saímos da instituição e fazemos sempre amizades, algumas delas após sairmos da instituição ainda duram. Como em todo o lado, há sempre pessoas mais preferidas que outras e às vezes o tratamento que dão a essas pessoas é visível e desmotivava. Por exemplo, eu não era boa aluna, mas também não era uma má. E então era daquelas pessoas que nunca gostei de estudar, mas sabendo que havia pessoas que eram favoritas nesse sentido, desmotivava um pouco eu deslocar-me lá para pedir ajuda, caso precisasse ou coisa assim do género.” “De uma forma geral acho que foi boa, conheci muitas pessoas que hoje em dia são os meus amigos. Éramos uns 60 e tínhamos um grande grupo de africanos, que nos permitia manter a cultura. Falávamos a língua, ao fim de semana trazíamos alguns bens alimentares da Guiné e apesar de sermos de etnias diferentes, há coisas que são uniformes ao povo. Quase todos nós usávamos um anel que era característico e assim conseguíamos identificarmo-nos uns com os outros porque usávamos as mesmas coisas, falávamos a mesma língua, usávamos a mesma roupa. Então não era assim um choque muito grande. Foi benéfico, ensinou-me a ver as pessoas de outra forma, a respeitar mais a diferença e estar em grupo, pois eu estava diariamente com 60 pessoas e isso pode ser confuso no início, mas depois toma-se uma vantagem pois aprendemos imensas coisas, foi o que me aconteceu. A única parte negativa que retiro do acolhimento é o distanciamento dos técnicos e as questões das refeições, pois mesmo que não gostássemos e certas comidas, obrigavam-nos a comer e às vezes ainda haviam roupas que desapareciam. Não acho que hoje o acolhimento esteja melhor, até acho que está pior do que no meu tempo. Noto que hoje em dia os jovens que entram com 13/14 anos já trazem vícios, que são mais difíceis de moldar do que nós, que entrávamos com 4 ou 5 anos.” “Foi bom dentro assim do possível. Foi bom, pronto. Não posso dizer que foi mau. Tenho noção que foi assim o melhor possível, que dentro do que me podia ter acontecido, por saber a vida que eu tinha com os meus pais antes, sei que estando com eles, eu não iria conseguir estudar, não iria ter as oportunidades que tive lá dentro. Eu acho que eles falham muito na saída, quando nós fazemos a transição para a fase adulta. Pelo menos, na instituição onde eu estive, conheço outros casos que não foi assim. Mas lá é basicamente assim, tens 21 anos vai à tua vida. Arranja-te, pronto e foi mais ou menos isso que eu senti na altura. Faziam muita pressão para eu sair porque já tinha idade, estava a caminhar para os 22. Eu evitava cruzar-me com os técnicos, com todas as pessoas que me pudessem perguntar quando é que eu ia sair, eu simplesmente evitava.” “De um modo geral, para mim, gerou um impacto positivo. Acho que se não tivéssemos ido para uma instituição a nossa vida seria diferente para pior. Assim, 90% de mim agradece o facto de estar na instituição, porque eu acho que me deu ferramentas para conseguir ir longa na vida e a vivência na instituição de certa forma construiu a pessoa que sou hoje, a mulher que sou hoje. Obviamente que há aqueles 10% que questionam sempre porque é que fomos para a instituição e se calhar não havia necessidade, que podíamos ter estado perto dos nossos pais. Ficou uma mágoa que nós temos vindo a trabalhar ao longo dos anos, mas é uma pequena parte. Hoje em dia penso ‘olha, eles fizeram aquilo que achavam que seria o melhor para nós.’ Se eu faria o mesmo com o meu filho? Não, não faria, mas eles achavam que estavam a fazer.”
--	---



	Rotinas institucionais à semana e ao fim de semana	“Era normal. Levantava-me às 7:30 para ir para as aulas, voltava e ia para os treinos de futebol. Agora assim mais no fim de semana não fazíamos nada, era andarmos a passear pela zona. Eu ao fim de semana ficava na instituição, só quando ia de férias, ou quando fazíamos anos é que ia a casa dos meus pais”. “As responsabilidades das pessoas todas era de arrumar os quartos onde estavam, fazer a cama, arrumar a roupa, pôr a roupa delas para lavar e depois irem-nas buscar e arrumá-las. Em termos de rotinas, levantávamo-nos às 7h, isto o geral. Eu só acordava cinco minutos antes do autocarro passar, porque eu mais a minha irmã e mais duas ou três pessoas, fomos para a Silva Gaio, uma escola pública, enquanto todos os outros andavam no colégio de São Martinho, que era uma escola semiprivada. Acordar às 7h, tomar o pequeno-almoço e sair para ir para a escola. Depois, chegávamos por volta da hora do lanche, que era 17h30/18h, lanchávamos por volta dessa hora e às 9h era servido o jantar. No início não havia, mas depois, lá mais para à frente, às 22h, havia um snack, que era uma coisita antes de irmos fazer óó. Isto à semana, ao fim de semana era praticamente a mesma coisa, só mudava o almoço que era ao meio-dia. Eu ao fim de semana ficava na instituição.” “A rotina era sempre igual. Havia os rapazes que jogavam sempre à bola e as raparigas que andavam no vôlei. Eu, por exemplo, fazia desporto na Académica à segunda, quarta e sexta. Quase sempre ia embora ao fim de semana. Sexta à tarde o meu tio ia-me buscar à escola e regressava domingo à noite ou segunda de manhã. Durante a semana acordava, tomava o pequeno-almoço, às vezes deliberadamente perdíamos o autocarro e íamos a pé para a escola. Chegávamos à escola, aulas, o lanche da manhã, o almoço, depois terminavam as aulas e íamos novamente para o lar. Às vezes ao fim de semana íamos para casa de amigos, havia casais que nos iam buscar. Quando ficávamos na instituição tínhamos a catequese e a missa. A missa era ao domingo, religiosamente todos os domingos de manhã havia missa dentro da instituição, uma vez que estava ligada à igreja e por isso tínhamos uma capela. Ao fim de alguns anos foi conquistado o snack, que era uma refeição após o jantar e assim já não estávamos das 19h às 8h da manhã sem comer, não recorriamos a mecanismos ilícitos para ter acesso a comida e dormíamos mais aconchegados.” “Dependia. Cada um tinha a escola, tínhamos aulas fora, com horários diferentes, mas tínhamos sempre que acordar entre as 7h/8h para organizar a vida, para ir para a escola, o normal, o que se faz. Tomar o pequeno almoço, banhos, dentes, tudo o que é. Uns faziam as camas, outros não faziam, isso era sempre um bocado relativo, passávamos o dia nas aulas e ao fim do dia regressávamos. Inicialmente, quando eu fui para lá, tínhamos muito apoio da parte dos professores. Era chegar a casa, lanchar, fazer os trabalhos de casa, estudar, ter o acompanhamento que fosse necessário e depois então íamos ouvir televisão ou assim, até à hora do jantar. Mais tarde vieram outros professores substituir, mas já não acontecia a mesma coisa. Eu ao fim de semana ficava na instituição”. “Durante as aulas acordávamos às 7h, preparávamo-nos, a carrinha da escola vinha às 8h15 e íamos para a escola. Depois, quando voltávamos, lanchávamos e depois íamos para a sala de estudo. A seguir tínhamos o jantar, jantávamos e acho que tínhamos a hora da ceia antes de ir dormir. Não ia a casa todos os fins de semana porque os meus pais vivem em Lisboa e a instituição eram em Coimbra, mas íamos todas as férias ou em fins de semana especiais (férias Natal, Carnaval, Páscoa Verão)”.
--	--	---



	Regras institucionais	“Eu passei um bocado à parte disso. Eu, como já entrei com 13, ali na margem dos 14 e sempre fui muito orientadinho, nunca passei muito por essa parte do castigo. Nunca tive de castigo, sempre fui sossegado e atinado. Os castigos eram retirar o telefone durante um ou dois dias ou faziam aquela coisa de tirar a bola se a gente tivesse a jogar em casa e só darem quando se lembrassem, eram essas coisas muito simples”. “Regras nunca foram muito para serem cumpridas comigo. Como eu já vinha de outra instituição, já tínhamos alguns tipos de horários e isso, por isso não foi nenhum bicho de sete cabeças, adaptei-me bem. Sinceramente não me lembro de ficar de castigo, quer dizer, fiquei uma vez de castigo que foi não ir ao cortejo da queima. Isso foi um dos castigos que tive, mas eu fui na mesma. Tinha ido sair à noite às escondidas, saí sem autorização. Não digo que tenha sido uma coisa grave, aliás, não era a única a fazer isso, acho que essa vontade de sair à noite faz parte da idade. Na instituição religiosa, refletíssemos. Nesta aqui, puniam-nos. Porque um castigo que me impeça de sair ou de não receber semanada, isso para mim é uma punição. A educação, que eram os castigos que eu tinha na outra instituição, era virada para a parede. Um a pessoa ali parada acaba por pensar no mal que fez.” “Existiam regras, até porque 60 crianças numa casa exigia que houvesse, mas sinceramente eu não era daquelas crianças mais cumpridoras, aliás, eu sempre achei que havia regras que não faziam sentido nenhum, por isso nem me dava ao trabalho de as cumprir. Mas as regras acabavam sempre por existir, porque dentro do nosso grupo havia jovens com características muito diferentes. Havia crianças com Síndrome de Down, que tomavam risperidona a que nós chamávamos o cega leão e outros tinham espectro de autismo. Portanto, com este vasto grupo de pessoas, as regras tinham de existir e pelo incumprimento de uns pagavam os outros. Mas também havia o reverso, enquanto uns estavam a reclamar, outros estavam a beneficiar. De um modo geral, acho que não teria ganho nada mesmo se tivesse cumprido, já que as regras eram mais punitivas do que educativas. Por exemplo, nós jantávamos todos às 19h mas porquê se eu saí às 17h da escola, cheguei a casa às 17:45h e lanchei ? Então andamos ali numa luta, numa guerra, mas pronto... E depois se não jantássemos, não nos davam mais nada, ou seja, ficava desde das 17h até as 8h do dia a seguir sem comer e o jejum intermitente só apareceu agora (risos).” “Sim, existiam. O castigo dependia sempre do que os miúdos fizessem. Claro que havia lá miúdos muito problemáticos e aí é óbvio que eram tomadas medidas a sério, mesmo com polícia, que às vezes eram casos mesmo complicados. O castigo geralmente era a semanada, também não tinham grandes alternativas, nós não tínhamos mais coisas para nos tirarem. Nós recebíamos 5 euros por semana, quando eram coisas mínimas eles tiravam uma parte da semanada e se fossem mais graves, a totalidade, durante mais ou menos tempo, conforme. O máximo que fazia era chegar mais tarde do que me tinham autorizado, tipo, era para chegar até às 2h e eu chegava mais tarde ou de manhã, que era quando havia autocarro. Portanto isso era o máximo, eu nunca fui de faltar à escola, nunca fui de me meter em drogas, álcool, nada. Portanto, eu era aquela miúda que se houvesse lá mais 20 iguais, estava tudo certo, eram coisas mesmo mínimas.” “Nós tínhamos muitas regras, até hoje fiquei com essa rotina. Tínhamos horas para comer, horas para dormir, tínhamos a campainha que avisava que era a hora do banho, tínhamos a hora do estudo. Eu não era uma das meninas que dava trabalho, por isso não era daquelas que estava constantemente de castigo, eu cumpria de uma forma geral as regras. Eu sei de um ano que as coisas começaram a mudar positivamente,
--	-------------------------------------	--



	Atividades desenvolvidas pela instituição que se não estou em erro, foi quando a segurança social começou a estar mais em cima das instituições. Os castigos eram muito à base de lavar a loiça, proibição de ver televisão, de ir a passeios da escola, mas eram iguais para todos, só mudavam se fossem mais graves. É obvio que cada funcionária tinha o seu favorito e as vezes até tapavam os olhos para os erros que os seus favoritos tinham feito, só ficavam de castigo as crianças que não eram tão ligadas a essas funcionarias, eram tempos diferentes. Eu lembro-me de uma vez que fomos aos bolinhos e bolinhóis, que era no feriado dia 1 de novembro, então nós íamos às casas cantar os bolinhos e bolinhóis e as pessoas davam rebuçados, dinheiro e assim. E então, tinham dito que nós não podíamos ir esse ano, nós fomos todos, porque já estávamos habituados e lembro-me que, quando chegamos, bateram-nos tanto, tanto, tanto, que me lembro que rebentaram o meu lábio. Mas pronto, eram tempos antigos.” “Acho que no início, nos primeiros anos na instituição, tínhamos piscina ao sábado. Já lá vão uns anitos.” “Tínhamos festinhas em que tínhamos que fazer uma apresentação de dança ou de teatro. Eu participava sempre.” “Começamos a ter atividades com os professores, foi criado um grupo, o Cativar, baseado na história do príncipezinho. Normalmente ao sábado juntávamo-nos e procurávamos cativar-nos uns aos outros e fazíamos várias atividades, íamos ao parque, partilhávamos um lanche ou os professores traziam as máquinas de fazer panquecas. Tudo coisas que supostamente as pessoas faziam em casa com os pais e nós não fazíamos ali.” “Nós tínhamos sempre, mas iam variando consoante as disponibilidades, porque às vezes eram apoios ou atividades de fora, estávamos dependentes de pessoas que fizessem voluntariado ou que estivessem a fazer estágio ou alguma coisa assim. Tínhamos piscina, houve uma altura em que tivemos baseball. Tínhamos um campo de futebol, um parque para crianças, tínhamos um espaço fora onde costumávamos jogar às escondidas, à apanhada, aquelas coisas normais que até se fazem na escola. Nós fazíamos em casa porque éramos muitos e tínhamos que nos entreter.” “Foi melhorando, porque no início não havia assim muita atividade, era mais quando um voluntário ia lá. Havia um professor que fazia voluntariado, então ia fazer connosco exercícios ao sábado de manhã ou assim e também havia a ludoteca. Eu lembro-me que a ludoteca tinha coisas tão bonitas, tinha legos, tinha muitos brinquedos e nós gostávamos. Pronto, depois foi melhorando, foram criando atividades com monitores.” Atividades fora da instituição Não respondeu (já não se lembrava). “Pratiquei atletismo durante dois anos por ser desporto escolar. Gostava, só que fui atropelada e depois desisti. Eu gostava de correr. Isso aconteceu mais tarde, quando o professor João começou a organizar atividades. Fomos uma vez à Mata Nacional do Choupal e fizemos um retiro de três dias a Buarcos, fora isso, só em datas festivas como no dia dos namorados, amigo secreto, desfile de carnaval.” “... eu, por exemplo, fazia desporto na Académica à segunda, quarta e sexta e depois tínhamos o cativar.” “Quando estava o J.P na instituição fazíamos caminhadas, ele organizava sempre uma visita todos os anos, sei lá, ou a minas ou coisas assim, muito à base da natureza, passeios, praia, piscina. Era assim desde 2000.”
--	--



	Ambiente institucional “Havia algumas, mas mais no verão. Éramos acompanhados pelos professores, os que davam apoio lá no lar, a educadora, alguma funcionária que estivesse de serviço, esse tipo de pessoas. Tínhamos umas três visitas de estudo por ano, mas era mais o tempo que ficávamos dentro do que fora.” “Não tem nada a ver com o momento familiar, mas tu quando te habituas àquela rotina, àquelas pessoas, acabas por te sentires em casa porque te sentes bem.” “Entre nós tínhamos, mas lá, havia aqueles que eram mais apapricados, mais amados. Por exemplo, no meu caso, eu era uma pessoa muito rebelde, sempre fui, de quebrar regras, de não estudar e coisas assim do género. Agora, aqueles que eram muito certinhos, eram mais apapricados. As pessoas que eram rebeldes, se fossem um bocado apapricadas, se calhar não eram tão rebeldes. Sinto que houve mais pessoas que foram amadas do que outras, sim.” “Isso nunca, é impossível a instituição dar-nos um ambiente de casa. Podemos dizer que nos dá um ambiente de conforto e de reconforto, mas nunca um ambiente de casa. Nós na instituição estamos confortáveis, temos as nossas coisas, o nosso espaço, a chave do quarto, estamos com pessoas e com colegas que gostam de nós, mas nunca é igual a casa.” “As monitoras, que eram quem estava mais próximo de nós, tentavam, mas só eram 4 monitoras. Quando eu entrei para a instituição, eram 46 miúdos. Depois foi reduzindo o número de miúdos, mas é sempre muito difícil conseguirem chegar a todos. E com os maus comportamentos de alguns, quem está mais no seu canto acaba por ser um bocadinho menos notado e ficava mais difícil. Eu lembro-me que ficava sempre no Natal e na Páscoa, só fui de férias duas vezes e elas tentavam sempre fazer qualquer coisa mais especial nessas alturas para os miúdos que ficavam. Eu no meu caso tinha uma relação muito boa com uma das monitoras, gostava muito de todas, mas sobretudo daquela. Eu sei que se precisasse de falar, se precisasse desabafar, se precisasse de um abraço ou de alguma coisa, podia ir ter com ela”. “Não, porque é como eu disse, eu acho que não havia muita formação. As pessoas não estavam muito preparadas. Era mais o servir comida à mesa ou dar banho. Mas eu acredito que hoje em dia seja diferente, quando nós vamos às instituições vemos que são muito diferentes. Eu já saí da instituição em 2011, já se passaram 12 anos, então as coisas mudaram muito para melhor.” Relação com os pares “Foi mesmo muito simples, não tive chatice nenhuma. Foi mesmo começar a falar com eles. Eu ainda por cima calhei num quarto de rapazes gémeos da mesma idade, fazemos anos também com 4 dias de diferença, tínhamos muito a ver. Então tive uma introdução muito fácil, não houve problemas nenhuns. Eu dava-me com todos, não era nada seletivo.” “Sempre me dei com rapazes e com raparigas. Havia uma rapariga que estava sempre presente tanto no grupo de raparigas como no grupo de rapazes, andávamos sempre juntas e quando era para jogar futebol, éramos sempre as duas. E depois lá havia mais um grupito de raparigas no qual fazíamos atividades juntas.” “Como todas as pessoas, num grupo de 60 jovens não podemos gostar de todos, é quase impossível, nem numa turma de 25 alunos. Nós com a comunidade africana éramos um grupo muito bom, com os outros era aquela relação do toca e foge. Mas hoje eu posso ir a Londres que
--	---



	Relação com os funcionários	tenho onde ficar, posso ir a Paris e fico na casa de um amigo que viveu comigo na instituição, como já fui. Posso ir a Lisboa e janto com 3 ou 4 amigas que estão lá a viver e viveram comigo na instituição, também posso ir à prisão ver 3 ou 4 amigos e até mando umas sapatilhas e comida. Hoje festejo golos do Éder que viveu comigo na instituição. A nossa relação é boa porque nós acabamos por saber e estamos dentro do que se está a passar com cada um. A nossa relação mantém-se com a maioria da nossa idade, até porque temos uma prática de todos os anos, no dia 6 de janeiro, fazemos um jantar de reis e rainhas, juntamos um grupo que viveu na instituição e que agora estão em todo o lado, Alentejo, Norte, Centro, Sul e fora do país. Eu apreciava todos, pois eu sou uma pessoa que lida bem com a diferença e gosto das pessoas diferentes de mim, porque uma pessoa igual a mim não me vai acrescentar nada, porque é igual a mim. Agora, pessoas que tenham uma forma de estar diferente, que leiam outras coisas, que vejam e ouçam outras coisas, pensem de uma outra forma, acrescentam-me mais. Foi com os meus colegas que aprendi a lidar com a diferença e graças a eles posso dizer que sou uma excelente pessoa e profissional, porque já trabalho na área e o facto de ter estado com um grupo tão grande e tão diferente durante anos, ajudou-me a gerir as pessoas e lidar bem com a diferença.” “É assim, eu dava-me bem com a maioria dos miúdos, havia um ou outro com quem não tinha tanta afinidade, mas tinha grandes amigos lá dentro que ainda hoje se mantêm. E pronto, para mim é como família, são como irmãos para mim, a maioria deles são família.” “Muito boa. Obviamente que havia um conflito ou outro, mas éramos muito unidos.” “Sempre foi muito tranquila, às vezes lá diziam algo que a gente não gostasse ou assim. A gente discordava, mas cada um ia à sua vida. Depois acabas por ter uma ideia e consegues falar com quem precisas. Tu acabas por falar bastante com eles, estão ali aquelas 8/9 horas, acabas por falar bastante com eles e sabes a quem podes recorrer quando tens algum problema.” “A minha relação com os funcionários não era nem muito próxima nem muito distante.” “As funcionárias eram ótimas, tanto que quando eu saí, fiquei em casa de uma funcionária de lá.” “As funcionárias era mais aquela coisa de dar a comida, lavar a roupa, esse tipo de auxílio que nós também precisávamos, mas eu também, lá está, nunca fui uma miúda que desse muito trabalho, eu fazia muitas das minhas coisas. Eu não precisava que me acordassem, eu era muito, muito autónoma.” “Como é que 14 funcionárias, uma psicóloga e uma assistente social, iam dar conta de setenta crianças? Era muita falta de paciência e violência física das funcionárias. Tenho a S, a D. I., a D. F. Elas eram muito verdadeiras e criámos uma ligação forte, não é de mãe e filho, porque para mim isso não existe, mas uma relação maternal sem ser mãe, uma relação de carinho, uma relação de ‘eu estou aqui para te apoiar, mas também estou aqui para te dar na cabeça se for necessário’ e muitas vezes era necessário.” “Pessoal do escritório era mais burocrático. Até se podiam preocupar, mas nós não sentimos isso. Quem estava mais perto de nós eram os monitores, as cozinheiras e as auxiliares da limpeza. Todos eles acabavam por se preocupar mais com os miúdos com quem tinham mais afetividade.”
--	---	---



	Relação com os técnicos e monitores “Havia era as monitoras, que já pouco antes de eu sair da instituição falavam sobre namoricos e coisas assim do género. Nunca tive ninguém que fosse assim aquele afeto materno, simplesmente porque eu não sou assim. Ainda hoje em dia não tenho uma relação próxima com a minha mãe e dou-me bem com a minha mãe, não sou é uma pessoa muito afetiva.” “Relativamente aos técnicos, não tínhamos qualquer tipo de ligação com eles, pois entravam às 9h e saíam às 17h. Trabalhavam num horário em que nós estávamos na escola e não trabalhavam ao fim de semana, o que implicava que se quiséssemos tratar de alguma coisa com eles só nos restavam três opções: saíamos mais cedo da escola; deixávamos recado na funcionária para avisar que queríamos falar com a pessoa x e se ela tivesse disponibilidade aguardávamos; esperávamos pela quarta-feira que era o dia que tínhamos a tarde livre e que nos podíamos encontrar com eles mais cedo. Era uma relação péssima, precisamente por achar que eles não estavam a fazer o trabalho deles, era tudo ao nível de burocracias, tratar de documentos do tribunal, segurança social e pouco mais. O que era realmente necessário, que era atendimentos individuais, nunca houve.” “É assim, nós tínhamos as nossas monitoras. Cada grupo de jovens tinha uma monitora responsável. Por exemplo, uma monitora para as meninas mais novas, outra para os meninos mais novos, outra para as meninas mais velhas, outra para os meninos mais velhos. Era com quem nós tínhamos uma relação mais próxima, eram as pessoas que nos acompanhavam mais, como os professores de apoio.” “As técnicas eram mais distantes, confesso. Tínhamos lá psicólogas, mas é assim, eu não me lembro de ninguém ter atendimento, o que era necessário. Não sei como é hoje em dia, mas elas tratavam muito dos assuntos burocráticos, assim não tinham tanto contato direto connosco. Nesta parte havia uma grande falha”. Relação com a família “No início, naqueles primeiros tempos, afetava-me por eu ter sido tirado da beira deles. Iam lá, no entanto, depois passou e eu também comecei a ter mais liberdade e ia lá passar os fins de semana a casa, por isso não valia a pena irem lá.” “Dos três aos dez [anos de idade] a minha mãe e o meu pai tinham um fim de semana um e outro fim de semana outro. Depois de me mudar para Coimbra nunca mais falei com o meu pai e com a minha mãe também não era muito apegada, aliás, eu ficava ao fim de semana na instituição.” “Quase sempre ia embora ao fim de semana. Sexta à tarde o meu tio ia-me buscar sexta à escola e depois eu regressava domingo à noite ou segunda de manhã.” “Eu praticamente não tenho contato com a minha família. Tenho muitos irmãos e inclusive quando eu fui para a instituição estava lá uma irmã minha que eu não conhecia. Ou seja, eu tenho irmãos da parte da minha mãe, irmãos da parte do meu pai, tinha 5 irmãos que eram de outro casamento que já tinham sido deixados naquela instituição muitos anos antes de eu nascer e não os conhecia. E quando entrei para a instituição estava lá uma dessas irmãs, os outros já eram todos maiores de idade, já tinham saído. Nunca criei uma relação muito próxima com ela. Tenho outra irmã a viver em Coimbra, mas também não nos damos. São daquelas pessoas que se passaram no shopping onde eu trabalho eu digo-lhes ‘olá’, cumprimento, mas mais nada. Eu ficava todos os fins de semana na instituição”.
--	---



	Representações do exterior (atores escolares) sobre o acolhimento	“Não ia a casa todos os fins de semana porque os meus pais vivem em Lisboa e a instituição era em Coimbra, mas íamos todas as férias ou em fins de semana especiais e ligavam para cá a saber de nós. Magoa sempre, pois um filho é suposto estar com os pais, essa é a natureza da vida. Pronto, mas é assim, lembro-me que eu sentia que a instituição é que era a minha casa, era o meu lar. Então eu preferia estar na instituição do que estar com os meus pais.” “Não, nunca, porque já havia uma fama para trás dos anos anteriores e na altura até tinha uma fama de serem miúdos maus, então estávamos tranquilos porque pensavam que se eles fizessem asneiras, vinham os mais velhos atrás para nos defender. Eu por acaso quando fui para a instituição a primeira ideia que eu tive foi ‘que atrasadinhos são estes?’ ‘Onde é que eu vim meter?’ Mas depois, assim que cá parei e vim para cá, eu comecei logo a dizer que era da instituição, não tive problemas em dizer. As pessoas na escola, todos os miúdos da minha idade, aceitavam muito bem.” “Não. Eu sempre tive muito orgulho em dizer que vivia numa instituição. Eu até gozava com a situação, dizia que os outros enquanto tinham um quarto, eu tenho não sei quantos quartos em casa, tenho empregadas, enquanto tens de fazer o almoço eu tenho quem me faça. Ironizar a minha situação, ironizava porque eu sou mesmo assim.” “Por virmos de um lar tínhamos logo um rótulo de pessoa que não sabe ler, escrever, não sabe estar, um miúdo mal-educado que foi tirado aos pais, ou seja, tudo aquilo que normalmente acham que há na retirada, cai em cima de nós, mas como também não sou pessoa de levar desaforo para casa, o que vinha, para cima retomava. Os da instituição não. A minha tuma foi a mesma desde a primária ao secundário, o que aconteceu foi que no primeiro dia houve um miúdo que me chamou preta, mas houve outro que chegou lá e lhe bateu e a partir daí ficou tudo resolvido e não houve mais isso. Eu sentia que eles tentavam dar um ambiente igual a casa, até porque havia alguns pais dos meus colegas ou quase todos que queriam levar-nos a sair com os filhos às atividades deles, como andar de bicicleta, ir ao circo, ir ao cinema, andar de barco, de vela, esse tipo de coisas. Nunca senti que fosse uma discriminação negativa, mas sim na positiva, especialmente os meus colegas de tuma. Foi sempre uma relação muito boa, tanto que um dos meus colegas é padrinho do meu filho.” “Eu era muito no meu canto, era muito envergonhada, muito porque era muito gordinha. Ouvia aquelas típicas frases do ‘és tão linda, que pena ser gordinha’ era o bullying que se ouvia, era basicamente isso, nem era tanto pela instituição. Porque acho que até dada altura, os miúdos tinham uma certa curiosidade e até achavam graça ‘ai porque vives com bué de gente, porque é bué fixe, porque tens sempre pessoas.’ Se calhar já numa fase mais adulta senti um bocadinho mais o ser institucionalizada, porque havia muita gente que eu lembro que me dizia ‘ai, mas tu não pareces de uma instituição, tens um ar tão feliz’ e acho que as pessoas acabam por estereotipar um bocadinho. Uma pessoa numa instituição não tem que ser infeliz, não tem que ser miserável, não tem que ser nada disso. Então acho que se calhar aos 18/19/ 20 anos, senti um bocadinho mais isso, não diria bullying, mas aquela coisa da coitadinha que está numa instituição e acho que isso é um bocado parvo. Para mim era na boa, isso não me faz mesmo diferença, aliás ainda hoje às vezes falo no assunto, comento com alguma cliente que por acaso até nem sabia ou cai em conversa”
--	---	---

Aprendizagens realizadas com a experiência do acolhimento	“Sim, no mundo lá fora, sim. Dentro da instituição não havia discriminação, mas no mundo lá fora, sim. Na escola, no Instituto Educativo de Souselas, passamos por muita discriminação, chamavam-nos muito de pretas ‘vai para tua terra’, ‘a mancha negra.’ Ainda me lembro do nome ‘barrote queimado.’ Batíamos aos colegas, era assim mesmo. Tínhamos que nos fazer de mazinhas para obtermos o respeito das pessoas. Obviamente que aquilo nos afetava, às vezes havia pais que não queriam que os seus filhos se dessem connosco porque éramos da instituição. Porque havia muito aquela ideia de que os meninos institucionalizados são marginais, muito, muito, muito essa ideia. Mas também havia pais que vinham um carinho muito grande, do tipo, ‘estas crianças não têm pais perto’ e havia colegas que nos levavam um dia do fim de semana para imos almoçar, os pais eram muito carinhosos.” “Ajudou-me a desenvolver-me a mim mesmo, a ter noção, porque nós acabamos por vir de uma vida completamente diferente. Eu saí de um sítio onde há trabalho, mas ao mesmo tempo onde não há nada, quase não chega internet e venho para aqui, para um sítio onde temos imensa internet. Isso tudo depois também te faz querer ter outras coisas na vida e quer subir de patamar. O vir para a instituição fez-me ter noção que o que eu sou neste momento só depende de mim, portanto, contribuiu para que eu amadurecesse.” “Ajudou-me no sentido de perceber que nem tudo é mau, há coisas que são boas dentro das coisas más e a ver o lado positivo. Eu não sou pessimista, mas tento ver o lado bom das coisas, não para mim, mas mostrar aos outros que podia ter sido bem pior. E o facto de eu lidar com vários tipos de pessoas, com muitas mulheres e homens, preparou-me um pouco para o ambiente de trabalho. Foi a instituição que me moldou.” “O acolhimento trouxe-me um sentido de justiça muito grande. A forma como eu saí não foi a melhor e foi por um motivo grave. Trouxe-me a capacidade de lidar bem e aceitar a diferença, trouxe-me a capacidade de lidar com pessoas de todos os estratos, de todas as esferas e culturas, com qualquer tipo de doença do foro psiquiátrico ou genético. O facto de sermos todos diferentes acabava por implicar que nos adaptássemos a cada um e isso só me acrescentou.” “Eu acho que muitos miúdos acabam por se perder quando saem, porque julgam que cá fora é igual, não têm responsabilidade nenhuma. Mas falando de mim, eu acho que o acolhimento me fez crescer, sim, fez-me ser a pessoa que eu sou hoje. Se tenho a força que tenho, também é por ter vivido na instituição, por passar o que passei, por aquilo que aprendi com algumas pessoas.” “Primeiro de tudo, resiliência, para as adversidades da vida. Até hoje, nós todos temos batalhas na nossa vida, mas é resiliência do tipo ‘já passei tanto, põe-te de pé, mantém-te firme a vida é mesmo assim.’ A resiliência, empatia, saber colocar-se no lugar do outro. São tantas crianças, tu não tens como não ter empatia pelos outros. A resiliência, empatia e perseverança, porque tu não podes desistir. O acolhimento fez aquilo que eu sou, a mulher que eu sou, a mãe que eu sou hoje, porque mesmo na forma como eu sou com o meu filho, é muito daquilo que eu passei na instituição, da minha vivência na instituição, sem dúvida.”
	“(...) neste momento acho que estou bem na vida, não mudaria nada. Houve ali alguns momentos que agora não consigo enumerá-los, mas para mim foi bom. Hoje em dia não teria o que tenho, olhando para trás e sou agradecido por lá ter ido parar. Tenho a perfeita noção que graças à instituição eu sou mais responsável e tenho uma noção mais realistas das coisas. Eu reconheço que foi o melhor para mim”.
Avaliação dos jovens acerca do seu percurso na instituição de acolhimento	



	Relação dos jovens com a instituição de acolhimento	“Mudar não, até porque eu sou como sou graças ao que passei. Não me sinto revoltada, não, porque há pessoas em piores situações. O que me revolta a mim é ver pessoas com algumas idades ainda muito dependentes, sendo que eu com 18 anos já era uma adulta com responsabilidades. A única coisa que eu levo da instituição são os amigos, sei que não haveria outra solução e só me resta aceitar. Não me arrependo, não guardo mágoa e não me fez mal nenhum como pessoa ter passado por uma instituição, mas também não me mudou. Em vez de ter uma figura de autoridade, tinha várias, ou seja, foi apenas ter saído de casa dos meus pais.” “Acho que foi uma fase boa, já passou. Sinto-me bem, superconfortável e realizada, supertranquila. Eu penso nisso, mas não me foco muito, porque eu acho sempre que estar a idealizar uma coisa que vai acontecer no futuro é mais fácil do que ficar a pensar no que me aconteceu lá atrás e que já não posso mudar.” “Eu, apesar de tudo, de algumas dificuldades que passei, considero que tive um percurso sempre estável, nunca houve uma altura em que eu batesse no fundo e pensasse ‘meu Deus, agora o que é que eu vou fazer da minha vida?’ Considero um percurso bom, não mudaria nada, se calhar a única coisa que eu mudaria era ter começado a cuidar mais de mim mais cedo, porque eu cheguei a um ponto extremo. Eu tinha mesmo obesidade mórbida, tinha 121 kg. Então pronto, descuidei-me muito e também alguns problemas emocionais, porque ainda hoje é assim. Às vezes acontece compulsão e eu sei que é a nível emocional. A única coisa que eu teria mudado era mesmo isso, era ter começado a cuidar de mim, não só física, mas também psicologicamente mais cedo. Mas de resto posso considerar que o meu percurso foi bom, não tenho assim nada que eu diga ‘ai foi péssimo, foi terrível’ nada. Tenho noção que não seria melhor se tivesse ficado com meu pai. Porquê? Nós vivíamos mesmo muito, muito mal. Cheguei a viver em sítios sem água e sem luz. Os meus pais trabalhavam juntos, eram madeireiros e como a minha mãe faleceu, eu teria que ter começado a trabalhar muito cedo.” “Não, não mudaria nada. Mesmo as coisas menos boas foram as que me ajudaram para os dias de hoje, então não mudaria nada. Não seria o mesmo, seria muito diferente. Níveis de educação, formação, mesmo culturalmente seria diferente.” “Sim, já lá fui outras vezes visitar as pessoas com quem falava e que me dava bem. Hoje mantenho contacto de vez em quando com duas ou três pessoas, a maioria seguiu caminhos diferentes.” “Nunca mais voltei a ter contacto com a instituição, mas sei que se precisarmos de alguma coisa é só ligarmos.” “Antes ia lá ver o senhor padre, mas desde que ele faleceu nunca mais lá fui.” “Nunca mais lá voltei.” “Vamos uma vez por ano, todos os anos. Uma no verão em que levamos os meninos. Continuo a ter contacto com algumas funcionárias, pelos menos com três.”
--	---	--



	Preparação por parte da instituição de acolhimento para o processo de autonomização do jovem	“A gente não tinha preparação nenhuma. Não fui preparado, eu orientei-me sozinho com o que ia ouvindo de alguns funcionários. Não eram pessoas que estavam ali para nos corrigir, eram pessoas que acabavam por falar um bocado de coisas essenciais no nosso dia a dia. Acho que a maioria não. A maioria não sai assim com tanta facilidade, ou vão para a casa dos pais, ou ficam na miséria. Tu nas instituições acabas por estar um bocado protegido. Imagina, eu lembro-me de chegar e para lavar a minha roupa era só trazê-la do quarto, deixá-la à porta da lavandaria e ao final do dia pedir para ir buscar o cesto com a roupa dobrada e lavada. Tu acabas por estar um bocado protegido nessas situações, tu não sabes o que é o mundo exterior. Não sabes que precisas de lavar roupa, tu não sabes que precisas de deixar a carne a descongelar. Não tens noção disso e as instituições deviam mudar um bocado a noção disso. Eu sei perfeitamente que jovens que não trabalham e não têm certos apoios quer cá fora, quer dentro da instituição, é tudo mais complicado e acabam por não ter uma noção real das coisas nem sabem como funcionam determinadas coisas.” “Não houve nenhuma preparação. Lá para um ano antes de sair, é que começamos a ter alguma atividade como, por exemplo, preparamos, nós próprios um almoço, porque não havia essa responsabilidade, de “vocês têm que aprender a cozinhar para vocês. A instituição queria-nos devolver às famílias, mas não no sentido de preparar-nos, de nos tornar numa pessoa independente, era mais para escorraçar.” Não. Por exemplo, lembro-me que nós tínhamos a luz acesa o dia inteiro, podíamos fazer tudo, a ideia de que não há consequências nem gastos, não nos é transmitida. Chegamos cá fora e temos que lidar com isso, é frustrante e chocante porque nós não contávamos que por causa de uma luz acesa, tínhamos de pagar muito dinheiro e lá dormíamos com as luzes acesas. Nós pensamos que é tudo muito barato e está tudo ali à nossa espera. Não vemos que temos que ser nós a comprar, a gastar o dinheiro, a ver o que é preciso para ter/fazer esta comida e aquela, o descongelar no dia anterior, as pré-preparações das coisas, não temos.” “Não houve essa preparação, nós saíamos e ‘adeus.’ Não houve esse trabalho, a autonomia é um termo que existe há muitos anos, mas só recentemente é que começou a ser aplicado e na altura que eu saí não houve nenhum plano, nada de autonomia. Não, nada. Nós não temos acesso a muita informação, nós não vemos o telejornal, não vemos o jornal, nós fazemos o nosso mundo. Há pessoas que nos marcam as consultas, há pessoas que nos levam ao médico, ou seja, nós basicamente só aparecemos. Dizem-nos que a consulta é naquele dia e nós aparecemos, não sabemos como marcar uma consulta nem quem é o médico e a sua especialidade.” “Não, muito pouco, muito pouco mesmo. Ninguém nos ensinava a fazer nada, mesmo que tivéssemos vontade não havia quem te ensinasse. Talvez nos meus últimos dois anos criaram o clube cozinha e uma vez por semana iam duas acolhidas para a cozinha. Nós éramos muitos, não dava para rodar. Eu por acaso sempre fui desenrascada e aprendi muita coisa com a mãe do meu ex-namorado, sobretudo em termos de roupas, de comida e assim, quando passava algum tempo em casa deles. Vendo e ajudando acabei por conseguir adquirir alguma prática, mas há muitos miúdos que não o conseguem e fica muito complicado. Eu não sei muito bem como é que as coisas estão hoje em dia, já saí há quase 7 anos, mas sei que tem sido feito muito trabalho por parte de muitas instituições para conseguir melhorar exatamente isso, o preparar a saída. Os miúdos que conheci já saíram todos, não tenho o contacto de nenhum que me diga se correu bem ou correu mal, mas também sei que, passado
--	--	---



	Idade para que o trabalho de autonomia seja iniciado	acho que dois a três meses de eu ter saído, a lei de estar na instituição prolongou-se até aos 25 anos caso estivessem a estudar. É uma mais-valia porque permite que, numa idade mais adulta, se possa ter uma margem maior para adquirir esse tipo de conhecimentos.” “Houve muitas falhas. Na teoria eles acabam por fazer ‘olha agora vamos começar isto’, mas depois acabavam por se desleixar dessa parte. Eu não sei como é hoje em dia porque são novos mundos, novos tempos, então não sei se os jovens têm noção, mas eu e os meus colegas, enquanto estávamos lá, tínhamos uma noção muito distante da realidade.” “Acho que deveria ser quando comesas a ganhar um bocado noção da vida, mas claro que isso não tem uma idade certa, não é? Cada um amadurece no seu tempo, uns mais depressa e outros mais tarde”. Não diria que deveria ser logo no início, pois a nossa entrada na instituição é complicada e os primeiros tempos servem para nos ambientarmos e para nos sentirmos bem, mas passado um mês, talvez”. “Aos 16 anos. Até aí aos 15/16 nós somos muito imaturos e também assim aproveitamos a nossa pré-adolescência. E com 16 já começamos a entrar na adolescência um pouco e começamos a ter noção das coisas, mais conhecimentos, mais predisposição para aprender acima de tudo”. “Eu acho que a autonomia deve ser trabalhada desde sempre, mas claro que ali, a partir de calhar dos 12 ou 13 anos, com mais afinco, mas eu sou mãe e trabalho desde sempre a autonomia do meu filho que tem 2 anos. Eu obrigo o meu filho a calçar-se e vestir-se sozinho, eu digo ao meu filho que ele tem de saber colocar a mesa, é ele que vai buscar o prato, os talheres, o copo. E autonomia não é só o saber fazer, há a autonomia emocional, em que reforçamos a capacidade das pessoas, damos incentivo, que é ‘fizeste bem’, ‘muito bem’, ‘é assim mesmo, continua’, e não é ‘fizeste bem porque é a tua obrigação.’ A autonomia emocional ensina a lidar com um não. Quando uma pessoa nos diz que não gosta de nós por algum motivo, quando temos uma negativa num teste, isso ensina-nos a ter capacidade de admitir se preciso ou não de ajuda.” “Se calhar a partir dos 15/16 anos. Acho que quando nós vivemos com os pais, ou pelo menos a ideia que eu tenho das pessoas quando vivem com os pais, é que a dada altura eles ajudam os pais, não é? E vão aprendendo a fazer coisas, sei lá, pôr uma roupa na máquina ou a loiça a lavar e connosco isso não acontece.” “É assim, eu acho que a partir dos 18. Por exemplo, qualquer jovem que esteja para sair nunca é em cima da hora e como a idade limite era aos 21, foi a idade que eu saí, ora, sabendo que eu vou sair aos 21 podiam um ano antes ou 6 meses antes dizer ‘olha agora vamos entrar neste processo de preparação para quando tu saíres da instituição.’ Um jovem que queira sair aos 18 anos, perguntarem-lhe um tempo antes ‘como tu tens essa autonomia, então olha, vamos iniciar este processo de preparação porque o mundo lá fora é diferente’”. Emocionalmente também é necessário. Eu acho que devia haver uma terapia ou psicólogo. A saída, tal como a entrada, foram muito difíceis e complicados, que se uma pessoa não estiver suficientemente preparada pode complicar todo o seu processo de independência.” “De momento só me recordo de aspetos como a gestão financeira e as lides domésticas, isso são dois pontos muito fortes e importantes. Por exemplo, eu saí de lá sem saber fazer um arroz branco. Eu recordo-me que quando cheguei ao apartamento e que tive que fazer comida, foi complicado e tive que recorrer ao YouTube para ver como fazer arroz.”
	Outras necessidades/aspetos que as instituições deviam trabalhar para a independência dos jovens	



	“Eu saí da instituição sem saber fazer de comer, para começar. Aprendi com a minha sogra na altura. Acho que ninguém que saiu da instituição sabia arrendar uma casa ou lavar a roupa, no sentido em que não é só por dentro da máquina, é preciso separar as cores para não manchar a roupa. É assim, como somos pessoas que não tivemos contacto com o mundo exterior, nunca fizemos um contrato de arrendamento, de água, luz, nada. Nunca tivemos de, por nós mesmos, renovar o nosso cartão de cidadão ou ir a uma consulta sozinhos. Acho que deveria haver, por exemplo ‘queremos uma consulta’, eles dizerem-nos quais os procedimentos do género ‘chegas lá, tens que te dirigir a este sítio, dizer isto’, estas pequenas coisas. Acho que deveria haver um equilíbrio entre o apoio, mas ao mesmo tempo deixarem-nos aos poucos a tratarmos e a tomarmos as nossas decisões.” “A cozinha, a gestão financeira e a gestão doméstica. Aqui a gestão emocional, para mim, neste momento, é o que mais me assusta, porque não há uma via verde à saúde mental nos jovens, há vários desafios e poucas respostas. Normalmente lemos teses, acompanhamos casos de acolhimento, em que a saúde mental destes jovens não está bem e isso não é visto, não é trabalhado nem aprofundado. Claro que se eu estiver bem, tudo o resto é aprendido e toma-se mais fácil. Se eu mentalmente não estou bem, tudo o resto é em vão. Não é estar a impingir, mas é um trabalho lento que se vai fazendo. Para mim a grande alteração foi a tese do João Pedro, que já tem uns anos. Foi a tese que libertou a engrenagem e a partir daí foi quando apareceu a PAJE e começamos a ouvir falar mais da autonomia, autonomização e acompanhamento. Foi tudo a partir daí, pois antes não havia nada de autonomia.” “Além das lides domésticas, há outros assuntos fundamentais. Por exemplo, ir ao Centro de Saúde, marcar uma consulta, marcar exames, ia sempre alguém connosco. Quando saí da instituição eu tinha uma noção de como havia de fazer, mas ir ao hospital ou ao Centro de Saúde era uma confusão. Mais complicado ainda era a questão financeira. Podia falar sobre o IRS que ninguém sabe fazer. Não nos preparam para fazer compras e usar o dinheiro, ninguém nos orienta para as contas e despesas de uma casa, não nos ensinam a olhar para os preços, a procurar o mais barato, a gastar conforme o dinheiro que se tem. É claro que isso depois faz diferença, sobretudo nos orçamentos reduzidos. E mesmo eu, que era mais despachada, numa fase inicial, eu sou sincera, pagava as minhas contas todas e a meio do mês tinha 30 EUR para ir até ao fim do mês e até lá tinha que me aguentar.” “Claro que os que vão para a universidade são a minoria. Eu, a minha irmã, o jogador Éder, somos a minoria. Os que venceram na vida são uma minoria, por isso é que o professor J. P nos chama para imos dar o nosso testemunho. É lamentável semos os poucos jovens institucionalizados que venceram na vida. Muitos saem de uma instituição e vão para outra. Claro que esses jovens precisam de mais atenção, é preciso saber lidar com eles, o que é que vão fazer com eles, do que é que precisam. Na nossa altura a maioria dos africanos foi por pensar que o facto de estarmos a ser criados por portugueses nos ia fazer vencer, ter bons trabalhos, faculdades e não faltar condições como os nossos colegas portugueses. A maioria, uns 90% dos africanos, foi nesse sentido mesmo. A culinária, como ensinar-nos a entrar para a faculdade, os custos dos quartos. Isto para as pessoas que querem ir para a faculdade. Os que não querem, só querem trabalhar, então a procura de trabalho, currículo, arranjar um sítio para ficar. Nós fomos para casa dos nossos pais, mas há muitos que não tinham isso.”
--	--



Processo de pós- acolhimento	Idade e motivos da saída da instituição de acolhimento	“Aos 21 anos. Não existia aquela lei até aos 25 anos, foi mesmo aquando à minha saída, só que eu já trabalhava há um ano e por isso já não era para mim, só se voltasse a estudar.” “Primeiro, eu fui escorraçada da instituição quando tinha 18 anos. Depois que acabei o 9º ano, quis ir para turismo, só que no primeiro ano de turismo eu vi que aquilo não era para mim, que eu não ia conseguir e tentei mudar de curso e não me permitiram, coisa que já tinha acontecido anteriormente com outro colega e a esse permitiram, por isso é que eu digo que há alguns que são apapicados. Então fui forçada a continuar naquele curso e como eu não gostava, faltava. Entretanto comecei a namorar e muitas das vezes ficava em casa do namorado. Não falaram comigo, mandaram uma carta para o tribunal de menores ou lá o que era a dizer o que se passava e então o tribunal de menores disse ‘ok, então ela tem que sair’, isto tudo nas minhas costas. Até que um dia me entregam a carta da resposta do tribunal e, simpaticamente, entraram no quarto onde eu estava e dormia, pois eu dormia sozinha na altura era um quarto individual, meteram tudo dentro de sacos plásticos pretos e levaram para o sótão. Quando eu cheguei para recolher algumas coisas, algumas já tinham sido roubadas, graças ao grande método de armazenamento e gestão por parte da instituição. Não me foi dito que tinha de arranjar um quarto, não me foi oferecida ajuda, nada, basicamente foi ‘desenmerdate. Se me tivessem dado a oportunidade de ficar, eu aceitava pela sensação de segurança, nem que me dissessem assim ficas mas ficas ate arranjar algumas coisa, eu sabia que tinha que arranjar alguma coisa. agora não me avisarem e vir com uma mão a frente e outra atrás”. “Eu saí com 22, porque estava a estudar, quando saí era junho e fui para Lisboa, mas tinha aqui a minha vida toda. Na altura não dava para ficar até aos 25 anos, essa lei é muito recente. Eu recebi uma carta ‘a partir de setembro já não volta’ e pronto.” “Eu saí já com os 22 feitos, eu fiz 22 em outubro e saí em dezembro.” “Eu saí aos 21 porque era a idade limite.” “Foi só mesmo cozinhar porque o resto eu já fazia, porque estava na instituição.” “Foi horrível porque eu lembro-me que não tinha dinheiro. Estava dependente dos outros, eu sentia-me um parasita. Depois mais tarde foi o professor J. que me tentou ajudar, a ver os apoios que podia ter, mantivemos contacto mesmo depois da minha saída. Por mais que eu tenha uma mãe ou um pai, não sou dependente deles. A minha mãe não me pode ajudar senão o meu padrasto chateava-se e meu pai está desempregado e vive de dois biscates que faz no campo, por isso eu tenho de ter sempre uma fonte de rendimento. O meu ex era preguiçoso e pouco trabalhador.” “Eu tenho a sorte de ter criado uma rede fora do acolhimento, eu tinha amigos em todas as áreas, o que me permitiu ter sempre informação e conhecimento, que o acolhimento não me dava. Eu tinha um amigo que tinha uma empresa de segurança, onde tirei o curso, tinha a minha irmã, pois continuava a ir a casa, e tudo isso me permitiu ter acesso a informação que os meus colegas não tinham.” “Foi sobretudo financeira, apesar de eu pagar sempre tudo direitinho, cheguei a ter que pedir emprestado. Tive senhorios impecáveis que me deixavam pagar até ao dia 15, em vez de ser aquele típico dia 8, tive um bocado de sorte com as pessoas com quem me fui cruzando. Sempre que pedi o empréstimo, devolvi assim que consegui, porque sabia que as pessoas estavam a confiar em mim e se houvesse uma outra vez que
---	---	--



	Acompanhamento da instituição de acolhimento no processo de autonomização dos jovens: apoios prestados e seus impactos	precisasse, também gostaria que a pessoa confiasse. Outra dificuldade grande foi o estar sozinha quando vinha de um sítio onde estava habituada a ter 30 pessoas numa casa. Claro que assusta um bocadinho, porque sei lá, é bom chegamos a casa, está tudo em silêncio, mas também é mau, porque se acontece alguma coisa, se ficamos doentes ou temos um problema, não está ali ninguém. Mesmo tendo amigos ou familiares, eu na altura tinha o meu namorado e a família dele era como se fosse a minha família, é diferente porque não está sempre ali alguém. Felizmente pela minha personalidade e isso também devo muito ao meu pai que até eu ir para a instituição sempre me educou muito na base da responsabilidade de viver com o pouco que tínhamos. Mas tenho noção que se eu não tivesse a maturidade que tenho, podia-me perder muito facilmente, assim como outras pessoas se perderam.” “Foi muito triste para mim e muito deprimente. Lembro-me que me sentia muito sozinha, tinha muitas saudades dos meus colegas. Sentia que não conseguia fazer nada. O que eu faço então? Acabava por gastar dinheiro, por exemplo, em restaurantes. Não sabíamos fazer as compras ou cozinhar, a gerir o dinheiro, a gerir uma casa, um quarto, neste caso. Foi um impacto muito negativo”. “Não tive qualquer acompanhamento por parte dos técnicos, nem uma pergunta se estava bem ou não. Não acho que exista qualquer tipo de apoio pós-acolhimento aos jovens, exceto pela PAJE. Eu depois fui-me ajudando de forma autónoma, tentei não recorrer a ninguém pois eu não gosto muito de pedir ajuda. No entanto, no início lavavam-me a roupa porque eu não tinha máquina de lavar, ou vinham buscar. Eu saí da instituição com algum dinheiro pois eu sabia que se viesse cá para fora não tinha mais nada. E assim que saí da instituição aluguei um apartamento e comprei tudo o que eu necessitava. Eu fui aprendendo certas coisas com as pessoas com quem ia lidando. Por exemplo os meus colegas, onde eu estou a trabalhar hoje, quando chegava ao final do mês diziam: “ui.. o final do mês, estamos aí quase a receber!”. Ou então quando chegava altura do IRS, eles iam comentando: “tenho os meus filhos, este ano vou receber 800€ por causa das despesas. Eles perguntavam-me sempre “e tu e não sei quê?”, porque eles não sabiam que eu era de uma instituição e acabavam por falar um bocadinho, e tudo isso me ajudou, nessa parte tive sempre sorte. Em termos de consequências, acho que os jovens acabam por ir pelo caminho do crime e das drogas é o que mais ocorre devido ao abandono sentido pelos jovens. Depois há também aquela necessidade de ganharem dinheiro fácil e as más companhias são sempre as decisões que lhes ocorrem, ou seja, os jovens acabam por inverter todo o percurso que tiveram na instituição. Acho que é uma coisa que deve sempre existir, afinal, estamos a falar de miúdos que saem e que não estão preparados para uma vida. Mesmo para miúdos que não sejam institucionalizados é difícil organizarem a sua vida após a saída da casa dos pais, logo, para miúdos institucionalizados essa dificuldade multiplica-se, acabando por ficarem desamparados e precisarem de apoio. Em termos de benefícios, acho que o apoio dado pela instituição deve ir para além do que uma chamada a perguntar se está tudo bem, porque às vezes, até podemos dizer que está tudo bem e não estar ou, pelo menos, não estar a 100%. Devia naquele primeiro ano, no qual eu acho que é quando os problemas aparecem, aliás, é aí que “cai a ficha” aos jovens, pois passamos a vida rodeados de pessoas e, de repente, ficamos sozinhos, e é nesse período que os jovens questionam o funcionamento das coisas. Por exemplo, um IRS, quem é que conhece e sabe fazer isso? Ninguém ... ou por exemplo saber quais as condições em que os jovens
--	--	--



	vão viver. Quem é o jovem que sai da instituição e consegue logo organizar-se de imediato? Considero que esse acompanhamento poderia permitir que os jovens ficassem autossustentáveis, não é um acompanhamento para sempre, mas pelo menos no primeiro ano seria importante”. “Eu não fui acompanhada por ninguém da instituição, safei-me por minha conta. Tive de, obrigatoriamente, juntar-me com o meu namorado. Eu arranjei um namorado enquanto estava na instituição, mas ele não morava lá. Já não é o meu namorado atual. Como me forçaram a sair da instituição, tive de ficar dependente dele e da família dele. Entretanto, comecei a trabalhar e tinha de dar o dinheiro todo para a casa. . Depois mais tarde comecei a trabalhar e a família dele falou-me do rendimento social de inserção. Muitos dos jovens devido à falta desse apoio perdem-se e assumem meios de subsistência pouco legais. Por exemplo, houve um colega nosso da instituição que esteve ou está preso. Acho que com esse acompanhamento as pessoas sentiam-se mais amparadas e protegidas e podiam ter conselhos que ajudam a tomar as determinadas atitudes e decisões. Por exemplo, eu quando eu fui escorraçada, se me tivessem denominado uma assistente social que depois me fosse acompanhando, podia ter sido só no primeiro ano pelo menos, metade dos meus problemas podiam ter sido mais fáceis. Se bem que saíram pessoas da nossa instituição para outra instituição porque já tinham atingindo a maioridade, onde realmente lhes ensinam essas coisas.” “O meu processo de autonomização foi com todos os meus amigos fora do acolhimento, uns receberam-me, outros deram-me emprego, outros ajudaram-me a fazer o currículo e outros explicaram-me diversas formas de ter acesso a serviços que não tinha. Houve um leque de atuações que acabou por me dar muitos contributos. Devia haver um apoio sempre. Felizmente, mais uma vez com a ajuda da PAJE e do Ajuda a Ajudar, ainda não tive oportunidade de ler a lei toda, mas saiu há 15 dias uma lei, no qual os jovens que saíam da instituição têm um período em que podem regressar novamente à instituição se precisarem. Acho que é uma medida ótima, muitos não iam para as prisões, para hospitais psiquiátricos, muitos não deixavam de estudar nem perdiam o emprego, porque tinham sempre alguém na retaguarda. Não deveria ser um apoio permanente, o apoio deve ser inicial, para depois a pessoa ter a capacidade e vontade de voar. Para quem não tem retaguarda, é lógico que é importante, para não serem atirados aos lobos. Deve-se explicar como é que se fazem compras, que não se comprem 10kg de bananas, 10kg de fiambre, como via na instituição. Basta verem os números, e verem que temos jovens presos, jovens sem-abrigo e que não estudam e conclui-se, de imediato, que o impacto é grande, logicamente. Acho que o apoio psicológico devia ser um apoio dado dentro e fora da instituição. Eu tive a minha mãe e o meu amigo, o pessoal todo do desporto, os meus colegas de turma, eu tive sempre muita gente, então usei todos.” “As monitoras ajudaram-me muito quando eu saí... foi muito bom. Eu não tinha nada, não é? Fui para uma casa sem nada, nem pratos tinha. E deram-me muitas coisas, havia 2 delas que se tinham casado há pouco tempo e tinham muita coisa que lhes tinham oferecido, tipo lençóis, toalhas e outras coisas... foi uma ótima ajuda, porque foi dinheiro que eu não gastei nem tinha para gastar. Mas a instituição não ajudou, nunca houve ninguém que me ligasse a perguntar se estava tudo bem, se precisava de alguma coisa. Desde que saí de lá há técnicos com quem eu nunca mais falei, há pessoas que trabalham lá e passam por mim no shopping onde eu trabalho e fingem que não me veem, apesar de eu ter vivido 13 anos na instituição. Eu mantive sempre contato, por exemplo, com o J. P.[diretor da PAJE], os professores e as monitoras da
--	--



	instituição, e apesar de não ser um contato próximo diário, semanal, às vezes, nem anual, são aquelas pessoas que eu sei que, se precisar, ligo e vão lá estar, quer seja para me ouvir, quer seja para me ajudar no que eu precisar. Eu sei que são pessoas que eu posso ligar. É assim de casos que eu conheço, vários acabam por se perder e conheço alguns que estão a viver na rua, outros que estão presos por roubos. Cederam a coisas mais fáceis, porque não têm como conseguir dinheiro para sobreviver e acabam por se meter na droga, no tráfico, o que quer que seja. Claro que estes são os casos mais extremos, mas também conheço muitos que passam fome por não saber gerir o dinheiro nem o tempo e acabam por se perder aos poucos e recorrer a outro tipo de apoios, que nem sempre são suficientes. Portanto, se alguém podia efetivamente dar esse apoio eram eles, mais que não fosse para perceber se estava tudo bem, porque felizmente comigo estava, mas há miúdos com quem não está tudo bem e se calhar, se sentissem que havia alguém que se preocupava com eles, podia ser diferente. Durante o tempo de acolhimento os técnicos e os funcionários são as pessoas que conhecemos como família, é o mesmo que vivemos com os nossos pais e, de repente, dizem-nos: “Olha, tens 21 anos, vais à tua vida. Tchau!”. Fecham a porta e nunca mais te dizem nada. Então, acho que aí há uma grande falha nesse acompanhamento.” “Por parte da instituição não tive. Como eu digo, economicamente não me faltou nada, mas faltou-me esse acompanhamento. O único apoio mais prático que tive foi do professor J. P que é o diretor da PAJE. Era sustentada pela minha mãe e recebia a bolsa da DGES. Quem tem boca vai a Roma, não é? Sempre fui despachada também. E depois tinha o professor J. P., nesse tempo não existia a PAJE, ou seja, ele ajudava como um amigo, um professor que gosta muito de nós. Começou a existir a PAJE e ainda bem que vai incentivando outras instituições para essa preparação. Os negativos, porque foi como eu disse, o impacto é assim, é um impacto grande sair da instituição, o mesmo que entrar para mim, então depois numa fase adulta que já não és criança ... Numa fase da luta, tu tens consciência das coisas. É necessário sim essa preparação, para que o impacto seja atenuado, para que não seja tão negativo. ‘Olha, isto vai ser diferente, assim vai gerar em ti uma sensação diferente, um mundo novo’, ‘vais-te preparar para isto, vamo-nos preparar, vamos-te ajudar.’ Eu senti-me muito deprimida quando saí da instituição e acho que essa preparação e mesmo todo o apoio que possa envolver é importante, porque tu de um momento para o outro passas de um ambiente rodeado de pessoas para um ambiente em que só estás lá tu.” “A minha namorada. Alguma dúvida que eu tenha, ela ajuda-me logo e diz o que eu posso ou que tenho que fazer. A minha mãe, que está sempre perto e o meu pai também.” “O meu namorado e a minha irmã”. “Atualmente eu tenho os meus amigos todos. Tenho os meus amigos, o meu filho, o meu namorado, tenho a E.M, o professor J.P, tenho ali o pessoal todo da direção. Eu não sei bem o que chamam a uma rede de suporte, se me perguntarem a quem recorro se precisar de alguma coisa, a minha resposta é que depende da área em que precise. Às vezes preciso de acabar um trabalho ou fazer uma formação à noite, é à minha irmã que peço para ficar com o meu filho. Se preciso de alguma coisa mais académica, falo ao J.P ou à E. Se preciso de um conselho mais pessoal, se calhar falo mais à minha irmã e à E, portanto, recorro à área que a pessoa me possa ajudar.”
--	--



	Conselhos/Sugestões para jovens que estejam a cessar a medida de acolhimento	“As pessoas mais próximas são uma colega de trabalho e o meu colega de casa com quem me dou muito bem, alguns amigos e a minha namorada, que, apesar de não viver comigo, vem cá a casa muitas vezes, está muito presente na minha vida. Recentemente tive uma grande perda de peso, não podia ser gordinha a vida inteira, não é? E foi um grande apoio.” “A minha mãe, a minha irmã e os meus professores do instituto educativo de Souzela. Tenho professores com quem mantenho amizade, o professor J. P., os meus amigos e laços que fui criando”. “A vida não é fácil, temos que ter noção que não é só agir de cabeça e temos também que ter o dinheiro bastante para alguma coisa. O que eu tenho na minha cabeça, é que nunca sabe quando é que o doente ou quando é que partimos um pé jogar à bola, não é? Porque a vida mantém-se cá fora a gente não pode só ser trabalhar”. Diria também que se rodeiam de pessoas que vos queiram bem, sei que é complicado, pois o maior problema cá fora é ter alguém em quem confiar, a gente tem que analisar sempre as amizades que a gente tem.” “Para procurarem conhecer o mundo antes.” “Que leiam muito, que pesquisem muito, que falem com jovens que já estejam autonomizados, que criem uma boa rede de amigos que os possam ajudar aqui fora, que invistam nos estudos, que façam um bom currículo e que invistam neles, porque só assim é que nós conseguimos. Nós estamos a começar a corrida e não é no 0, é ali no -20 logo para chegar ao 0 temos de correr muito e para chegar à beira dos outros, então é preciso correr ainda mais. Quando investimos em nós já estamos a encurtar ali passos.” “Eu acho que cada caso é um caso. Muitos jovens faziam aquele tempo na instituição e depois voltavam para casa dos pais, outros saíam de lá na loucura e nem queriam saber, muitos também não querem estar lá e logo que chegam aos 18 anos, vão embora, com a pressa toda. O meu maior conselho era, fiquem até puderem, aproveitem enquanto lá estão, porque enquanto lá estão têm as coisas que necessitam, se podem estar até aos 22, até aos 23, fiquem até essa idade, fiquem porque é difícil, é muito difícil, tem alturas que é mesmo muito complicado. Se ficar doente, se o dinheiro falhar. Eu nunca fiquei de baixa, mas ainda há pouco tempo recusei-me a pôr baixa, porque ia ter uma redução significativa no ordenado e eu não me posso dar, não diria ao luxo, mas não me posso dar a isso, porque preciso desse dinheiro. Por isso aconselho a aproveitar enquanto podem para aprenderem o máximo que consigam, para terem o melhor trajeto possível que lhes permita depois ter uma vida minimamente estável fora da instituição.” “Para os jovens, muita resiliência, não é? Para não desistirem deles e volto a referir para não desistirem deles, porque é muito fácil tu saíres, “ai mas eu sou institucionalizada”, caímos no vitimismo, não podemos. Há um mundo lá fora e ainda que tenhas uma rede de apoio, só tu podes fazer por ti.” Às instituições... acho que os técnicos acabam por fazer apenas o serviço deles e nem dão atenção, nem estão preparados para receber as pessoas. Há falta de disponibilidade e estamos a falar de pessoas que estudaram. Honestamente, precisam de ver as crianças como humanos e não como um trabalho. Precisam de saber o que se passa nas mentes, como é que estão ambientados e tudo isso deve ser uma preocupação por partes dos técnicos, pois muitas vezes se eles não tiverem uma adaptação fácil, vai complicar todo o processo que virá para a frente. Eles devem
--	--	--



Situação atual	Representações atuais do jovem acerca de si	arranjar formas de comunicar e chegar até aos miúdos, pois não somos todos iguais.” “Aos técnicos, para acompanharem realmente as pessoas durante e após o acolhimento. Nós tínhamos um assistente social na instituição, mas o que é que ele estava lá a fazer? Não sei. Com quantas crianças ele lidou? Não sei. Ele era mais para ouvir o que é que as monitoras e os professores diziam e espetar reuniões estúpidas para arranjam métodos de castigo, do que propriamente identificar o problema com a criança ou o jovem para conseguir resolver o problema. Se um a criança se porta de uma maneira é porque há motivo para isso e não tentar descobrir o porquê do comportamento não resolve o problema. O castigo por vezes revolta mais ainda do que educa e depois as pessoas saem da instituição e são uns marginais, porque ninguém tentou resolver aquele problema que a criança tinha antes. Outro aspeto que considero importante é haver uma união entre o liberalismo e a vertente educacional. Por exemplo, o liberalismo é bom nalguns aspetos, mas pelo menos uma vez por semana uma pessoa ficar responsável por fazer a comida, pelo menos ao sábado que é o dia que estamos todos em casa fazer aquela tarefa, não mata. Eu acho que se tivesse estado só na outra instituição teria tido um impacto mais positivo.” “Neste momento foi lançado um manual mais ou menos de boas práticas entre a AAPN de Braga, que está muito bem elaborado e acho que é um manual bom para os técnicos e para os jovens. Dá ali dicas de como pode ser trabalhada a autonomia.” Relativamente às instituições, eu acho que era começar desde a adolescência a inculcar hábitos de fazer compras, mesmo que fictícias, para terem noção do custo. Preparar comidas, ensinar coisas da casa... Eu sei que pode ser difícil, porque as instituições têm coisas muito grandes, até os utensílios de cozinha, tudo muito grande, mas mesmo assim acho que era possível fazerem esse acompanhamento de preparar para a vida adulta. Também é muito importante criarem o sentido de responsabilidade, a começar em coisas simples como ter a capacidade de acordar sozinhos, que é um grande problema para muitos dos miúdos que saem da instituição. Estão habituados a que alguém os vá chamar e quando vão para um sítio viver ninguém os vai lá chamar, não é? Então eles não vão trabalhar, faltam. É necessário criar hábitos, criar responsabilidade e fazer entender que cá fora existe uma vida que não tem nada a ver com a que estão habituados lá.” “É investirem nisso, é como eu disse, não só trabalhar com os jovens a parte burocrática, mas muito da parte emocional. Prepararem os jovens emocionalmente para a saída, para a vida pós instituição.” “Uma pessoa acaba sempre por crescer, sem sobra de dúvida. Além da maturidade, agora estou por minha conta, o que exige mais responsabilidades e mais atenção às despesas. O facto de estar a viver sozinho e também o ter começado a trabalhar cedo, ajudou-me e obrigou-me a olhar para as coisas de maneira diferente e acima de tudo a ter uma noção real das coisas e a quer uma vida boa e, claro, isso exige um esforço, mas acima de tudo a ter pés bem assentes na terra.” “Maturidade, mais madura.” “Todos nós notamos que mudamos, seja quem viveu numa instituição, seja quem não viveu. Nós não somos uns seres estanques, ou seja, eu não nasci assim para continuar assim a vida toda. Tudo nos muda, as pessoas que passam na nossa vida, os acontecimentos, tudo nos molda. Logo, eu não sou a mesma que fui ontem e que se calhar vou ser daqui a 10 anos. Agora a minha essência é que não muda, aquilo que eu sou não muda,
-----------------------	--	---



**Percurso pessoal e
profissional até aos dias
de hoje**

os meus valores não mudam.”

“A Sara de hoje tem muito mais força, muita mais garra. Já passei por tanto que não há nada agora que me assuste. Olha, isto não quer dizer que em certas alturas não vá abaixo, mas tento sempre dar a volta por cima da melhor maneira, da forma mais positiva. Valorizo muito as minhas coisas, valorizo muito o que é meu, a minha casa, o meu carro, o meu trabalho, todas as minhas conquistas. Valorizo muito o que muita gente dá por garantido e não dá valor.”

“Resiliente e uma mulher que não desiste.”

“Eu já estava a trabalhar quando saí da instituição, saí para um apartamento perto do trabalho. Entretanto, encontrei um apartamento que ficava mais perto da casa da minha ex-namorada, mudei-me para lá, aliás, para cá, pois hoje vivo nesse apartamento. Depois a relação acabou, e, entretanto, partilhei a casa com uma rapariga que depois saiu e agora estou a viver sozinho e a trabalhar. Depois ainda tentei acabar o 12ºano, inscrevi-me em Soure, num daqueles cursos, fiz as horas que me faltavam mais os módulos e eles deram-me três trabalhos para fazer. Já terminei um, mas são trabalhos que não tenho mesmo paciência para estudar nem para estar a ler. Falta-me lá ir demonstrar que fui eu que fiz o trabalho e pronto, ando nisto há imenso tempo.”

“Quando saí da instituição tentei voltar para fazer as disciplinas que tinha em atraso em turismo, mas acabei por seguir para termalismo. Por questões pessoais tive de desistir. Depois comecei a trabalhar porque lá está, eu precisava de dinheiro porque estava a viver em casa dos pais do meu namorado e tinha que trabalhar. Depois fui viver só com o meu namorado e a minha irmã, tinha o rendimento social de inserção e estive a tirar um de curso de multimédia no Inovinter. Só que estávamos sempre a faltar, era bué longe e então começamos a faltar. Depois fomos para casa do meu pai durante uma temporada com o meu namorado, porque o meu namorado chateou-se com a mãe dele. Eu fui trabalhar numa fábrica, depois fui tentar estudar outra vez só que como não estou habituada a viver com os meus pais, não me sentia bem lá e vim para Coimbra novamente. Arranjei logo um emprego na PT, como nunca mais me faziam um contrato, saí e fui para o hotel trabalhar e estudar era à noite. Entretanto fui operada à tiroide e tive de desistir de estudar, mas continuei a trabalhar no hotel durante seis anos. Em 2021 fiz um acordo com o meu patrão, ele mandou-me para o desemprego e eu fui fazer o 12º ano e até agora estou desempregada. Só ano passado em novembro é que consegui fazer o 12ºano.”

“...O que aconteceu foi que a funcionária da instituição recebeu-me em casa dela e fiquei lá durante uns meses, ocupando um dos quartos, o da filha. Depois tive logo emprego, em setembro/outubro, fiz um curso de segurança, porque tinha um amigo que tinha uma empresa de segurança e fiz logo contrato. Juntei dinheiro, autonomizei-me, aluguei uma casa ao pé do João Pedro porque eu pensei sempre que se acontecesse alguma coisa eu tinha de ter alguém perto. Depois a minha irmã já estava a terminar o curso de gestão e contabilidade e foi ela que me explicou que eu tinha de fazer o IRS, como é que eram os descontos relativamente à renda e tudo o resto e a partir daí foi sempre a somar. Arranjei um cão, entrei na faculdade no curso de cardiopneumologia, fiz até ao terceiro ano, mas depois decidi que não era aquilo que queria e voltei a trabalhar. Entretanto entrei em serviço social, fui mãe, estou a acabar o curso e trabalho em duas juntas de freguesia.”



Outras observações	Importância do Professor J.P na vida dos jovens	“Quando saí da instituição fui viver sozinha, namorava com um rapaz, mas depois terminei o relacionamento. Entretanto comecei a namorar com uma rapariga e fui viver para casa dos pais dela, que era bastante longe aqui de Coimbra. Como não pagava renda consegui comprar o meu carro. Ao fim de um ano acabamos e, entretanto, fui viver com um rapaz com quem cresci na instituição e com quem me dou muito bem. Ele tinha um T2, estava a pagar renda sozinho, dividimos a casa e as despesas. Foi uma fase muito boa porque tínhamos o apoio e a companhia um do outro, se alguém precisasse de alguma coisa, o outro estava ali. Se acontecesse alguma coisa, se eu não pudesse ir a casa, eu sei que ele tratava das minhas duas gatinhas. Partilhamos a casa três anos, mas, entretanto, ele começou a namorar e eu também achei que já estava na hora de ter a minha casa e pronto, estou a viver sozinha novamente. Eu na altura queria fazer um CET que não terminei, não continuei a estudar porque eu tinha que sair da instituição e eu parei ali. Acabei por estar um ano entre o 12º e o CET, acabei por estar um ano sem fazer nada e então já não consegui ir para a faculdade, já não consegui fazer o curso superior e isso é uma coisa que ainda hoje não está totalmente posto de parte, mas lá está, pagar propinas e afins... não é fácil.” “Fui para a faculdade fazer a licenciatura em animação socioeducativa, depois o mestrado e trabalhei um mês. Depois fui para a Guiné, trabalhei lá um ano. Regressei, tive o meu filho em Coimbra, mas algum tempo depois fui para Lisboa e comecei a trabalhar na AMI. Entretanto ingressei novamente na faculdade para fazer o doutoramento e agora estou na Guiné a viver.” “Eu tenho uma memória que no final do 7ºano, aliás, o professor J.P ajudou-me a arranjar dois empregos em que eu trabalhei até agora. Eu estava quase a terminar o sétimo ano e havia um baile de finalistas e eu não tinha como ir. A instituição também não arranjou maneira de ir, nem motorista nem nada. O professor J. P soube disso e disse ‘eu vou-te levar e depois vou-te buscar. Ligas-me e eu vou-te buscar’ e assim foi. O Professor J.P premiava um bocado quem se portava bem. Posso contar com ele ainda nos dias de hoje.” “Ele era professor na instituição. Ele era mais ligado à parte dos estudos, coisa que eu também não era muito dada. Nós éramos muitos, éramos divididos para cada professor e eu com ele não cheguei a ser aluna. Como a minha escola era fora da instituição, ele foi connosco conhecer a escola. Tínhamos um grupo que era o Cativar, uma coisa extracurricular. Eu só precisei do professor J.P para me ajudar a retirar as minhas coisas do lar. Após isso, fiquei por minha conta.” “Ele estava na instituição onde eu estava, dava lá aulas de apoio e tutoria. Depois, entretanto, ele saiu e eu também saí. Eu fui morar ao pé dele e mantivemos sempre o contacto. Mais tarde ele convidou-me para fazer parte da direção da PAJE e então acabamos sempre por nos encontrarmos todas as semanas e acabo sempre por ir acompanhando os casos.” “O J.P na altura foi meu professor lá, ele e mais duas professoras. Eu sei que chegava a casa com os testes e essas coisas, mostrava, eles viam a nota e queriam saber. Acho que o professor J.P se destaca, pois, ele conseguiu mudar muita coisa dentro da instituição e mesmo cá fora, ele consegue fazer mudanças positivas na vida das pessoas.” “O J.P é nosso professor de apoio dentro da instituição desde que eu era pequeninha. Mantenho contacto com ele até hoje. O professor João Pedro diferencia-se muito de muita gente com coragem porque ele tem carisma. Compreendia-nos, não nos julgava enquanto meninas
--------------------------------------	---	---



		institucionalizadas, tinha jogo de cintura para lidar connosco. Eu acho também que pode ser nato muito do carácter dele. O Professor J. P tanto era muito de risadas connosco, como nos chamava à atenção, mas sem nos julgar. A disponibilidade dele, supertranquilo com as crianças revoltadas, sempre dentro e fora da instituição, podemos contar com ele ainda nos dias de hoje. Quando saí da instituição ele arranjou-me um quarto que é também uma ajuda essencial, lembro-me que ele de vez em quando me chamava para ir comer a casa dele, porque ele morava por cima*.
--	--	--